

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

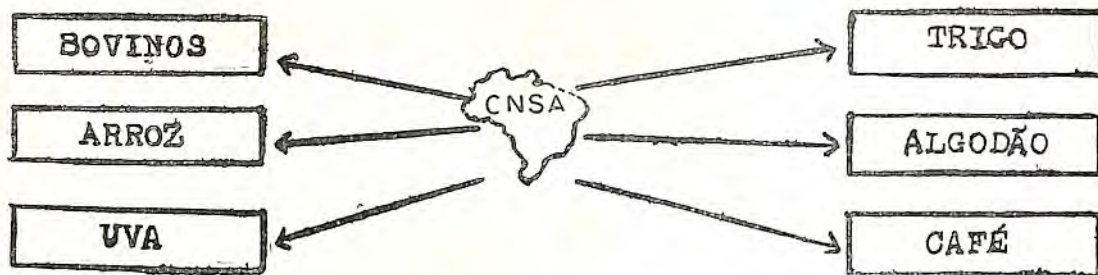
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA



A Agricultura Científica a Serviço da Humanidade

ANO LVIII

RIO DE JANEIRO — BRASIL
NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1955



O SEGURO AGRÍCOLA

NÃO É DESPESA

MAS

A GARANTIA DE UM FUTURO TRANQUILO

BASEADO NA EXPERIÊNCIA DOS GRANDES POVOS,
O SEGURO AGRÍCOLA EVITARÁ QUE O SUCESSO DOS SEUS
EMPREENHIMENTOS AGRÁRIOS FIQUE NA EXCLUSIVA DE-
PENDÊNCIA DOS FENÔMENOS DA NATUREZA.

PORTANTO, NÃO PENSE EM FUTUROS PREJUÍZOS
SEGURANDO SEU GADO E SUA LAVOURA NA

COMPANHIA NACIONAL DE SEGURO AGRÍCOLA

MATRIZ: — Av. Pres. Antônio Carlos, 607-7.º — Caixa Postal 1229 — Rio

SUCURSAIS {
Av. Ipiranga, 1216-8.º — Caixa Postal 6646 — São Paulo
Rua 7 de Setembro, 1116-1.º — Pôrto Alegre — R. G. do Sul
Avenida Augusto Ribas, s/n.º — Ponta Grossa — Paraná
Av. Pres. Antônio Carlos, 607-12.º — C. Postal 1229 — Rio
Praça Henrique Kruger, 28-1.º — Uberaba — Minas Gerais



*Botafogo:
Vice campeão Nelore da Exposição de 1955. Ubuato
Prop. Mario de Almeida Franco.
Fazenda São Geraldo*

SUMÁRIO

Nº 55

	Pág.
PRECISAMOS DE UMA POLÍTICA DO CAFÉ — Prof. Arthur Torres Filho — Pres. da Soc. Nac. de Agricultura	3
A CLASSE RURAL — Arruda Câmara	3
NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	6
POVOAMENTO DE UMA COLMEIA — Pedro Luiz Van Tol Filho	8
CONSULTAS — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	10
SUCESSO DA EXCURSÃO AOS ESTADOS UNIDOS DOS ENGENHEIROS-AGRÔ- NOMOS DE 1954, da Escola de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre	12
O ZEBU DAS LEGUMINOSAS — Clovis Teixeira	13
DEFINIÇÕES COOPERATIVAS — Fábio Luz Filho (Pres. do C. E. C.)	15
CULTURA DA OLIVEIRA	18
OS MUSEUS NAS ESCOLAS AGRÍCOLAS — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	20
DIAMANTES BAIANOS — João Vampré	21
NOTA SOBRE AS NECESSIDADES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL NA ZONA RURAL — G. Mourão	22
HORTAS ESCOLARES NO MEIO RURAL — Ney Brandão — Eng. Agr.	25
FORRAGENS VERDES PARA SUÍNOS — Olavo B. Araújo e Silva — Agrônomo	29
PILHAGEM ENTRE ABELHAS — Pedro Luiz Van Tol Filho	30
PROJETOS DE INTERESSE DA AGRICULTURA EM CURSO NO CONGRESSO NACIONAL	31
VIAGEM DE ESTUDOS AOS ESTADOS UNIDOS	32
BIBLIOTECA CENTRAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA — José A. Vieira	33
NOTICIÁRIO DA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO	34
CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA A CRIAÇÃO DE PEIXES EM ÁGUAS REPRE- SADAS E CORRENTOSAS, NAS PROPRIEDADES RURAIS E NOS AM- BIENTES AQUÁTICOS NATURAIS, PÚBLICOS OU PARTICULARES — Ascânio de Faria	35
BIBLIOTECA DA S. N. A.	37
MONOPÓLIO PELO I. B. C. DO FINANCIAMENTO DO CAFÉ	39
DEFESA DO PATRIMÔNIO FLORÍSTICO	39
LIVROS E PUBLICAÇÕES — Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira	40
PESQUISA DO FORNO DA CAL	45
SERVICO SOCIAL RURAL	46
O JACARÉ NO REFLORESTAMENTO	48

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 1897

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA
PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo
Presidente Benemérito

DR. MIGUEL CALMON DU PIN e ALMEIDA
DR. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	—	ARTHUR TORRES FILHO
1.º Vice-Presidente	—	LUIZ SIMÕES LOPES
2.º Vice-Presidente	—	EDGAR TEIXEIRA LEITE
3.º Vice-Presidente	—	ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário	—	FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário	—	ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário	—	EURICO SANTOS
4.º Secretário	—	CINÉAS DE LIMA GUIMARÃES
1.º Tesoureiro	—	KURT REPSOLD
2.º Tesoureiro	—	OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	—	LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
ANTONIO FRANCISCO MAGARINOS TORRES
ENIO LUIZ LEITÃO
GERALDO GOULART DA SILVEIRA
HONÓRIO DA COSTA MONTEIRO FILHO
JOÃO MAURICIO DE MEDEIROS
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
MARIO DE OLIVEIRA

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA PARTICIPA EM CARÁTER PERMANENTE DOS SEGUINTE ÓRGÃOS:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; **Comissão Revisora de Tarifas** (Ministério da Fazenda) — Dr. Oswaldo Miguel Frederico Ballarin; **Conselho Consultivo da E. F. Central do Brasil** — Dr. Altino de Azevedo Sodrê; **Comissão Permanente de Estradas de Rodagem** — Dr. Raul David de Sanson; **Instituto Brasileiro de Educação e Cultura** (Ministério das Relações Exterio-

res) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Nacional de Aplicações dos Empréstimos Rurais** (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; **Conselho Permanente de Associações Americanas de Comércio e Produção** — Dr. Edgar Teixeira Leite; **Comissão Consultiva de Acordos Comerciais** (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; **Comissão de Política Agrária** (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes. Suplente: Dr. Alberto Ravache.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LVIII

NOVEMBRO-DEZEMBRO — 1955

PRECISAMOS DE UMA POLÍTICA DO CAFÉ

Prof. ARTHUR TORRES FILHO

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Nunca será de mais que insistamos nos rumos seguros que devemos traçar para garantia da nossa maior riqueza agrícola até hoje conseguida — que é o café.

No começo deste século (1900 a 1904) já exportávamos 12.550.000 sacas anuais e nossos concorrentes uma média anual de 3.850.000 sacas. Isso significa que, para um mercado mundial consumidor de 16.460.000 sacas, o Brasil contribuía com nada menos de 76,5%. Era de se esperar, com o aumento crescente do consumo mundial que se eleva hoje a cerca de 43 milhões de sacas, das quais os Estados Unidos absorvem mais de 20 milhões, que o Brasil concorresse para o consumo mundial com o mínimo de 50%. Isso prova que no começo do século o Brasil era o supridor do mercado mundial de café; e esse fato econômico deve ser evidenciado para que tracemos uma política do café que se baseie na iniciativa particular e no associativismo. Os processos adotados no cultivo do café devem obedecer à técnica agrônômica que vise produzir bom e barato.

O Instituto Brasileiro do Café, no programa que lhe cabe traçar e seguir pela valorização do café brasileiro, precisa orientar-se no melhoramento da qualidade, que representa, a nosso vêr, o ponto crucial para a colocação do nosso café nos mercados externos onde sofre sensível depreciação na concorrência.

O intervencionismo estatal, procurando fazer a valorização artificial, torna o café brasileiro mais caro e de qualidade inferior, dando lugar à concorrência estrangeira. Desde a valorização de 1906 que a nossa política tem sido de expedientes, sem soluções duradouras, com o aumento das safras para um consumo mundial de aumento lento.

Não haverá exagero em se dizer que a nossa diretriz mais constante tem sido a da sustentação de preços em níveis altos admitidos como compensadores. São sempre medidas de salvação que se vão refletir nos meios agrícolas com o estímulo às plantações. Dessa orientação resulta, em prazos de três e quatro anos,

a superprodução e surge, com cores carregadas, a chamada crise do café. E é essa a situação que se avizinha mais uma vez, quando vemos o Governo intervir no mercado de café, passando a ser o grande comprador, adquirindo o produto que se acumula nos portos e criando uma perspectiva sombria.

Devemos ficar convencidos de que a política do café deve basear-se no estímulo à iniciativa particular, afastando a intervenção estatal, embora inspirada nos melhores propósitos, como vemos o Governo comprando café acima da cotação internacional.

Em síntese, os antecedentes servem de demonstração de que os planos de emergência devem ser abolidos, adotando-se uma Política do Café de efeitos duradouros e que atenda à melhoria do produto, evitando a superprodução e garantindo o escoamento da produção frente à competição nos mercados estrangeiros.



Na conservação e defesa do patrimônio florestal cuja destruição se faz em larga escala nos Estados, principalmente para a implantação da cultura cafeeira (só no Estado de São Paulo, por efeito da erosão, os prejuízos se elevam a muitos bilhões de cruzeiros), um programa de conservação do solo das zonas cafeeiras deverá ser um dos setores primordiais do I.B.C. na Política do Café.

SNR. CRIADOR:

VACINE SEUS ANIMAIS COM AS

Vacinas Manguinhos

- **contra a peste da manqueira (carbúnculo sintomático)**
- **anticarbunculosa (carbúnculo hemático, verdadeiro)**
- **contra a pneumo-enterite dos bezerros**
- **contra a pneumo-enterite dos porcos**



PEÇA AO SEU REVENDEDOR

PRODUTOS VETERINÁRIOS MANGUINHOS LTDA.

C. P. 1420 — RIO DE JANEIRO

À CLASSE RURAL

XXI

Prêmio Ennes de Souza

Os temas escolhidos para 1956 são tanto o de AGRONOMIA como o de VETERINÁRIA, de atualidade e importância. O problema do reflorestamento no Brasil é o tema para o qual se chama a atenção dos diplomandos em agronomia, e a importância das tricostrungilidoses dos bovinos no Brasil e seu combate, o destinado aos diplomandos em veterinária. Revestem-se, inegavelmente, de acentuada importância.

Concorrem ao prêmio os profissionais brasileiros diplomados (última turma) pelas nossas escolas oficiais ou reconhecidas classificadas entre os três primeiros da respectiva turma, sem nenhuma reprovação durante o curso. O prêmio será concedido aos concorrentes que satisfazendo as condições estabelecidas, apresentem as melhores monografias.

No corrente ano não houve concorrentes ao tema de AGRONOMIA, tendo conquistado a medalha de ouro em VETERINÁRIA, com o trabalho sobre a febre aftosa, o Sr. Jerome Lange-negger, diplomado pela Escola Nacional de Veterinária.

XXII

Águas do Paraíba do Sul

O Vale do Paraíba, com área superior a 25.000 quilômetros quadrados e mais de um milhão de habitantes, dispunha, em 1950, de 18.152 estabelecimentos agropecuários, dos quais 11.731 em território fluminense, 5.062 em território paulista e 1.359 em território mineiro. A cultura da cana e a indústria açucareira adquirem acentuada importância social e econômica na zona norte da bacia, em território fluminense, e a pecuária leiteira e a indústria de laticínios, no restante do vale. Não se beneficiam as explorações agropecuárias e as indústrias derivadas, como deveriam, das águas do Paraíba e de seus tributários. Essas, transfor-

mas em eletricidade são utilizadas, sobretudo, na iluminação dos centros povoados e nos parques industriais do Rio de Janeiro e São Paulo.

A falta de obras complementares de represamento, regularização de descarga e compensação dos desvios, tem acarretado consideráveis modificações no regime hidrográfico do vale, que, em consequência, está cada vez mais exposto aos efeitos de prolongadas estiagens.

As associações rurais e as cooperativas agrícolas e agropecuárias do Vale do Paraíba devem lutar pela preservação, no que ainda for possível, dos seus recursos naturais, inclusive hidrográficos e pelo estabelecimento de bacias de retenção.

XXIII

Dicionário de Plantas ÚTEIS DO BRASIL

O quarto volume dessa preciosa obra iniciada pelo naturalista Pio Corrêa está em fase de elaboração, segundo declara o Diretor do Serviço de Informação Agrícola que não tem poupado esforços para continuar a publicação, mantendo, em linhas gerais, a orientação original.

Sugerimos aos possuidores dos três primeiros volumes providenciarem a reserva do quarto.

XXIV

Agave, sua concorrência na produção de gêneros alimentícios

Em referência ao projeto de organização do Instituto do Sisal, pede-me ilustre conterrâneo sucinto parecer.

Não se me afigura conveniente e nem necessário a projetada auctarquia. A defesa da exploração dessa preciosa fibra está, a meu ver, no rigor observado em sua extração e beneficiamento, para que possa concorrer, com relativa vantagem, nos mercados consumidores.

Seria medida de providência e alcance soical evitar-se situação artificiais que viessem favorecer a preponderância da cultura aga-

vieira nas zonas produtoras de gêneros alimentícios.

XXV

3.º Curso Internacional de "Manejo de Pasturas"

Temos insistido e insistiremos, no tema alimentação do rebanho leiteiro, visando, sobretudo, o maior consumo desse nobre produto. O problema não é só nosso. Ainda agora (outubro e novembro de 1955) a OEA está realizando no Chile um curso internacional de "Manejo de Pasturas", que é o terceiro, tendo o primeiro sido ministrado na Argentina, e o segundo no Uruguai e sul do Brasil.

Precisamos, desde já, trabalhar no sentido de um dos próximos cursos internacionais ser ministrado no Brasil, notadamente tendo em vista as peculiaridades e exigências das zonas produtoras de leite dos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

XXVI

Queimadas no Planalto Central. Vantagens aparentes. Desvantagens reais

Do nosso relatório INVESTIGAÇÕES AGRONÔMICAS apresentado ao General Djalma Filho Coelho quando presidente da Comissão de Estudos para localização da nova Capital do Brasil, reproduzimos:

— As queimadas aumentam, ano após ano, nas zonas goianas que tivemos oportunidade de percorrer ou de apenas, atravessar, a área dos cerrados que, dos chapadões e das chapadas descem encostas e penetram vales, ameaçando, insidiosamente, capões, capuêras, capuerões e matas ciliares, chegando, mesmo, a tangenciar veredas. — formações nas cabeceiras, em terrenos úmidos ou brejosos, em que predominam os buritis.

Os cerrados, submetidos, como têm sido, à ação violenta e destruidora das queimadas, vão, por sua vez, tornando-se mais ralos, dando a impressão de, aos poucos, sucessivamente, irem se convertendo em campos cerrados, campos sujos e campos limpos, de constituição e valor muito variáveis.

Divergem muito as opiniões.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

São aparentes, em a nossa maneira de encarar a questão, não dizemos todos, mas a maioria dos benefícios que vêm justificando a prática das queimadas. A generalização e os excessos verificados, comprometendo o futuro, causam danos, de tal alcance e monta, que as vantagens auferidas não podem e nem deveriam justificar.

A queimada, com toda a sua capacidade de, destruindo, provocar a renovação, o verde e tenro, não resolve, e até certo ponto agrava, o problema forrageiro. A melhoria dos campos terá de ser alcançada mediante processos cuja prática implique na defesa e no melhoramento do solo.

Segundo alegam os criadores, justificando-as, as queimadas são feitas:

a) — para, com a brotação dos capins, na sua maioria cespitosos, de talos duros e folhas ásperas, obter-se pastagem verde e tenra;
b) — para limpeza dos campos;
c) — para suprir a deficiência de braços e baratear o trabalho, face a enorme extensão das áreas pastoris.

A prática das queimadas, muito antiga e generalizada, apresenta entre outros inconvenientes:

a) — destruição da matéria orgânica, que, em cobertura, beneficiaria o solo, enriquecendo-o, com a queima da macega constituída pelas gramíneas endurecidas e outras plantas impróprias à alimentação do gado;

b) — eliminação das espécies vegetais menos resistentes;

c) — enfraquecimento e gradativa eliminação das espécies arbustivas e arbóreas do andar médio e superior dos cerrados;

d) — redução, pelo super-aquecimento, dos micro-organismos da camada superficial do solo;

e) — afugentamento e parcial destruição das espécies silvestres que constituem a fauna do planalto central brasileiro;

f) — redução da umidade do solo, tornando-o mais ressequido e duro.

É difícil, nas condições atuais de povoamento, a generalização de diversa maneira de aproveitamento dos campos cerrados, limpeza dos campos e renovação das pastagens. É necessário, entretanto, — necessário e urgente —, que se estude e divulgue, favorecendo o desenvolvimento de outra mentalidade, processo mais construtivo de ex-

Registro de lavradores

Foram inscritos, durante o mês de setembro do ano passado, no Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura 1.157 lavradores assim distribuídos.

Pará	15 lavradores
Amapá	3 "
Maranhão	23 "
Plauí	22 "
Ceará	9 "
R. G. do Norte	4 "
Paraíba	13 "
Pernambuco	67 "
Alagoas	11 "
Sergipe	5 "
Bahia	56 "
Minas Gerais	186 "
E. Santo	9 "
Rio de Janeiro	75 "
D. Federal	6 "
S. Paulo	118 "
Paraná	76 "
Sta. Catarina	68 "
R. Grande do Sul	290 "
Mato Grosso	45 "
Goiás	18 "

Clubes Agrícolas Escolares

De acordo com os dados for-

necidos pelo Serviço de Informação Agrícola do Ministério, da Agricultura 2.741 Clubes Agrícolas Escolares estão devidamente registrados no referido Serviço. E' a seguinte distribuição:

Território do Acre	8
" do Amapá	5
" do Guaporé	4
" do Rio Branco	1
Amazonas	20
Pará	39
Maranhão	9
Piauí	10
Ceará	33
Rio Grande do Norte	26
Paraíba	28
Pernambuco	363
Sergipe	140
Alagoas	11
Bahia	39
Minas Gerais	545
Espírito Santo	110
Rio de Janeiro	192
Distrito Federal	101
S. Paulo	110
Paraná	41
Santa Catarina	525
Rio Grande do Sul	292
Goiás	57
Mato Grosso	32

ploração agro-pecuária no meio rural.

XXVII

Assistência ao trabalhador. Recordando iniciativa do industrial David Carneiro

No regulamento interno da Hervateira Americana, adotado em 1910 pelos industriais David Carneiro & Cia. (Curitiba — Paraná) figuravam as seguintes disposições:

Art. 12º. — Os operários têm direito para si e suas famílias ao serviço médico e à formação por conta da Casa.

Art. 13º. — Os operários que tiverem um ano inteiro de serviço e não tenham sido suspensos por infração ao Regulamento terão direito à gratificação do Natal.

Art. 14º. — Os operários que adoecerem no serviço terão

diária por inteiro até um mês, de acordo com a folha de prova do 1.º Administrador e atestado médico.

Art. 15º. — Os operários que se invalidarem por acidente de trabalho ou completarem 25 anos de bons serviços na Casa serão aposentados com a fêria por inteiro.

Art. 16º. — No caso de morte a família receberá o valor do seguro instituído pela Casa a favor de seus operários e equivalente a dois anos de serviço.

Art. 17º. — É garantido o jornal do operário sorteado ou chamado ao serviço militar enquanto estiver mobilizado.

As dúvidas levantadas eram resolvidas por uma comissão composta de um sócio da firma, um representante dos operários (por eles eleito) e do consultor jurídico da empresa, esse no caráter de conselheiro.

Conservas Coqueiro S/A

Fabricantes de Conservas de Peixe — Farinha de Peixe para alimentação de Aves — Óleo de Peixe para fins Industriais — Concentrado de solúveis de Peixe para enriquecimento de rações balanceadas para aves, suínos e bovinos

SARDINHAS **“COQUEIRO”** **E** **“GUANABARA”**

FÁBRICA:

Rua São Jorge, 95/195 — Tels. 5547 e 5548
São Gonçalo — E. do Rio

ESCRITÓRIO:

Rua da Quitanda, 30-2.º andar, sala 201 — Ed. Santo Ângelo
Tel. 42-6633 — End. Telegr. “COQUEIRO”

Escolhido o tipo de colmeia mobilista a ser utilizado na instalação do apiário, o apicultor deverá pensar em povoar as colmeias obtidas. Desde que essas colmeias sejam mobilistas, isto é, construídas por quadros móveis, o modelo perfeito tem menor importância. Quase sempre, a preferência é de cunho pessoal, influenciando pouco no resultado da produção. Apenas, não deve o apicultor ter mais de um tipo de colmeia, e, se possível de quadros, para poder lançar mão das principais vantagens que oferecem as colmeias mobilistas.

Para povoamento de uma colmeia, o apicultor lança mão de um dos quatro recursos:

- 1) Aproveitamento de um enxame natural;
- 2) Aquisição de um núcleo de abelha;
- 3) Divisão de uma colmeia já povoada;
- 4) Trasladação de uma colmeia fixista.

1) ENXAME NATURAL — Para alojar um enxame natural, numa colmeia mobilista, o apicultor deverá ter sempre um ninho com fundo tampa e pelo menos 4 quadros providos de cera moldada, cujas folhas ocupem o quadro todo; nada de iscas.

O primeiro quadro a ser colocado deve conter favo construído e que tenha servido anteriormente a pelo menos uma geração de cria, preferivelmente de operária. Se o apicultor não tiver à mão esse quadro poderá retirar, de uma colmeia povoada, um favo de cria, sem as abelhas aderentes e aproveitá-lo.

A finalidade desse quadro é diminuir a possibilidade de fuga do enxame, depois de alojado.

Tendo a colmeia preparada como ficou explicado, o apicultor deve levá-la rapidamente para junto do local onde pousou o enxame; geralmente um galho de árvore. Colocar a colmeia no chão, com os quadros, soalho e fôrro em seus respectivos lugares. Com uma lata de 2 litros, o apicultor vai colhendo o "cacho" de abelhas e despejando no chão, em frente do alvado. Se o galho puder ser

POVOAMENTO DE UMA COLMEIA

PEDRO LUIZ VAN TOL FILHO

sacudido, as abelhas podem ser colhidas todas de uma só vez. Sacode-se o cacho de abelhas dentro de um balde, despejando-as em seguida na frente do alvado como ficou dito. Algumas abelhas levantarão vôo, retornando à colmeia de onde saiu o enxame; isto não tem importância, pois o grosso do enxame espalhar-se-á pelo chão num redomoinho calmo, com um zumbido característico, até que algumas abelhas alcançando a entrada da colmeia, chamem as suas companheiras para que tomem posse da nova habitação. Ouvindo esse chamado, as demais abelhas voltam-se todas para o alvado; poderemos ver então a rainha correndo por sobre as suas companheiras na mesma direção do alvado; quando ela entra, as demais abelhas avançam como um exército e tomam conta imediata e completamente da colmeia. Isto tudo se dá em poucos minutos, em que o apicultor ficou observado. Entradas as abelhas, o apicultor leva a colmeia para o seu lugar definitivo e não mexe mais com ela, durante uma semana, depois da qual virá fazer uma visita para verificar a necessidade de acrescentar mais alguns quadros, que, como os primeiros, deverão ser providos de folhas inteiras de cera alveolada.

Dai por diante será tratada como as demais colmeias.

2) AQUISIÇÃO DE NÚCLEO — Um núcleo de abelhas para o povoamento de uma colmeia, consta de 2 quadros de cria madura, um quadro de mel, cerca de 6.000 abelhas operárias e uma rainha nova, recentemente fecundada; isto é, o suficiente para o início de uma colmeia.

Recebido o núcleo, que vem numa caixa, fechada, espécie de uma pequena colmeia de 3 quadros, o apicultor deverá levá-lo ao lugar para onde virá a colmeia destinada a re-

cebê-lo e ali ficará pelo menos durante 10 minutos, até que as abelhas se acalmem das trepidações sofridas durante o transporte. Depois deste prazo o apicultor, com uma chave de fenda, ou coisa semelhante, abre uma fresta com cerca de 2 cm de altura, na parte de cima do núcleo, no lado que será a frente da colmeia. Feito isto, o apicultor deve sair de perto para evitar que as abelhas, que saem do núcleo o localizem no lugar em que está, no seu vôo de reconhecimento e venham a estranhar a sua ausência posteriormente.

No dia seguinte, ou mesmo dois dias depois, o apicultor voltará, tirará o núcleo do lugar, substituindo-o por um ninho de colmeia, sem quadros e sem tampa. Abrirá completamente a tampa superior do núcleo, despregará os quadros deste e os levará para nova colmeia, colocando encostados a uma das paredes desta os dois quadros de cria e depois o quadro com mel, acompanhados ainda de mais 2 ou 3 quadros com cera moldada. Com algumas pancadas na caixa do núcleo, virado de boca para baixo, em cima da colmeia ainda aberta, o apicultor faz com que o resto das abelhas passe daquele para esta. Cobre-se a colmeia com a tampa e está pronta.

Convém levar o núcleo vazio para longe, porque algumas abelhas poderão vir ainda procurá-lo, a traídas pelo cheiro a que já estavam acostumadas.

3) DIVISÃO DE UMA COLMEIA — Quando o apicultor já dispuser de abelhas alojadas em colmeias mobilistas e desejar aumentar o número de seus enxames, sem esperar a enxameação natural poderá fazer duas famílias o aproveitamento de uma colmeia bem populosa ou então fazer três famílias, lançando mão de duas colmeias bem populosas.

Em qualquer divisão de famílias, duas coisas devem ser evitadas:

- a) nunca dividir uma família fraca, isto é, com poucas abelhas, pouca cria e poucas provisões; pois as famílias resultantes da divisão, não teriam capacidade para a sobrevivência;
- b) somente providenciar a divisão em época de boas colheitas de nectar e de pólen que possam compensar os sacrifícios sofridos pelas famílias resultantes da divisão.

Divisão de uma família em duas — O melhor processo é o chamado "enxame voador".

Escolhida a família a ser dividida é ela levada para um novo local. No lugar em que ela se achava coloca-se um ninho vazio com o soalho, sem tampa nem quadros. Depois de levada para novo local, a colmeia povoada é aberta e dela são retirados todos os quadros com crias novas e mesmo com ovos. Conhecem-se as crias novas, porque ainda não estão operculadas; isto é os alveolos estão ainda abertos, deixando visíveis as larvas brancas no seu interior.

Estes quadros devem ser bem examinados para procurar a rainha. Se esta for encontrada num quadro com ovos, o que será quase certo, esse quadro será cuidadosamente resguardado num canto da colmeia ou melhor, numa outra colmeia vazia até o fim da operação. Separados os quadros de cria nova, serão eles sacudidos dentro da colmeia que pertenceu para caírem as abelhas e depois levados, sem as abelhas aderentes, para o lugar antigo, onde deixamos o ninho com o soalho; nesse ninho colocamos todos os quadros trazidos encostados a um dos cantos do ninho, nunca somente no centro. O espaço vazio poderá ser completado com algum quadro com mel e quadros com cera alveolada.

Coloca-se o ferro na nova colmeia e não se meche mais com ela durante uns 20 dias.

As abelhas acostumadas com o antigo lugar de sua habitação voltarão todas para ele. Dai o nome de "enxame voador". Ali não encontrarão

mais a sua colmeia com a sua rainha; mas encontrarão uma nova colmeia com bastante cria nova. Escolhem umas tantas larvas de operárias dessa cria nova e transformam-nas em larvas de rainha, graças à alimentação e ao berço, que tornam-se diferentes das demais irmãs operárias. Alguns dias depois, as rainhas nascem; algumas vezes fica uma só, que destrói as suas irmãs e rivais (as demais rainhas); outras vezes ficam diversas rainhas virgens em comum; mas quando uma delas volta fecundada, de seu vôo, mata todas as demais e com mais dois dias iniciará vigorosa postura de ovos, para a continuação da vida da família.

Voltemos a falar da colmeia velha que foi levada para o novo local. Retirados os quadros com cria nova, que, como ficou dito, foram levados para a nova colmeia no antigo lugar, a antiga família tem menos necessidade das abelhas "campeiras" as que trazem dos campos, nectar, pólen, resina e água e que formaram o "enxame voador"; e tem menos necessidade, porque somente enquanto os alveolos estão abertos é que as crias têm necessidade de nectar, pólen e água, para a sua alimentação.

Coloca-se novamente na colmeia, o quadro em que está a rainha com todas as abelhas; encostados a ele, colocam-se todos os quadros de cria madura (as já operculadas), depois os de mel e, para completar o espaço vazio quadros com cera alveolada. Coloca-se o forro na colmeia e está pronto. Já no dia seguinte muitas das abelhas novas farão o seu primeiro vôo de reconhecimento fixando a localização da colmeia transferida. Da cria madura existente nascerão novas abelhas; e a rainha que interrompe a postura durante umas tantas horas, após a divisão da família, recomeça a sua postura, normalizando a vida da colmeia.

4) COM DUAS FAMÍLIAS FAZER TRÊS — Escolhido os dois enxames fortes a serem utilizados, leva-se um deles para novo local, colocando-se no seu lugar um ninho vazio.

Enfim, faz-se um "enxame voador" como ficou explicado.

Da 2.^a colmeia a ser utilizada na divisão, tiram-se todos os quadros com cria madura, sem as abelhas aderentes; esses quadros devem ser imediatamente distribuídos pelas duas novas famílias formadas, dando-se um pouco mais para a que ficou sem a rainha.

Com isto a 2.^a família sacrifica-se um pouco mais diminui o sacrifício das duas novas famílias formadas com a divisão da 1.^a colmeia; pois da cria madura fornecida pela 2.^a colmeia, nascerão muitas abelhas novas para cuja criação não dispensaram trabalhos nem alimentos.

5) TRANSLADAÇÃO — Quando se dispõe de abelhas alojadas nas chamadas "colmeias fixistas", isto é, caixotes, barris, latas, etc., sem quadros móveis, mas apenas com algumas varetas cruzadas no seu interior, para ajudar a firmar os favos, a apicultura deixa de ser fonte de renda e de alegria.

Torna-se conveniente a transladação dessa família para uma colmeia mobilista, com aproveitamento, ao máximo, do que as abelhas têm na fixista.

Para isto o apicultor se munde de uma ferramenta para desmontar a fixista, o fumigador uma faca mais ou menos grande para despreparar e para cortar os favos e um rolo de barbante de algodão; será conveniente ter também junto uma vasilha com água para de vez em quando, lavar as mãos que se lambusam de mel, durante as operações.

Chegando-se ao lugar em está a fixista dão-se umas 10 ou 15 baforadas de fumaça no seu interior, para que as abelhas corram para os favos de mel e se encham com este alimento.

Retira-se a fixista e no seu lugar coloca-se o ninho da mobilista só com o soalho, sem os quadros nem o forro.

Com a ferramenta, abre-se uma das partes laterais da fixista, de modo que se possa retirar inteiros os favos existentes no seu interior. Retiram-se as varetas que for-

mam as cruzetas de fixação dos favos.

Com o auxílio do fumigador faz-se com que as abelhas se aglomerem em um canto ou, melhor, fora da fixista. Com o espanador de apicultor ou, na falta deste, com uma pena grande de ave, essas abelhas são varridas para dentro de uma lata de dois litros e levadas e despejadas no ninho vazio que ocupa o primeiro lugar da fixista. Quanto mais abelhas conseguir tirar da fixista, tanto mais fácil ficará o trabalho.

Agora, com a faca, vão sendo cortados os favos da fixista, despejando-os das partes superior e laterais já que na parte inferior rarissimamente estão colados.

Sendo favo de mel, o apicultor aproveita para o consumo; sendo favo com ovos de cria muito nova, ou de zangões, o apicultor põe de lado para derreter e aproveitar a cera; sendo favo de cria de operárias, sem muitos defeitos, o apicultor com uma das mãos espalmadas ampara-o enquanto com a faca na outra mão corta as partes em que esteja o favo aderente à fixista: Como é fácil compreender, não deve haver abelhas aderentes ao favo.

Retirado o favo de cria aproveitável, é ele colocado sobre uma tábua. Toma-se um quadro de ninho, sem areme, e coloca-se sobre o favo deitado na tábua, observando-se com atenção que a parte superior do favo corresponda a parte superior do quadro para que as crias não fiquem deitadas de lado ou de cabeça voltada para baixo. Como sabemos, os alveolos são levemente inclinados, e não perpendiculares ao eixo do favo.

Colocado o quadro sobre o favo, corre-se a faca pelas partes interiores daquele, de modo a cortar o favo de um tamanho tal, que possa ser justamente encaixado dentro do quadro. Retiram-se as aparas que sobram encaixando o favo no quadro onde se firma graças a algumas voltas que se dá passando o fio de barbante ao redor do quadro e amarrando-se depois as duas pontas. Esse barbante não deve correr no sentido

CONSULTAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico de "A LAVOURA"

Ferrugem da laranjeira

Pelos dados citados na carta de nosso consócio M. O. P., trata-se, sem dúvida, de uma doença chamada "ferrugem da laranjeira". As manchas características são produzidas por um ácaro. Como meio preventivo é aconselhável o emprego de calda sulfo-cálcica enquanto os frutos ainda estão pequenos (3 centímetros de diâmetro).

Mandioca

Esclarecendo ao nosso consócio C. J. L., do Estado de Minas Gerais, temos informar:

- a) que o plantio deve ser feito por meio de estacas (manivas);
- b) as manivas devem medir 15 cm de comprimento e 3 a 4 nós (gemas);
- c) as manivas podem ser plantadas horizontalmente no fundo de regos abertos no solo e cobertos de terra.

horizontal do quadro para evitar que se enrosque em qualquer parte do interior da colmeia, ao ser colocado e retirado o quadro. Também as abelhas procurariam soldar o barbante às paredes interiores da colmeia, prejudicando os serviços.

Quando o favo a ser encaixado na colmeia for pequeno, poderá o quadro ser aproveitado totalmente, juntando-se vários pedaços de favos num mesmo quadro, e amarrando-se depois, como ficou explicado.

A medida que os favos forem sendo encaixados nos quadros, serão estes levados e colocados em suas posição definitiva dentro do ninho vazio que colocarmos no antigo lugar da fixista.

Transladados todos os favos para a mobilista, varrem-se para esta o restante das abelhas ainda aderentes às paredes da fixista. Cobre-se o ninho com o fóro e não se mexe mais durante 3 dias. Depois deste prazo, convém

Antracnose

Trata-se, sem dúvida, no caso da consulta de nosso consócio B. N. V., do Estado do Espírito Santo, de uma doença muito comum na mangueira, chamada antracnose.

A antracnose, causada por um fungo chamado *Colletotrichum gleosporioides* pode ser controlada por meio de pulverizações com Calda Bordaleza a 1%.

Estaquia de begônia

Respondendo à consulta da Sra. L. M., do Distrito Federal temos a informar:

- a) entre os processos de multiplicação da Begônia usa-se a multiplicação por meio de estacas de folhas;
- b) para isso, as folhas contendo parte do pecíolo (cabo de folha), são enterrados em solo leve e solto (sílico-argiloso).

fazer uma visita à família transladada para verificar se os favos estão correntemente soldados com cera, aos quadros, pelas abelhas. Nessa ocasião as abelhas já terão começado a roer os fios de barbante. O apicultor deverá cortar estes fios e retirá-los completamente pois agora só servem para atrapalhar as abelhas. Reparada qualquer irregularidades nos favos, o ninho terá o número de seus quadros completado com novos quadros providos inteiramente de cera moldada. E assim o enxame passará a trabalhar na colmeia que agora povoa.

A transladação deve ser feita em época de colheita de nectar, evitando-se para esta operação os dias frios chuvosos ou de muito vento.

Tôdas estas operações são aplicáveis somente ao se criarem as chamadas abelhas da "Europa". Para as nossas abelhas indígenas (jataí, urussú, mandassaia, etc.) não se aplicam essas regras.

NOVO SUPLEMENTO ALIMENTAR REVOLUCIONA a INDÚSTRIA PECUÁRIA!

aurofacs

AUROFAC acelera o crescimento!

Aurofac contém AUREOMICINA* e Vitamina B-12 - por isso acelera o crescimento dos animais, protegendo-os, ao mesmo tempo, contra as doenças que, freqüentemente, são fatais. AUROFAC é fruto de vários anos de investigação científica da American Cyanamid Company.

AUROFAC é fácil de usar!

AUROFAC pode ser adquirido já em mistura com as rações, ou puro para ser misturado em sua própria fazenda, de acôrdo com uma fórmula muito simples, não exigindo máquinas especiais.

AUROFAC assegura maior economia

Através de rações bem balanceadas: 1) os animais crescem mais depressa e adoeceem menos, 2) consomem menos alimento para a engorda, 3) pesam mais e dão maior rendimento.

Já está à venda no Brasil

AUROFAC*

...pequena despesa e grandes lucros!

Exija rações enriquecidas com AUROFAC ou reforce-as, você mesmo, com esse magnífico suplemento alimentar que opera milagres de saúde em sua criação!

Escreva-nos e teremos prazer em enviar informações detalhadas.

*Marcas registradas



2551

aumenta seus lucros na criação de porcos, bezerros e aves.

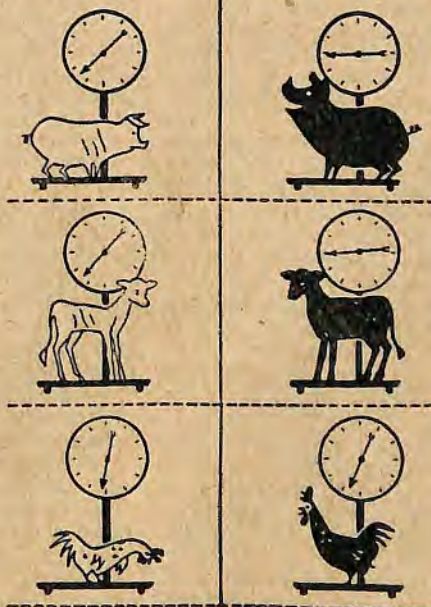
Maiores lucros e menores preocupações

Para você ter uma idéia dos resultados excepcionais que AUROFAC lhe pode proporcionar, veja as diferenças deste confronto!

NA MESMA IDADE

Sem AUROFAC

Com AUROFAC



Distribuidores exclusivos

LABORATÓRIOS LEDERLE DO BRASIL S. A.

RIO: Rua 1.º de Março, 9

S. PAULO: Rua Lavapés, 326

RECIFE: Rua do Hospício, 71 - loja

B. HORIZONTE: Av. Olegário Maciel, 579

P. ALEGRE: Rua Senhor dos Passos, 280

SALVADOR: Av. 7 de Setembro, 142 - 1.º andar

Depois de quase dois anos de constantes trabalhos preparatórios para a nossa viagem de fim de curso, vimos compensados nossos esforços, pois, a 16 de fevereiro último, viajando pela Real Aerovias Brasil, partimos de Porto Alegre, para visitar os Estados Unidos da América do Norte.

No Rio de Janeiro, a fim de assentar as medidas finais inerentes à viagem por terras de Tio Sam, estivemos no Escritório Técnico de Agricultura e na Embaixada dos Estados Unidos da América, onde entramos em contacto com Mr. Raub Snyder, Mr. George Ware e Mr. Everest Burlando, titulares destas dependências do Governo norte-americano em nossa terra.

Após cumprir interessante programa pelo Brasil, com escalas ainda em Salvador, Recife e Belém, deixamos nossa Pátria a 1,30 horas da manhã de 1.º de março, chegando em às 17,30 (hora local) do mesmo dia.

No aeroporto dessa cidade éramos esperados por uma funcionária do Governo norte-americano, a qual nos desembarcou rapidamente da fiscalização alfandegária, assim como já havia providenciado em transporte até a cidade e reservado cômodos em hotel. Indicou-nos depois a estação rodoviária e a hora em que poderíamos viajar para Washington, D. C.

No dia seguinte percorremos os pontos principais da belíssima estação balneária e, às 22 horas, em confortável ônibus da companhia Grey-Hond, partimos para Washington D. C., aonde chegamos às 7 horas do dia 4. Fomos recebidos por Mr. Henry Ross, Diretor do Serviço de Educação Vocacional Agrícola do A. & M. College Station, do Texas, que fôra especialmente designado pelo Governo para ser nosso Guia. Em seguida fizemos boas relações com este Professor, o qual se impunha unicamente pelo exemplo, tornando-se amigo de todos. Encaminhou-nos ao hotel que nos estava reservado e, à tarde, damos início ao cumprimento do bem elaborado programa pelo FOA em colaboração com o USDA.

Permanecemos uma semana na Capital dos Estados Unidos. Durante este período assistimos várias conferências, inteirando-nos da organização do USDA, seu funcionamento e relações com o FOA e com os Estados. Tivemos também conferências

Sucesso da excursão aos Estados Unidos dos Engenheiros Agrônomos de 1954, da Escola de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre

Por SANTOS MASIERO

no Departamento da Saúde e Bem Estar. Visitamos Beltsville, o maior centro experimental do País, situado em Maryland.

Dia 11 iniciamos o roteiro pelo interior do País, partindo para o Sul. Pernoitamos na Universidade de Raleigh, Norte Carolina. Prosseguindo viagem, nossa próxima parada foi em Charleston, histórica cidade dos EE. UU. e Capital de Carolina do Sul, chegando à Universidade da Flórida dia 13, onde nos detivemos dois dias. Avançando ainda para o Sul, estacionamos 4 dias em Bartow, visitando várias fazendas, predominando a cruz de zebu; fábrica de adubos fosfatados; fábrica de suco de laranja (3/4 da produção são industrializados); estação experimental de citrus; laboratório de pesquisa de citrus, etc.

Entretanto em contacto com o Serviço de Fomento e Ensino Agrícola, através dos quais ficamos conhecendo o Clube dos 4 HH dos Futuros Fazendeiros da América. O ensino agrícola é obrigatório no primário e no ginásio. O Governo empresta grande importância a este setor da educação, dispensando completa assistência.

Da Flórida rumamos para oeste, parando em New Orleans, Louisiana, visitando a Câmara do Comércio e o porto, um dos mais movimentados do País, pelo qual entra grande parte do nosso café. Após passamos à Universidade deste Estado em Baton Rouge, nela pernoitando. No dia seguinte percorremos este estabelecimento de ensino e visitamos o D. A. do Estado, sendo-nos feita longa explanação pelo Secretário de Agricultura sobre o amparo ao homem rural. Falou-nos da política creditícia do Governo, a qual é facilitada em larga escala ao ponto de ser concedido empréstimo a escolares a partir dos 8 anos de idade, afirmando-nos que não fôra registrado nenhum insucesso.

Deslocamo-nos depois para o Texas, onde passamos 9 dias em cinco lugares: Beaumont,

Houston, A & M College Station, San Antonio e Texarkana. Apreciamos nesses grande Estado o sistema de irrigação, que aproveita as águas do rio Natche, recalçada por bomba e conduzidas através de dezenas de quilômetros. Visitamos várias fazendas de gado Santa Gertudes, que é o que melhor resultados proporciona pela sua rusticidade, face às adversidades ambientais aí reinantes.

Do Texas rumamos para o Norte, com paradas em Branson e St. Louis. Nesta cidade fomos hóspedes em grupos de dois em casas de famílias de fazendeiros, com o objetivo de conhecermos a vida rural norte-americana. Seguimos depois para a Prudue University em Lafayette, Indiana, nela permanecendo cinco dias. Assistimos conferências sobre o USDA, Clube dos 4 H, Home Economic, visitamos importante estação experimental de sementes e fomos hospedados, pela segunda vez, em casas de fazendeiros. Partimos para Chicago, visitando aí a monumental fábrica de tratores Internacional Harvester e o frigorífico Swift, o maior do mundo.

De Chicago seguimos para New York, ponto final de nossa excursão, com pernoite em Akron. Naquela cidade éramos esperados por funcionários do USDA e FOA. Visitamos o edifício das Nações Unidas, regularizamos a documentação para isenção alfandegária, respondemos diversos quesitos sobre a viagem em reunião com os citados funcionários e entregamos o relatório da viagem.

Nisto consistiu resumidamente nossa excursão, a qual encerramos a 16 de abril, após percorrermos 6.600 milhas em ônibus especial através de 18 Estados do território norte-americano, visitando Universidades, Escolas Secundárias, Escolas Vocacionais Agrícolas, Clubes Agrícolas, Serviço de Fomento, fazendas e lavouras, enfim vendo e ouvindo Pesquisa, Ensino,

(Cont. na pág. 14)

Admirável planta, da família das leguminosas, fertilizadora do solo mediante a fixação do nitrogênio atmosférico, a mais indicada na rotação com o milho e o algodão, dado o seu sistema radicular, profundo e amplo, o feijão guandú ("Cajanus indicus", Spreng), deve ocupar o lugar que merece em nossas regiões agrícolas. Explorando o subsolo, o feijão guandú alimenta-se de sais minerais que, em consequência da erosão em profundidade, por percolação, deixam de ser aproveitados pelas raízes do milho, algodão, etc., sais minerais estes que retornam à camada vegetal do solo, nas folhas e ramos do guandú que nela se transformam, operando-se, também assim, a fixação do azoto atmosférico. Daí o valor extraordinário dessa leguminosa na rotação de culturas.

Forrageira admirável, superior em conteúdo proteico à alfafa, o guandú vem sendo plantado em semeadura cerrada, na distância de meio ($\frac{1}{2}$) metro entre fileiras de plantas. Atingida a altura de um (1) metro, mais ou menos, dá-se início ao corte que, para permitir brotação, deverá ser levado a efeito alguns centímetros acima do solo.

Em nossas terras de campo, tão mal aproveitadas, cobertas de capim "barba de bode", meio caminho do deserto, o feijão guandú opera notável transformação quando adicionada, após aração profunda, boa dose de calcário. Quatro a cinco anos de exploração do guandú, dão às terras de campo condições físicas e químicas, propícias às culturas do milho, algodão, etc. Terras medíocres, nas quais predominava o indaia, na baixa Mogiana, tendo sido plantadas com o guandú, para forragem, produziram, alguns anos depois, batata de boa qualidade.

Em Pôrto Rico, o guandú verde é enlatado por uma cooperativa de agricultores, tendo excelente aceitação no mercado de Nova York e outros, segundo tivemos o ensejo de ler em jornal agrícola daquela ilha. Esse mesmo jornal publicou apelo da direção da mencionada cooperativa no sentido de ser aumentada a área de plantio do "guandú", a fim de permitir mais ampla industrialização do produto. Nesta cidade de Campinas há muitas pessoas capacitadas a testemunhar as boas qualidades do feijão guandú "Fava Larga" (variedade

O Zebú das Leguminosas

CLÓVIS TEIXEIRA

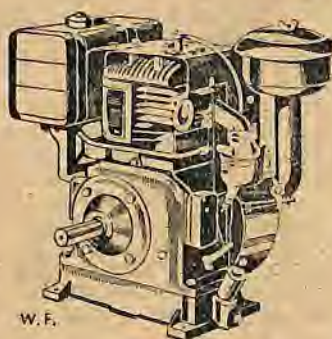
selecionada pela Secção de Cereais e Leguminosas do Instituto Agrônomo), para o preparo de ervilha (ervilha de debulhar). Para isso, os grãos verdes de guandú devem ser levados ao fogo em água quente e a água fria os tornará encruados, adicionando-se à água uma colher, das de café, de açúcar.

Com a farinha de guandú, produzida em moinho de fubá, tivemos a oportunidade de obter brôa e bolo cujo sabor nada ficou a desejar em relação a farinhas outras. Empregamos uma parte de farinha de guandú para duas de farinha de trigo, sendo que esta última se beneficiou, na mistura, em proteínas e vitaminas de que é rico aquele grão leguminoso. No nordeste do país, a sopa de guandú é destinada aos convalescentes, no propósito de levantar-lhes as forças.

Alimentação abundante e nutritiva para o gado leiteiro, animais de trabalho, porcos, aves, cabritos, etc., notadamente no inverno, época de forragem escassa, é fornecida pelo feijão guandú (vagens e sementes), passado no desintegrador. Trata-se de substancial reforço às rações em geral, nas quais deverá entrar na proporção de cinquenta por cento (50%). Segundo escreve o agrônomo Valdivia, em "La Hacienda", o guandú possui elemento, ainda não identificado em laboratório, mas de ação comprovada, na prática, que estimula a postura, de grande valia, pois, para os senhores avicultores.

O guandú começa a produzir seis (6) meses depois do plantio, e dará boa produção durante quatro a cinco anos, além de beneficiar, grandemente, o terreno. Exige capina somente no primeiro ano, nas culturas

PARA O CAMPO E A INDÚSTRIA



MOTORES
À GASOLINA
DE 1 À 8 HP
4 TEMPOS
REFRIGERADOS À AR



A FONTE
DE
POTÊNCIA
PREFERIDA
EM
TODO MUNDO

SERVINDO-LO COM PRAZER
Borghoff S.A.
COMERCIO E TÉCNICA

RIO DE JANEIRO: RUA RIACHUELO, 243
SÃO PAULO: AV. GEN. OLÍMPIO DA SILVEIRA, 63/77

para produção de sementes, porquanto dificulta o crescimento das ervas daninhas. Explorada uma plantação de guandú, durante quatro a cinco anos outras terras deverão ser escolhidas para tal propósito, a fim de manter-se um bom ritmo de produção. O lavrador, ao destruir a plantação abandonada, obtém lenha abundante.

O guandú atinge a altura de dois e meio metros a três, com tronco de boa circunferência. Suas flores atraem toda a sorte de insetos sugadores de nectar, pelo que essa planta figura, com destaque, entre as melíferas, recomendando-se o seu plantio ao redor dos apiários, para os quais terá, ainda, as virtudes dos quebraventos, e de fornecer nectar em época de escassez de flores.

No plantio da leguminosa em apreço (setembro-outubro) deitam-se três (3) sementes em cada cova procedendo-se ao desbaste quando as plantinhas apresentarem vinte (20) centímetros, mais ou menos, de altura. Permanecerá uma só planta, a mais vigorosa. O arrancamento das excedentes se fará em sentido horizontal para não prejudicar o sistema radicular da planta eleita. As distâncias para cultura destinada à produção de semente, serão estas: — Um metro (1) entre plantas e um (1) metro entre as fileiras de plantas.

Ressente-se o guandú da colheita feita a mão, isto é, pelo arrancamento das vagens, caindo a sua produção no ano seguinte. Deverá ser adotada a tesoura de podar, cortando-se as vagens junto às hastes das quais pendem em cachos. Isto tornará a colheita mais racional, rápida e prática.

Estando secas, as vagens com as sementes serão levadas ao desintegrador, para produção de farelo que, sem exagero algum, trará abundância ao homem do campo e, indiretamen-

te, aos habitantes das cidades, porquanto aumentará a riqueza animal.

E' o guandú extraordinariamente resistente às secas, causando, mesmo, admiração essa sua peculiaridade. O dr. Westgate, de Hawai, escreveu, em 1921: "El gandul es antes que nada una cosecha de tierra seca, especialmente cuando se le considera principalmente por su producción de semilla". No ano de 1939, durante seca acentuada, na Fazenda "Guatapará", município de Ribeirão Preto, vimos alpes de guandú a beira estrada, vergados ao péso do pó, e... produzindo flores e frutos.

Terras baixas, alagadiças, não são próprias para a cultura do feijão guandú. As arenosas são as suas preferidas, às quais essa admirável planta, depois de alguns anos, empresta condições físicas e químicas das melhores. Escrevia o "Jornal do Agricultor" (primeira publicação agrícola, editada no Brasil), no ano de 1888, se não nos falha a anotação: "As folhas do guandú são um bom estrume vegetal".

Vamos reproduzir, em seguida, algumas linhas de artigo do dr. Wilson Popenoe, a respeito do "El Chicharo o Frijol de Palo", nomes pelos quais, além de "gandul", o feijão guandú é conhecido nas repúblicas da América Central: "Una autoridad destacada como lo es el doctor Albert F. Hill, de la Universidad de Harvard, habla de esta planta en su libro "Economic Botany", recientemente publicado, en estos términos: "de tany", recientemente publicado, en estos términos: "de las leguminosas más prometedoras de presente". Escreve, ainda, Westgate: "El punto más importante al considerar al gandul como alimento de ganado es la posibilidad de sustituir en parte las grandes importaciones de granos, residuos de los molinos de cereales, henos, etc.

Diamantes Baianos

(Conclução da pág. 21)

Cachorrinha perto de Alagoinhas; na serra do Curralzinho, pico do Nabuco e na serra do Assuarú, onde diamantes foram encontrados pela primeira vez em 1939.

Em 1895 dos cascalhos de Lençóis, foi retirado o maior carbonado até hoje encontrado, pesando 3.150 quilates. Os carbonados de 500 a 1.000 quilates não são raros na mesma zona.

Em regiões completamente afastadas da Chapada Diamantina, ao sul do Estado da Bahia, Distrito Diamantífero de Canavieiras, na Bahia do Salobro, existem as afamadas jazidas conhecidas e que muito atraíram a atenção dos cientistas. Sob o título "Jazidas de diamantes do Salobro", o notável geólogo Euzébio de Oliveira, de saudosa memória, publicou interessante notícia no Boletim n. 13 do Serviço Geológico e Mineralogia do Brasil (Rio de Janeiro, 1925).

A produção anual dos carbonados, nas lavras da Bahia, regula uma média de trinta mil quilates.

(Conclução da pág. 12)

Experimentação, Fomento e vida rural, estreitando relações entre as duas grandes Nações, constituindo tudo isto inestimável cabedal de ensinamentos que muitos nos auxiliarão o uso racional da terra para o progresso do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Aqueles que compreenderam nossa lisura de propósitos, honrando-nos com seu valioso auxílio, com satisfação reiteramos nosso reconhecimento e gratidão.

"SELEÇÕES AGRÍCOLAS"

REVISTA MENSAL

Direção: Eurico Santos — Sylvio Leal — M. Nunes

Assinatura anual Cr\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 5,00

Avenida Nilo Peçanha, 26-12.º — Tel.: 32-6163 — Rio de Janeiro — Brasil

DEFINIÇÕES COOPERATIVAS

Por FÁBIO LUZ FILHO
(Presidente do C. N. E. C.)

Como prometi no meu último artigo, venho divulgar as definições que o professor Antônio Gascón reproduz em seu "La Cooperación y las cooperativas". Acrescento-as como valioso subsídio às numerosas que se contêm em meu livro "Teoria e prática das sociedades cooperativas".

Acabo de receber esse livro por gentileza, como disse, do professor Juan Gascón Hernández, ilustrado professor da Universidade de Madri, a que presto aqui minha homenagem, como ao seu saudoso pai.

Depois de longas considerações sobre a caracterização das sociedades cooperativas, passa a aludir a Roberto Owen, para quem o cooperativismo podia aplicar-se a todas as formas de atividade e a todos os negócios da vida. E alude ao período econômico por ele inspirado, em que se apresentava a cooperativa como um sistema de indústria universal, com igualdade de privilégio e distribuição equitativa da riqueza recentemente criada. A supressão do lucro era uma das suas idéias fundamentais. Enunciou, também, o princípio de que os trabalhadores deviam chegar a ser seus próprios provedores e fabricantes.

"O Dr. Guilherme King, por muitos considerado como o verdadeiro pai da cooperação, com preferência sobre Owen, dizia que as cooperativas, as mutualidades, os sindicatos e as Caixas econômicas coincidem em ter um fim comum: o de se precaverem contra certos inconvenientes a que estão expostos os homens quando trabalham exaustivamente, e procuram algumas vantagens de que, de outro modo, se veriam privados. "Os inconvenientes que a cooperação está fadada a combater são os mais graves de todos, a saber: as grandes e crescentes dificuldades com que tropeçamos quando tratamos de procurar, para nós e nossas famílias, os meios de subsistência, e os perigos da miséria e do crime a que estamos expostos se não logramos vencer essas dificuldades". O princípio econômico-social fundamental da cooperação é a organização do trabalho no interesse de quem o realiza. O que caracteriza a concepção de King é a formação progressiva de uma propriedade social, e isto é o que mais claramente distingue seus sistemas do de Owen. Cabe também a possibilidade de começar sem nenhum capital prévio. King afirmou que o segredo da cooperação está no trabalho e vaticinou que, fundado o sistema cooperativo sobre a liberdade absoluta e a boa vontade, todas as forças do mundo não bastariam para oprimi-lo".

E apresenta as seguintes definições, muitas delas constantes de vários de meus livros, como disse, mas que devem ser reiteradas, e valiosas por aqui se encontrarem condensadas:

"Distingue-se a cooperação de todos os demais movimentos por ser ela, a um só tempo, um negócio grande, judicioso e prudente e uma fé viva, fervente e de grande poder de progressão" — (Marshall).

"A cooperação é um movimento especialmente social, que, pela criação de associações econômicas baseadas na idéia da ajuda pessoal, tem por fim salvaguardar os interesses do trabalho na economia social. Em consequência, todas as formas da cooperação tendem para uma distribuição mais equi-

tativa da riqueza social em favor das classes trabalhadoras, isto é, aumenta as contribuições procedentes do trabalho, ou melhor, o poder de aquisição dessas contribuições, e diminui os procedentes da posse e dos meios de produção e de troca (ganância, juros e rendas)" — (Acórdão da AOI no Congresso de Hamburgo, 1910).

"A cooperação é, essencialmente, uma forma de atividade econômica e social que pretende eliminar os intermediários particulares no terreno da produção, do trabalho e do consumo, e elevar o nível material e moral das classes trabalhadoras, encaminhando-as progressivamente para normas de organização social e econômica consoante as suas aspirações morais e com os interesses gerais do conjunto dos cidadãos." (Da Declaração, aprovada em 6 de dezembro de 1924 pela Conferência plenária das Cooperativas Italianas).

"A cooperação é um movimento econômico que, por seus próprios métodos, trata de construir um sistema melhor de produção e distribuição de tudo o que é necessário à existência" (C. J. D. C. Goodhart, Presidente da A. C. I.).

"A associação cooperativa é a organização espontânea de uma pluralidade de economias particulares dominadas por uma necessidade comum,

SNR. AGRICULTOR,
Lavoura Abundante e Econômica terá
V. S. com a extinção completa das
formigas saúvas pelos extintores
"Z. WERNECK"



Extinção Racional dos Formigueiros
A venda nas Boas Casas de Ferragens
FABRICANTES

A gravura acima mostra a técnica perfeita do trabalho de extinção de formigueiros

Z. WERNECK & CIA. LTDA.
R. dos Arcos, 27 — RIO DE JANEIRO

que se unem para exercer coletivamente, e em forma autônoma, a função industrial produtora das prestações econômicas especificamente aptas para satisfazer essa necessidade". (Leon Wollemborg).

"A cooperação é uma empresa coletiva constituída pelos prejudicados na distribuição, com o propósito de restabelecer o equilíbrio distributivo". (C. Valenti).

"A cooperação é um livro de união social, com a forma de uma economia coletiva e com o interesse do trabalho como princípio econômico." — (Hans Müller).

"As cooperativas são instituições sociais definidas cada uma por seu fim e pelo meio empregado para consegui-lo. O fim é — segundo o objeto da cooperativa — o de proporcionar aos interessados a maior economia possível na aquisição ou o de adquirir as coisas de que necessitam bem como o de obter a maior remuneração de seu trabalho. O meio é a união entre as pessoas desejosas de procurar a mesma vantagem e a formação de uma empresa comum com um capital proveniente das oportunidades de todos os associados. Para alcançar o fim com este meio, os excedentes sociais se repartem entre os compradores, os devedores, e os produtores, segundo os casos, pela quota da cifra total de suas operações ou da importância de seu trabalho com a organização, depois de separar as somas destinadas às reservas e aos serviços previstos pelos estatutos para a extensão da cooperação (desenvolvimento da empresa, propaganda, obras de solidariedade, etc.). Esta definição faz ressaltar, como convém, a subordinação em que deve estar o capital em relação à pessoa humana." — (Alfred Nast).

"A sociedade cooperativa é uma Associação criada entre os fracos com o objetivo de levar a cabo uma empresa comum conduzida sempre sem espírito egoísta, e em termos de que todos os que estão dispostos a assumir os deveres de sócios, participem dos rendimentos em proporção ao grau de uso que tenham de sua Associação." — (C. R. Pay).

"A cooperativa é uma associação de um indeterminado número de pessoas que tendo reconhecido a semelhança de suas necessidades econômicas, se associam com o fim de satisfazer estas necessidades por meio de uma empresa comum." (Comissão encarregada, em 1919 pelo Conselho Federal Suíço, de preparar uma nova legislação cooperativista).

"A sociedade cooperativa é uma associação de um número variável de pessoas, e de associações de pessoas que, unidas por sua livre vontade e sobre a base da igualdade de direitos e responsabilidades, transferem algumas de suas funções econômicas a uma empresa comum, com o fim de obter uma vantagem econômica." — (H. Kaufmann).

"A cooperação é uma união livre, de pessoal e capital variável, que busca, não o lucro, senão o melhoramento da situação econômica e moral." (Vicente Totomianz).

"Uma sociedade cooperativa é uma associação de participantes, comumente denominados membros, que tenham contribuído individualmente para a formação de um capital, para empregá-lo em alguma operação sob sua direção coletiva, e para a satisfação de suas necessidades, como produtores ou como consumidores." — (E. Hall).

"As sociedades cooperativas são economias que, por meio de uma exploração comum, tem por objeto facilitar ou completar a economia de aquisição ou a economia familiar de seus membros. A cooperativa se distingue sempre da empresa independente pela obrigação recíproca que têm seus membros de confiar-lhe uma parte de sua atividade econômica; por exemplo, a compra ou a venda. Esta obrigação é o essencial." — (Roberto Liefmann).

"As cooperativas, entendemo-las como uma organização econômica que une a todos os seus membros em uma atividade combinada que tem por fim a realização de economias ou o aumento dos ingressos, pela exclusão do parasitismo dos intermediários nas operações." — (J. Delevsky).

O ilustre professor Gascón acentua que, assim, para Wollemborg, a cooperativa é uma organização de economias particulares, e para Müller e Liefmann, uma economia coletiva. Numa forma ou em outra, há unanimidade em considerar a cooperativa como uma associação de caráter econômico. Muitos autores (Mazzini, Wollemborg, Daudé-Bancel, Cosen, Müller, Kaufmann, Totmianz) consignam os atributos de livre, voluntária, espontânea e autônoma. Alguns, como os primeiramente citados, assinalam dois desses atributos de uma vez. Não há nenhum que os impugne de uma maneira expressa. Kaufmann agrega que a união se faz sobre a base de igualdade de direitos e obrigações. E acrescenta que se diz também, com muita frequência, que a cooperativa é associação de pessoas já seja em contraposição às associações de capitais (Krüger), já fazendo ressaltar que nas cooperativas o capital está subordinado ao elemento humano (Nant). Cada associado tem um voto, qualquer que seja o número de quotas subscritas ou sua participação no capital social. A mesma idéia de subordinação do capital ao elemento humano, responde a limitação dos juros, princípio unanimemente aceito pelos cooperadores.

E o professor Antônio Gascón assinala mais que, passando-se a considerar a condição dos associados, se fala de "assalariados" ou "obreiros" (Nuova Encicl. It., Boirgin, Declaração das Coops. Italianas); dos "obreiros ou pequenos industriais" (Cossa) dos "fracos" (Pay); dos "prejudicados" na distribuição (Valenti). A idéia de que a cooperação seja coisa própria de obreiros e proletários domina nos artigos dos economistas do século XIX e aparece também em monografias mui recentes. W. Maxwell, presidente da Aliança Cooperativa Internacional em 1910, assinalou no Congresso de Hamburgo a finalidade de melhorar a condição "das massas populares". A mesma idéia parece uma das conclusões do Congresso. Lionel Smith-Gordon e Cruise O'Brien falam de "reação contra a opressão das circunstâncias e dos interesses criados"; Liefmann se refere à "defesa contra as grandes empresas"; A lei japonesa de 1921 falava de "pessoas com meios modestos", mas isto aparece suprimido na lei de 1923. A transição aparece marcada na opinião de Tougan-Baranovsky: "O caráter não capitalista da cooperativa não se tem de entender como se as classes capitalistas não devem formar parte das cooperativas, mas sim que estas por sua organização interior são adequadas para servir os interesses não do capital, e, sim, dos trabalhadores". Para Delevsky, isto é um erro. A cooperação não é monopólio de uma classe determinada. "Pode ser útil inclusive aos capitalistas, enquanto combate as formas

parasitárias do capital". Luzatti, disse, no Congresso de Cremona 1907, que a Cooperação abriga sob suas asas "aos fracos e aos fortes, aos felizes e aos desgraçados". Outros, e creio que Gide entre eles, dizem que a Cooperação tem deixado de ser coisa exclusiva dos operários, embora tenha nascido entre eles, como os rios nascem nas montanhas e adquirem nelas suas forças para cruzar logo a planície.

A idéia da semelhança de condições ou necessidades, ou o desejo da mesma vantagem, aparecem em vários conceitos dos cooperativistas (Wollemberg, Hall, Nast, Comissão Suíça, Thomas).

"Que as cooperativas são sociedades de pessoal variável se lê em Kaufmann, Totomiantz e na lei grega. Impõe-se por muitos que o número de sócios seja indeterminado (Comissão Suíça) ou ilimitado (leis da Alemanha, Brasil e outras). Nenhum cooperador reconhecerá de bom grado como cooperativa a uma associação que limite desnecessariamente o número de seus sócios; nas há casos em quem limitação resulta imposta por exigências técnicas diversas. Alguns excetuam expressamente as cooperativas de responsabilidade ilimitada e a das de crédito. Outras sociedades modestas, de verdadeiro espírito cooperativo, os têm limitado, para não se verem obrigadas ao emprêgo de pessoal remunerado.

"Que são de capital variável se encontra em muitos autores (C. Vivante, Totomiantz), em leis (Brasil, Grécia, França) e em projetos de lei (Portugal). A idéia é aceita, pode dizer-se que com unanimidade, para as cooperativas de consumo. Há quem admita exceções, sobretudo para as de produção, industriais ou agrícolas. Quando o capital está representado por quotas, é prática quase invariável de que só se podem transferir entre os sócios, ou a pessoas admitidas para o ingresso.

Assinala mais, o autor, que outra idéia fundamental que entra na maior parte das definições e conceitos das cooperativas é a expressa sob as diferentes formas de: ação de associação (Eza), ação coletiva (Wollemberg, Hall, Müller, Liefmann), colaboração (E. Vansittart Neale), atividade combinada (Delevsky), intercâmbio de serviços entre os sócios com a seriedade e vice-versa (Vivante), ajuda mútua (Smith-Gorden, Gray, Neale).

E frisa mais que com estas se enlaçam outras notas características assinaladas por diferentes autores, como estas: mútuo proveito (Encicl. Britânica), mútuo e comum interesse dos membros (Modelo americano de lei de Estado), espírito fraterno (Schmoller), proveito coletivo (Daudé-Benecol), sem espírito egoísta (Fay, Neale); a cooperação não permite pensar no próprio benefício sem pensar no dos demais (Luzzatti); transforma o egoísmo em altruísmo (Tittoni). Em rigor, bastava recordar que o lema quase universalmente adotado pelos cooperadores é o de CADA UM POR TODOS, E TODOS POR UM. E assinala ainda Gascón que, na opinião de Rabanc, a função econômica exercida coletivamente tem de sê-lo para satisfazer necessidades dos que a exercem. No Decreto Real (1917) referendado pelo Visconde da Ega, diz-se "em favor dos sócios exclusivamente". Não parece, sem embargo, que tenha estado na intenção dos referidos autores o privar em absoluto as cooperativas de contribuir para obras sociais em benefício de terceiras pessoas, quando seus meios o permitam.

"Modalidades que muitos atribuem como características à colaboração econômica na cooperativa, são as de que esta facilita ou completa a economia

dos sócios (Liefmann), e estes transferem ou confiam à Sociedade parte de sua atividade econômica (Liefmann, Kaufmann). Segundo projeto de lei austríaco de 1911, a cooperativa dá incremento à atividade econômica dos sócios, sendo essencial a intervenção ativa e direta destes na fazenda comum.

"A noção de empresa comum está recolhida na grande maioria dos autores (Valenti, Schmoller, Marshall, Hall, Fay, Liefmann, Thomas, Eza), nos estatutos da A. C. I., nas leis inglesa e alemã e, explícita ou implicitamente, na maioria das posteriores e dos projetos de lei (Labriola, Comissão Suíça). A empresa comum supõe a formação de um capital ou de uma propriedade social com contribuição dos sócios (King, Hast, Hall) ou, mais detalhadamente, "mediante a aposição, por parte dos sócios, de suas quotas, de sua ação pessoal ou econômica, ou de sua responsabilidade" (Eza).

E entra Gascón no ponto alto do movimento rochdaliano, que a Escola de Nimes corporificou, assinalando como característica a supressão de algum intermediário (Bolaffio, Corréard, Bertrand, Harris, Declaração das Cooperativas italianas), ou, mais terminantemente, da "supressão do benefício de um intermediário" (Visconde de Ega). Em seu discurso inaugural do Congresso de Glasgow (1913), o Conde de Grey referiu-se exclusivamente à "eliminação de todo intermediário não necessário", adiantando que os serviços dos intermediários precisos devem ser adequados e decorosamente remunerados. Suprimindo sempre toda ganância indevida. Outros falam da "exclusão do parasitismo dos intermediários". (Nova Encicl. Ital. Delevsky).

"Vimos anteriormente como, segundo Tougan-Baranovsky, a cooperação combate as formas parasitárias do capital.

"A contraposição com as empresas de caráter lucrativo aparece expressa quando se diz que a Cooperativa não busca lucro (Totomiantz), tendo a suprimi-lo (Gide, Congresso argentino) reduzi-lo ao mínimo (Gobbi). Da idéia da supressão do lucro passou depois Gide à do "justo preço". Com este coincide no fundo Bertrand, quando aponta a tendência ao preço de custo para os consumidores e a dar aos produtores o produto inteiro de seu trabalho, ou, como dizem outros (Hast, Delevsky), maior economia de aquisição ou maior remuneração. E acrescenta que o interesse do trabalho como princípio fundamental é uma das idéias mais características do Dr. King, reconhecida logo, com as naturais variantes de forma, por Bolaffio, Nova Enciclopédia Italiana, Neale, Müller, Bourgin, etc. Uma das conclusões do Congresso de Hamburgo (1910) fala da "Salvaguarda dos interesses do trabalho na economia social". Mr. Aneurin Williams, em uma exposição apresentada ao Congresso de Glasgow, assinala como característico o trabalho em comum em termos livremente exigidos."

"A idéia de uma distribuição mais equitativa aparece consignada já por Owen, e repetida, entre outros, pela Nova Enciclopédia Italiana e por Valenti, e proclamada numa conclusão unânime do Congresso da A. I. C. celebrado em Hamburgo em 1910. No trabalho publicado, ainda não faz dois meses, pelo atual Presidente, Goedhart, se fala de melhor produção e distribuição.

E o ponto alto: a regra aceita por todos é a que, depois de atendidas as obras sociais e o fundo de reserva, se distribuem os excedentes proporcionalmente à participação de cada um nas

(Continua na pág. 34)

COMUNICADO DA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS

CULTURA DA OLIVEIRA

A cultura da oliveira é perfeitamente viável em nosso país, especialmente na região sul brasileira.

Todavia, trata-se de cultura que ainda se encontra na fase experimental e, como tal deverá ser encarada, afim de que, dentro de mais alguns anos, se torne viável o seu fomento intensivo, sobre bases seguras de resultados experimentais.

Promover, desde logo, em grande escala o fomento dessa preciosa cultura, poderá, salvo melhor juízo, vir a ser perigoso e até mesmo de resultados nefastos e imprevisíveis.

Torna-se indispensável, previamente, estabelecer, mediante a execução dos estudos e pesquisas já em andamento em vários estabelecimentos experimentais, federais e estaduais, quais as melhores variedades — para a produção de azeite e para a produção de azeitonas para mesa — capazes de produzir economicamente nas diferentes regiões do país.

A oliveira é uma cultura de longa, talvez mesmo a de mais longa duração que se conhece; por outro lado, seu cultivo exige cuidados especiais, além de que se trata de planta que ocupa enormes áreas, visto como o espaçamento de árvore à árvore, é de 10-12-15 m.

Assim sendo, a oliveira implica em grande empenho de capital.



Oliveira da variedade "Santa Catarina" em plena floração



Oliveira da variedade "Arauco" em plena floração

Trata-se, igualmente, de cultura que demanda alguns anos até entrar em produção econômica.

Se se fomentar o cultivo de variedades que não sejam perfeitamente adaptadas a cada região, será fatal que os resultados capazes de serem obtidos não virão a compensar o empenho do capital e, disso, sobrevirão, inevitavelmente, prejuízos e o desânimo de nossos agricultores em relação a essa cultura. Isso sucedendo, o nosso agricultor, quase sempre falho de conhecimentos agrônômicos, não irá atribuir o mau resultado obtido, às variedades inconvenientes que houver plantado e, generalizará o caso, considerando, desde logo, que a cultura da oliveira não é possível entre nós. Ficaremos então, diante de um obstáculo quase irremovível para fomentar a olivicultura em nosso país.

Para isso evitar, será sempre mais aconselhável fomentar e incentivar a cultura da oliveira sob rigoroso controle experimental, a passos curtos, mas seguros.

A ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DE PELOTAS, dependência do Ministério da Agricultura, já tem em observação, uma regular coleção de variedades de oliveira, as quais estão sendo detidamente estudadas, quer sob o ponto de vista vegetativo e ecológico, como também quanto à sua capacidade



Oliveira da variedade "Ascolano" em plena floração

produtiva e quanto à qualidade de seus frutos para os fins de sua industrialização.

Além dessa coleção de variedades, já se acham all em execução experimentos de competição de variedades.

Pode-se informar — sujeito a posteriores retificações em face de resultados experimentais mais detalhados e prolongados — que as variedades Manzanilla, Arbequina, Frantoio, Ascolana, Arauco, Corregiolo, Mission, Morinello e Sevillana vêm produzindo regularmente bem na Estação Experimental de Pelotas.

Nada é possível por ora, informar sobre a delimitação das regiões para cada variedade, pois como dissemos acima, os estudos sobre a oliveira estão ainda na fase experimental e, além disto, são mui recentes ainda para permitir conclusões e generalizações.

Para que possam ser atingidos os fins colimados, sugerimos que os financiamentos em relação à cultura da oliveira sejam, até melhores resultados, feitos em pequena escala, preferencialmente, a agricultores que disponham de conhecimentos e orientação técnica capaz de permitir bons resultados e, sempre que possível, com a assistência especializada das Estações Experimentais, quer federais, quer estaduais, que trabalhem com a oliveira.

(Conclusão da pág. 38)

6) A adubação racional do cafeeiro no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.

7) A adubação racional no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.

OFERTA DO I. B. G. E.

Coleção de monografias — Diamantina — Vitória da Conquista — Itaporanga — Itajaí — Caçapava — Petrópolis — Nova Friburgo — Pão de Açúcar — Lajes.

Extensão do estabelecimento rural no Brasil — Serviço Nacional de Recenseamento — 1955.

OFERTA DO I. B. G. E.

1) Redivisão Política do Brasil — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1941.

2) Estatística e o equilíbrio econômico social — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1944.

3) A redivisão Política do Brasil — 2.^a edição — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro — 1948.

4) A escolaridade média no ensino primário brasileiro — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1948.

5) Formação do homem brasileiro como trabalhador e cidadão da democracia. Flexibilidade dos cursos como fator da educação democrática — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro, 1948.

6) O revisionismo territorial brasileiro — M. A. Teixeira de Freitas — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1949.

7) Alguns aspectos da vida cultural (coletânea estatística) — Rio de Janeiro, 1950.

8) Alguns aspectos da vida cultural brasileira (coletânea estatística) — Rio de Janeiro, 1951.

9) O municipalismo e as pesquisas estatísticas — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro, 1951.

10) A estatística e a reforma social — M. A. Teixeira de Freitas — Rio de Janeiro, 1951.

11) Melhoramentos urbanos nas sedes municipais — Ministério de Educação e Saúde — Rio de Janeiro — I. B. G. E.

12) Melhoramentos urbanos — 1950 — (coletânea estatística) — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1954.

13) Alguns aspectos da vida cultural brasileira (coletânea estatística) — I. B. G. E. — Rio de Janeiro — 1954.

14) Melhoramentos urbanos — 1951 — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1954.

15) Sinopse estatística do ensino médio — 1954 — I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1955.

"A LAVOURA".

A MAIS ANTIGA REVISTA
AGRÍCOLA EM CIRCULAÇÃO
NO BRASIL

OS MUSEUS NAS ESCOLAS AGRÍCOLAS

Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA

Nas escolas agrícolas não devem faltar jamais os museus escolares pois eles, quando bem organizados, constituem verdadeiros centros de cultura geral muito instrutivos, educativos e de grande alcance pedagógico.

É preciso salientar que nas escolas agrícolas os museus escolares não se destinam, apenas, aos alunos; eles devem ser franquados a toda a comunidade rural, pois, através deles, consegue-se não somente despertar a atenção dos habitantes do local para as observações relativas à natureza que os cerca, mas ainda despertar a atenção para a própria escola.

Não é demais salientar o importante papel da escola agrícola no meio rural.

Ela deve constituir o centro das atividades da comunidade rural, devendo dela sempre partir bons exemplos, boas idéias, estímulo e incentivo para a população rural local.

Através de bons objetivos e bem organizados museus escolares consegue-se:

a — incentivar no adolescente o gosto e o interesse pelo estudo dos seres vivos, dos minerais, das rochas, etc., e assim sendo, estudos sobre os recursos naturais da região e, quiçá, do próprio país. Um estudante que faz a colheita do material e ele próprio prepara os exemplares para o museu tem oportunidade de fazer inúmeras observações úteis e interessantes e adquire, sem dúvida, maior interesse e gosto pelo estudo da natureza que o cerca, o que constitui indiscutivelmente, uma condição favorável para a aprendizagem.

b — desenvolve, de uma maneira muito acentuada os hábitos ordeiros indispensáveis para a organização de bem organizadas e cuidadas coleções o que constitui, sem dúvida, um bom hábito que todo estudante precisa adquirir.

c — desperta e desenvolve no aluno a capacidade de observação, condição indispen-

sável para o estudo da natureza. São inúmeras e de grande valia as observações que os estudantes podem fazer comparando exemplares de animais, plantas, rochas, etc., por eles próprios coligidos e preparados.

d) — desperta, na população rural, o interesse pelos estudos dos recursos naturais da região, o que constitui um

processo educativo e instrutivo de grande alcance.

Não são outras as razões pelas quais os museus escolares devem merecer toda a atenção e incentivo dos professores e orientadores do ensino agrícola, pois eles representam um recurso pedagógico de inestimável valor.

Em cada escola agrícola um bem montado e variado museu escolar, especialmente documentando os recursos naturais da região, deve ser a campanha a ser levada a efeito por todos aqueles que tem sob sua responsabilidade a orientação de nossas escolas agrícolas.

ASSOCIATIVISMO RURAL

Associação Paulista de Cafeicultores

Foi fundada em S. Paulo, a Associação Paulista de Cafeicultores, congregando os cafeicultores do Estado de S. Paulo.

A referida associação foi registrada sob o n.º 33 série ARE, no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Associação Rural de Caldas Novas

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá a referida associação:

Presidente — Bento de Godoy Neto

Vice Presidente — Pedro Cordeiro Tupã

1.º Secretário — Alcides de Moraes

2.º Secretário — Geraldo Gonçalves de Oliveira

1.º Tesoureiro — Ivon da Cunha Bastos

2.º — Tesoureiro — Ronan Rodrigues de Oliveira

Conselho Fiscal — Celso de Godoy, Bruno Paiva, Heráclito Ala, Joaquim Gomes Silvestre, José Dias Guimarães Augusto Gonzaga de Menezes.

Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul

Foi eleita e empossada a seguinte diretoria que dirigirá os trabalhos da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul no biênio 1955-1957.

Diretoria

Presidente — Balbino de Souza Mascarenhas

1.º Vice Presidente — Pedro Olympio Pires

2.º Vice Presidente — Dr. Demétrio Mercio Xavier

1.º Secretário — Dr. Décio H. Zago

2.º Secretário — Jayme Menina Barreto Fichtner

1.º Tesoureiro — Francisco Salles

2.º Tesoureiro — Dr. Taylor Fagundes

Conselho Deliberativo

Efetivos — Dr. Alberto Severo, Dr. Dacio Assis Brasil, Dr. Erico Lorenzo de Lima, Raymundo Guilherme R. Coeckner, Sylvio da Silva Tavares, Dr. Antonio Fornari, Clovis Peixoto Gomes, Lino Griuns, Otacilio Xavier da Rocha, João Antonio Tenari, Dr. João Ignacio Lecuana, Prof. José Salgado Martins, Samuel Gaudenzi Filho

Associação Pernambucana de Cafeicultores

Na Assembléia Geral do dia 4/7/1955 foi eleita e empossada a seguinte diretoria para a Associação Pernambucana de Cafeicultores:

Presidente — Dr. Rodrigo Pinto Tenório

1.º Vice-Presidente — Claudio Lopes de Carvalho

2.º Vice-Presidente — Dr. Osias Ribeiro dos Anjos

1.º Secretário — Dr. Eudes Teixeira de Carvalho

2.º Secretário — Manuel Barreto Coutinho

1.º Tesoureiro — Dr. João Miguel de Aguiar

2.º Tesoureiro — Luiz Xavier Gaião

Associação Catarinense de Agrônomos, Químicos e Veterinários

No dia 16 de agosto do corrente ano foi eleita e empossada a nova diretoria da Associação Catarinense de Agrônomos, Químicos e Veterinários, que ficou assim constituída:

DIAMANTES BAIANOS

JOAO VAMPRE

O Estado da Bahia não é mais do que uma natureza de si tão importante que nem mesmo possível é descrevê-la, um mundo de inexauríveis fontes que se multiplicam, um verdadeiro encadear de minas e jazidas que se confundem ou se descreminam numa imensidade de condições, que nem tudo se particularizam, nem escapam s regras gerais da ciência.

"A sua geologia é muito diversificada e interessante. As rochas do complexo cristalino brasileiros — os granitos, gnaís, e chistos arqueanos — afloram sobre grandes áreas.

Em muitos lugares, uma série de rochas paleozóicas — quartzitos e outras rochas metamórficas — têm sido deslocada e forçada para dentro das arqueanas.

Depois da demudação dessas regiões, as rochas paleozóicas destacam na topografia da região como picos oiteiros e serras, geralmente com as camadas em pé ou com uma inclinação muito íngreme. Tipos destas rochas e desta estrutura são a serra de Jacobina, serra do Angico e as serras compridas e isoladas de quartzito no lado ocidental do rio São Francisco.

Uma cadeia de montanhas, corrida pelo dorso da "Chapada" balisa, com trechos deslocados a linha de divisão das águas nessas terras altas, distinguindo-se entre eles pela sua elevação e aspecto, o "Pico das Almas" considerado o culminante com mais de 1.600 mts. de altitude.

Todas as serras baianas foram em outrora, e muitas delas ainda hoje, centros de mineração de ouro, de diamantes e de outros minerais.

Evidencia-se assim na justa fama da capacidade de seu solo, a notável função que exerce no problema econômico nacional, esse Estado que a N. NE., reproduz o fâcies de N. NE. do Brasil, encerrando toda a pujança e caprichos da nossa natureza. Contam-se nele se registram numerosas jazidas de manganês, algumas exploradas; minas de cromo; de ferro; de cobre; jazidas de calcário e mármore; areias monaziticas;

minas de sal, grande cópia de pedras preciosas e semi-preciosas. Quanto as pedras preciosas a Bahia continua a ser muito apreciada, especialmente pela fina água dos seus ricos diamantes de todos os matizes e tamanhos, muitas são brancos, azulados e têm fosforescência.

Os jazigos são de origem secundária. Os diamantes são tirados de cascalho e areias dos rios ou de cascalho elevado já meio consolidados e que se denominam "gruplâras" e ainda de cascalho de encostas ou "gorgulho".

Os diamantes de Lavras, denominados "lavritas" ou carbonados — diamante negro — constituem a sua especialíssima capacidade de exclusiva abundância ali e revelam por si sós o muito, de fortuna que encerram.

Os carbonados são mais duros que os diamantes cristalinos. São opacos e amorfos. Têm uma cor amarelada pardo-escura, ou negra.

Na Bahia, nas regiões dos rios Pardo e Paraguassú estão importantes jazidas cujos diamantes se apresentam algumas vezes coloridos, predominando os de reflexos azulados. Entre-

tanto, a principal riqueza reside propriamente nos "carbonados" de que o Estado é o principal fornecedor dos mercados mundiais.

Os primeiros diamantes da Bahia foram encontrados em 1821 na serra do Sincorá.

Depois no leito do rio Paraguassú e em seguida nas margens do Mocagé tributário desse rio.

A zona mais produtora fica a Leste na serra das lavras, Diamantinas com as cidades de Santa Isabel, Chique-Chique, Andaraí, Lençóis, como centros.

A rocha das montanhas é granito misturado com um conglomerado de cascalho rolado e de quartzo.

Aí ocorre os diamantes e os carbonados. Os melhores carbonados vêm das regiões dos Lençóis. O maior encontrado pesava 3.150 quilates. O segundo pesava 577 quilates. Os diamantes de Paraguassú não são tão claros e perfeitos como os de Canavieira (Salobro), porém, tem mais brilho. As classificações feitas pelos lapidadores são: "bons", "fazenda", "fina", mellé "vitrios" e "fundos".

Estes últimos são o refugio e, portanto os piores e os mais pequenos.

Tem sido descobertos "conglomerados" diamantíferos e boas formações nos municípios de Jacarei, de Ituassú e do morro do chapéu em Sincorá, no riacho da Boa Sorte, Sítio

(Continua na pág. 14)



Fazendeiro!

NÃO PERCA TEMPO!

EXPERIMENTE HOJE
EM SEU CAFESAL O FAMOSO

adubo CADAL 14

(MULTIPLICA AS COLHEITAS)

UM PRODUTO COM "CADAL" CIA. INDUSTRIAL
A GARANTIA DA DE SABAO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE
PARA O DISTRITO FEDERAL, ESTADOS DO RIO E ESPÍRITO SANTO

ESCRITÓRIO: PRAÇA MONTE CASTELO, 22-508 - TEL. 43-7092
FABRICA: AV. AUTOMÓVEL CLUBE, 4200 - ACARI - RIO DE JANEIRO

NOTAS SÔBRE AS NECESSIDADES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL NA ZONA RURAL

G. MOURÃO

A paisagem das necessidades assistenciais do operariado industrial do Brasil reveste-se, hoje, de um aspecto quase otimista, graças ao trabalho fecundo, metodico e científico, realizado sobretudo pelo Serviço Social da Indústria. A localização, porém do parque industrial nas ilhas urbanas, não permitiu que a grande massa de trabalhadores rurais do País fôsse atingida pelo esforço do SESI, cujas atribuições específicas, de resto, estão circunscritas, ao trabalhador da indústria manufatureira, propriamente dita.

A obra do SESI, porém, não deixaria de ter ressonância no sentido de espicaçar a atenção do Estado com relação aos seus deveres para com o trabalhador rural, a cujo respeito continua ainda hoje válida aquela melancólica observação de Miguel Pereira, de que o Brasil é um vasto hospital. A recente aprovação do Congresso Nacional ao projeto de lei que criou o Serviço Social Rural constitui uma verdadeira consagração ao SESI, levando aos trabalhadores do parque agrícola e pastoril do País, o mesmo estatuto de assistência social com que beneficia o operariado industrial. O patronato rural, a cujas portas a inquietação dos problemas sociais também começa a bater, encontra, assim, aberto e experimentado o caminho pelos dirigentes da indústria, no sentido de manter um diálogo, um entendimento concreto e efetivo entre empregados e empregadores.



Para que se forme uma idéia exata do quadro de desamparo em que se encontram as populações camponesas do País, nada mais eloquente que os dados do último "Anuário Estatístico do Brasil" (1953), referentes ao censo nacional de 1950.

Na verdade, segundo os índices preliminares do recenseamento de 1950, a população do País, na-

quele ano, atingia a cifra de 52,6 milhões de habitantes, distribuídos pelos 1.893 municípios então existentes.

Desses municípios, 627 unidades — cerca de 33% — não possuíam qualquer recurso de assistência médica, nem mesmo a presença de um único médico. Essas 627 unidades compreendem uma população aproximada de 9,6 milhões de habitantes, disseminados numa área de cerca de 2,3 milhões de quilômetros quadrados.

Entre aqueles municípios, seis estavam compreendidos na relação das 1.67 comunas que possuíam população superior a 50 mil habitantes: Condeúba e Morro do Chapéu, na Bahia; Itapipoca, Anacetaba e Cascavel, no Ceará; e Picos, no Piauí.

Os municípios que possuíam recursos médico-sociais consistentes ao menos em centros de saúde, postos de higiene ou ambulatórios, eram apenas 538, e cobriam a área de 2,6 milhões de quilômetros quadrados, com 11,5 milhões de habitantes.

Em conjunto, eram 1.165 municípios, ou 61% do total, abrangendo 4,9 milhões de quilômetros quadrados, 58% da área total do País, na qual é quase nula a assistência médica para uma população superior a 21 milhões de habitantes, em número de 728, cobriam cerca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados e continham 60% da população, ou 31,6 milhões de habitantes. Essa era a parcela da população que dispunha, nos seus próprios municípios de residência, de estabelecimentos aparelhados a internar doentes, os quais ainda serviam à população de áreas vizinhas, desprovidas de tais recursos.

O quadro seguinte oferece uma visão de conjunto desses dados:

	Número de municípios	Superfície em m2.	População	Pop. média	Pop. p. Km2
Sem assistência médica	627 — 33%	2.290.064 — 27%	9.594.123 12%	15.302	4,2
Tendo apenas ambulatórios ou centros de Saúde ou outros postos médicos	538 — 28%	2.620.115 — 31%	11.488.717 22%	21.354	4,4
Possuindo assistência hospitalar ou para-hospitalar	728 — 39%	3.554.019 — 42%	31.562.638 60%	43.355	8,9
Municípios existentes no País	1.893 — 100%	8.464.198 — 100%	52.645.479	27.811	6,2

INDICES POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Estabelecendo-se relação entre o número de habitantes das zonas urbanas, suburbanas e rurais, com o número de municípios sem assistência médica, o número de médicos localizados nas capitais estaduais e no interior e o número de localidades com menos de 5 mil habitantes, abstraindo-se a possibilidade de existirem 2 ou mais médicos numa só localidade, teremos a seguinte situação em cada Estado e Território Federal:

GUAPORE

Com 7.379 habitantes na área urbana, 6.437 na área suburbana e 23.119 na área rural, com 2 municípios, ambos possuindo serviços médicos, tem 5 médicos na capital e 2 no interior, existindo 7 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

ACRE

Com 15.263 habitantes na área urbana, 6.009 na área suburbana e 93.483 na área rural, tem 7 municípios, todos com assistência médica, 9 médicos localizados na Capital e 7 no interior, existindo, pelo menos 2 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

AMAZONAS

Com 80.187 habitantes na zona urbana, 57.549 na área suburbana e 376.363 na área rural, tem 26 municípios, 8 dos quais sem serviços médicos, existindo 102 médicos localizados na Capital e 1 no interior, havendo 2 cidades com mais e 50 com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

RIO BRANCO

Com 4.663 habitantes na área urbana, 469 na área suburbana e 12.984 na área rural, tem 2 municípios, 1 sem serviços médicos, existindo 5 médicos na capital e nenhum no interior.

PARÁ

Com 186.226 habitantes na zona urbana, 302.785 na zona suburbana e 734.262 na zona rural, tem 59 municípios, 3 desprovidos de serviços médicos, existindo 310 médicos na Capital e 18 no interior, havendo, pelo menos, 134 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

AMAPA

Com 6.685 habitantes na área urbana, 7.215 na área suburbana e 23.577 na área rural, tem 4 municípios, 3 sem assistência médica, existindo 19 médicos na Capital e nenhum no interior, havendo 9 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

MARANHAO

Com 165.785 habitantes na área urbana, 108.503 na área suburbana e 1.308.960 na área rural, tem 72 municípios, 42 dos quais sem assistência médica, existindo 118 médicos, na Capital e 10 no interior, havendo pelo menos 115 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

PIAUI

Com 83.983 habitantes na área urbana, 86.597 na área suburbana e 875.112 na área rural, tem 49 municípios, 32 sem assistência médica, existindo 61 médicos na capital e 30 no interior, havendo, pelo menos 15 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico.

CEARA

Com 317.754 habitantes na zona urbana, 361.850 na área suburbana e 2.015.846 na área rural, tem 79 municípios 47 sem assistência médica, existindo 288 médicos na capital e 72 no interior, havendo, pelo menos, 301 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico.

RIO GRANDE DO NORTE

Com 171.495 habitantes na zona urbana, 82.270 na área suburbana e 714.156 na área rural, tem 48 municípios, 28 sem assistência médica, existindo 104 médicos na capital e 35 no interior, havendo, pelo menos, 42 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico.

PARAIBA

Com 314.197 habitantes na área urbana, 142.519 na área suburbana e 1.256.543 na área rural, tem 41 municípios, 8 sem assistência médica, existindo 120 médicos na capital e 63 no interior, havendo, pelo menos, 97 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médico.

PERNAMBUCO

Com 499.033 habitantes na zona urbana, 668.367 na área suburbana e 2.227.785 na área rural, tem 90 municípios, 21 sem assistência médica, existindo 598 médicos na capital e 126 no interior, havendo, pelo menos, 124 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

ALAGÓAS

Com 149.310 habitantes na área urbana, 137.069 na área suburbana e 806.785 na área rural, tem 37 municípios, 4 sem assistência médica, existindo 159 médicos na capital e 39 no interior, havendo, pelo menos, 42 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

SERGIPE

Com 137.623 habitantes na zona urbana, 67.361 na área suburbana e 439.377 na área rural, tem 42 municípios, 7 sem assistência médica, existindo 110 médicos na capital e 47 no interior, havendo um número equivalente de médicos no interior e 60 de cidades com menos de 5 mil habitantes.

BAHIA

Com 947.447 habitantes na zona urbana, 303.060 na área suburbana e 3.584.068 na área rural, tem 150 municípios, 54 sem assistência médica, existindo 733 médicos na capital e 331 no interior, havendo, pelo menos, 289, cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

MINAS GERAIS

Com 1.429.894 habitantes na área urbana, 890.160 na zona suburbana e 5.397.738 na área rural, tem 388 municípios, 157 sem assistência médica, existindo 984 médicos na capital e 1.591 no interior, havendo um excedente de 572 médicos no interior, comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

ESPIRITO SANTO

Com 136.106 habitantes na área urbana, 52.829 na zona suburbana e 666.627 na área rural, tem 30 municípios, 5 sem assistência médica, existindo 145 médicos na capital e 77 no interior, havendo, pelo menos, 32 cidade com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

RIO DE JANEIRO

Com 931.058 habitantes na zona urbana, 160.301 na área suburbana e 1.205.835 na área rural, tem 56 municípios, todos com assistência médica, existindo 477 médicos na capital e 601 no interior, havendo um excedente de 388 médicos comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

DISTRITO FEDERAL

Com 1.779.306 habitantes na área urbana, 532.757 na área suburbana e 74.388 na área rural, tem 4.907 médicos.

SÃO PAULO

Com 3.647.804 habitantes na área urbana, 1.156.407 na zona suburbana e 4.330.212 na área rural, tem 370 municípios, 58 sem assistência médica, existindo 3.373 médicos na capital e 2.452 no interior, havendo um excedente de 1.817 médicos no interior, comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

PARANÁ

Com 351.815 habitantes na área urbana, 176.473 na zona suburbana e 1.587.259 na área rural, tem 80 municípios, 6 sem assistência médica, existindo 375 médicos na capital e 392 no interior, havendo um excedente de 230 médicos no interior, comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

SANTA CATARINA

Com 269.390 habitantes na zona urbana, 93.327 na área suburbana e 1.197.785 na área rural, tem 52 municípios, 8 sem assistência médica, existindo 60 médicos na capital e 270 no interior, havendo um excedente de 73 médicos comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

RIO GRANDE DO SUL

Com 1.015.863 habitantes na área urbana, 406.112 na área suburbana e 2.742.841 na zona rural, tem 92 municípios, todos com assistência médica, existindo 633 médicos na capital e 875 no interior, havendo um excedente de 486 médicos

comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

MATO GROSSO

Com 122.032 habitantes na área urbana, 55.798 na área suburbana e 344.214 na área rural, tem 35 municípios, 19 dos quais sem assistência médica, existindo 26 médicos comparativamente com o número de cidades com menos de 5 mil habitantes existentes no Estado.

GOIÁS

Com 180.822 habitantes na zona urbana, 64.845 na zona suburbana e 969.254 na área rural, tem 77 municípios, 58 dos quais sem assistência médica, existindo 42 médicos na capital e 50 no interior, havendo, pelos menos, 107 cidades com menos de 5 mil habitantes sem médicos.

CONCLUSÕES

Dos dados expostos, duas conclusões resultam óbvias:

- 1) — a insuficiência do número de médicos existentes no País;
- 2) — a má distribuição de médicos e de serviços médicos nas diversas áreas.

Na verdade, se a insuficiência do número de médicos não chega a ser alarmante e se encontra em termo de solução satisfatória próxima, com o simples crescimento vegetativo da formação anual de profissionais, o mesmo não ocorre com a precariedade da distribuição, sujeita a um complexo de razões, sobretudo de ordem econômica — razões insanáveis a curto prazo, sem uma ação direta do Estado, e que dizem respeito às lamentáveis condições de vida vigentes no interior do País.

O número total de médicos existentes no País é, de acordo com o recenseamento que tomamos por base, de 20.905. Este número, em relação à população geral do Brasil — 51.944.397 — dá a média de 1 médico para cada 2.484 pessoas.

Este índice não seria tão grave, se não houvesse o tremendo desequilíbrio na distribuição relativa da população, aglomerada aqui nos arquipélagos urbanos do litoral e rarefeita ali na rala densidade demográfica do "hinterland".

Dos 20.905 médicos existentes no País, 13.763 estão localizados nos municípios-sede das capitais estaduais e da Capital Federal, servindo a uma população de 8.259.830 habitantes (1 médico para cada 600 habitantes), enquanto que, nos demais municípios, para uma população de 43.684.567, existe apenas 1.142 — 1 médico, praticamente, para cada 6.116 habitantes — disseminados, via de regra, em áreas territoriais as mais diversas e extensas, ressentidas, ainda, da notícia, precariedade de nosso sistema de transporte.

O exame da conjuntura aqui exposta, parece-nos, deve constituir o primeiro passo para o planejamento da assistência a ser prestada através do Serviço Social Rural — primeira tentativa de empreendimento sódo neste sentido, de vez que os serviços existentes, dos quais o mais importante é o Serviço de Assistência Rural do Ministério de Educação, têm apenas um caráter pioneiro, de educação e desbravamento, funcionando, geralmente, como espécie de "comandos", sem finalidade de fixação.

Em outras observações, poderemos examinar a capacidade dos recursos atribuídos ao Serviço Social Rural e as áreas de assistência deslocadas do âmbito do SESI, com a criação da nova entidade.

Bastante comentado e dando margem a um sem número de observações por vezes contraditórias, é o assunto que pretendemos expor aos nossos leitores. É nosso desejo tão somente apresentar algumas sugestões que julgamos interessantes, pois decorrem da experimentação prática.

Inicialmente, é aconselhável que todos aqueles que desejam labutar no ensino rural tenham conhecimentos básicos de psicologia infantil, pedagogia, bem como, desnecessário é dizê-lo, das práticas hortícolas, de jardinagem e da criação de pequenos animais domésticos (abelhas, aves e coelhos).

As professoras rurais, a quem especialmente dedicamos as presentes notas, não faltam aqueles conhecimentos; é necessário entretanto que sejam eles racionalmente utilizados.

Representa o ensino elementar o primeiro e último veículo de educação das nossas populações do interior; é pois mister que a escola rural não só ensine a ler e contar, como as escolas da cidade, e sim, e principalmente, procure levar às crianças de hoje, as mais racionais e económicas noções de trabalho agrícola, a fim de que, possam elas mesmas e seus pais alcançar um padrão de vida mais compatível com a dignidade humana, pois forçoso é dizê-lo bem humilde e desprovida dos mais elementares confortos é a vida do nosso caboclo.

Avulta assim a importância preponderante da escola rural como elemento para a dinamização do nosso hinterland.

E que é, em última análise, uma escola rural? é 100% de dedicação da professora, a qual deve sempre estar compenetrada da sua alta função e não limitar, por falta de idealismo, suas atividades às lições de linguagem e operações.

Vimos muitas escolas rurais que o são só no nome, pois o ensino ministrado é idêntico ao das cidades! Não desejamos recriminar quem quer que seja, simplesmente assinalamos fatos constatados; realmente sabemos, por experiência própria, quão difícil é o início de uma horta, ou de um jardim escolar no meio rural. Mas é o mérito dos pioneiros vencer as dificuldades iniciais...

Sinceramente, cremos que a condição precípua para o êxito

HORTAS ESCOLARES NO MEIO RURAL

NEY BRANDAO

Eng.º Agr.º

(Especial para "A LAVOURA")

em qualquer ramo da atividade humana é o crédito total que demos a sua efetiva realização. O professor jamais deve esquecer sua grande responsabilidade em levar conhecimentos verdadeiramente úteis às populações do interior.

O mestre rural, devido ao contacto mais freqüente que tem com os alunos e as respectivas famílias, sendo mesmo considerado elemento integrante da comunidade, terá maior facilidade para a formação de uma horta escolar do que elementos estranhos.

A tarefa primária a ser realizada é um levantamento rápido e conciso das condições locais, a fim de que possa julgar da possibilidade ou não do início de um trabalho agrícola. Estas condições locais são essencialmente as seguintes: terra e facilidade de água.

Vejam os que mais importância tem no que se refere à terra: a fertilidade química não tem grande relevância na organização de uma horta escolar, pois sempre é necessário que se faça a adubação dos canteiros; tem entretanto muito valor o aspecto físico — assim os terrenos muito úmidos ou muito escuros (excesso de matéria orgânica), devem ser evitados.

Terrenos orgânica ou quimicamente fracos, como por exemplo, pastos pisoteados pelo gado bovino, têm possibilitado a formação de boas hortas escolares, quando convenientemente preparados.

A futura horta deve ficar o mais próximo possível da escola, a fim de possibilitar uma menor dispersão de tempo e facilitar o controle das atividades dos escolares pela professora.

A maioria das escolas rurais possui pequena área de terreno pertencente ao seu patrimônio, geralmente terreno com boa constituição física e passível de ser trabalhado.

Quanto à água, várias são as situações positivas que podem ser encontradas. A mais comum é a presença de pequenos cursos d'água (ribeirões ou regatos) situados próximo à escola. Ocorrem também, porém bem raramente, que algumas escolas têm água encanada, proveniente de nascentes próximas.

Torna-se impraticável a formação de hortas escolares em locais distantes mais de 300 metros da fonte fornecedora de água, devido ao grande dispêndio de tempo acarretado para os trabalhos de irrigação.

Somente o bom senso dirá o quanto se poderá jogar com os fatores terra e água, de modo a não sacrificar um ou outro.

Após este exame inicial das condições locais, deve a professora fazer a motivação de seus alunos, pois é imprescindível que não só a professora, como também os seus discípulos se entusiasmem pelo projeto a ser realizado. E como fazer tal motivação? É o que veremos a seguir.

Vamos agora considerar algumas técnicas comumente usadas para a motivação dos escolares. Inicialmente empregamos:

- 1) palestras com os escolares sobre o valor nutritivo e económico das verduras;
- 2) composições sobre as hortaliças;
- 3) utilização de flanelogramas para a apresentação de espécies hortícolas;
- 4) visitas planejadas em hortas próximas da escola.

Vejam os com um pouco mais de cuidado, cada um dos itens acima referidos:

Palestras — devem ser feitas de maneira bastante simples, em tom natural de conversa e sempre procurando fazer com que as crianças participem ativamente, com exemplos pró-

prios. Jamais esquecer que não se deve considerar as atividades de horta escolar como assunto idêntico às lições normais diárias. Os nomes das verduras escritos no quadro negro com giz de cores diversas, procurando grupar a apresentação em verduras de raiz, de caule e de folhas; sempre que possível, apresentar desenhos relativos ou mesmo exemplares de hortaliças. Estas conversas devem ser repetidas três ou quatro vezes, no curso de duas semanas, a fim de que possam todos os escolares se manifestar intensamente sobre o assunto.

A partir da segunda palestra deve-se deixar antever os escolares a possibilidade de organização de uma horta na escola, de modo que venham eles posteriormente, exteriorizar tal desejo.

Sobre cada uma das hortaliças dar explicações bem resumidas e acessíveis sobre o seu valor na alimentação humana, aproveitando para dar noções das vitaminas e sais minerais necessários ao desenvolvimento das crianças. Acentuar a importância econômica da horticultura, com exemplos, sempre que possível, locais.

O tempo dispendido em cada palestra não deve exceder a vinte minutos, sob pena de reduzir consideravelmente o aproveitamento pelos educandos.

Após este primeiro trabalho, deve a professora apresentar como motivo de redação (3.º e 4.º anos) ou assunto de cópia (1.º e 2.º anos), os temas que abordou anteriormente com os escolares; a correção dará, sem dúvida alguma, margem a novos e proveitosos comentários;

Flanelogramas — julgamos ser o processo mais eficiente, pois a sucessiva colocação e retirada dos flanelogramas, traz a criança em constante atenção, dando um aspecto de jogo, e vem proporcionar um maior aproveitamento se forem usados desenhos coloridos, com dimensões não inferiores a 10 x 10 cm; apresentam a vantagem de poderem ser utilizados indefinidamente e sua elaboração é pouco onerosa.

As visitas, ou melhor, excursões, devem ser planejadas com cuidado. É preciso que a professora visite previamente o local, a fim de constatar o que

deve ser verificado por seus educandos, pois senão a excursão transforma-se em simples passeio recreativo. Deve pois ver quais as hortaliças cultivadas, detalhes de sua cultura, combate a pragas e doenças, para melhor poder explicar aos escolares.

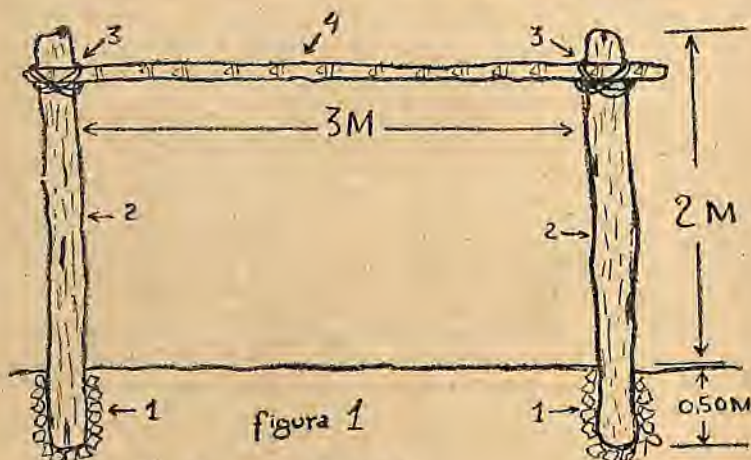
Após esta fase preparatória, as crianças já estão grandemente entusiasmadas e esta é a melhor ocasião para o início da horta escolar, que se faz pela **demarcação do terreno** — as dimensões da área vão evidentemente variar com o número de escolares, tendo como base de cálculo, canteiros de 3 m² (1 m de largura por 3 m de comprimento) e uma distância entre um canteiro e outro de 0,50 m.

O terreno demarcado deve ter forma quadrada sempre que

escolares, à pedido da professora, se incumbem de trazê-los.

Enquanto alguns se encarregam deste serviço, cabe aos demais, escalonados em grupo de 6 a 10, preparar o terreno (capina e retirada do mato). Uma semana representa um período de tempo suficiente para tal início, isto sem prejudicar as atividades normais da escola. Temos agora que fazer a cerca — a ideal — por ser de fácil construção e reparo, é a cerca de bambu, ligada por cipó nas extremidades a dois mourões, como mostra a figura 1.

Em seguida, com bambus mais finos e verdes (rejeitar as ponteiros porque murcham depois de secas) com 2,50 m de comprimento, em média, abertos ao meio no sentido longitudinal, faz-se a cerca propriamente dita, usando igualmente o cipó para prender; a ex-



1. alicerces de pedra
2. mourões
3. cipó
4. bambu transversal

possível e após a demarcação faz-se a colocação dos mourões, que devem estar sem casca e com comprimento entre 1,80 a 2,50 m. É uma tarefa um pouco pesada e deve ser reservada aos meninos mais crescidos os trabalhos de abrir os buracos e firmar os mourões, cabendo aos demais coletar pedras para os alicerces e jogar água nas bases para consolidar. Uma boa distância entre um e outro mourão é de 3m; os mourões podem ser de qualquer madeira, com um diâmetro médio de 20 cm e devem ser enterrados 0,50 m; geralmente os próprios

tremidade inferior de cada bambu deve estar mergulhada em um régo com a profundidade de 10 cm, o qual à medida que se vai colocando os bambus, é tampado com terra molhada e pisoteado. Este é um cuidado indispensável, pois além de firmar melhor a cerca, evita a entrada de pequenos animais daninhos (roedores e galinhas).

A porta de entrada é feita também de bambu e presa por pequenos pedaços de couro.

Quanto a obtenção do bambu e cipó, os próprios escolares contribuirão eficazmente, tra-

zendo-os de suas casas. A formação da cerca é um trabalho leve, no qual as meninas podem participar.

As ferramentas necessárias enxadões, para a limpeza do terreno; uma cavadeira destinada a abertura dos buracos para os mourões; foices de cabo longo para cortar e talhar o bambu e facões para cortar o cipó; os rēgos de sustentação da cerca podem ser abertos facilmente com enxadão.

Terminada a cerca, dá-se início à construção dos canteiros; todos eles devem ter disposição Norte-Sul, isto é, o seu maior comprimento deve ficar segundo a direção Norte-Sul; as dimensões são as já referidas anteriormente (3 m de comprimento e 1 m de largura); o canteiro deve ter altura não inferior a 10 cm (entre 10 a 20 cm); a maior altura do canteiro possibilita-o permanecer mais tempo explorado, sem haver necessidade de reparos, decorrentes do seu abaixamento pelas regas constantes e chuvas.

É conveniente que todos os canteiros sejam dispostos seguindo um alinhamento, o que se obtém mais facilmente utilizando cordas firmes para delimitar a direção básica.

Os canteiros são marcados nas extremidades por quatro (4) estacas e cada um deles entregue a um escolar, ao qual caberá o seu preparo para o plantio. Este preparo consiste no seguinte:

- 1) revolvimento do canteiro com enxadão;
- 2) jogar para dentro do canteiro a terra dos futuros caminhos (0,50 m entre canteiros já é suficiente para o trânsito);
- 3) em cada canteiro devem ser colocadas quatro (4) latas de 20 Kg de estêrco bem curtido, ou o que é menos oneroso, palha de café ou serrapilheira do mato, misturando bem com a terra.

Nesta ocasião, já devem os escolares ter escolhido, sob a orientação da professora, qual a hortaliça que irão plantar no seu canteiro. É aconselhável que a professora influa no sentido de que em cada canteiro sejam semeadas duas hortaliças diferentes, assim por exemplo

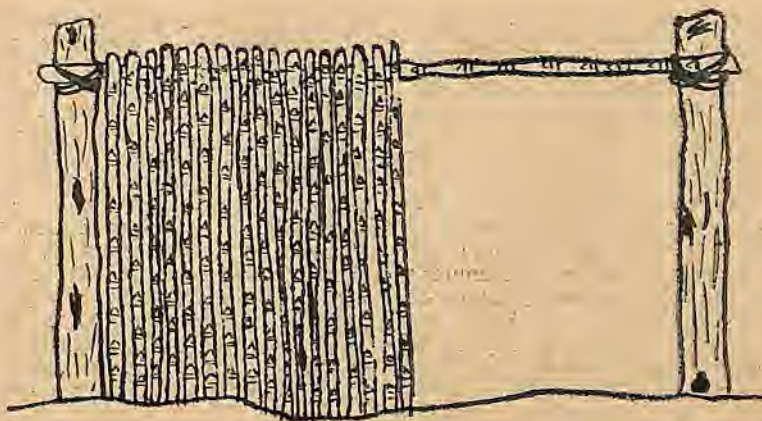


figura 2

início de colocação da cerca

uma hortaliça de raiz com outra de folha, ou seja, uma de semeadura definitiva e outra que necessita repicagem ou transplantio.

São verduras de plantio direto: cenoura, nabo, beterraba, rabanete. Este último é o que produz mais rapidamente — com 30 a 35 dias já pode ser colhido.

As verduras que necessitam de repicagem ou replantio são a alface, a couve, a cebolinha, o tomate, a beringela.

Consideramos que estas últimas sejam cultivadas na horta escolar somente para obtenção de mudas, as quais serão posteriormente levadas para os canteiros domésticos feitos pelos escolares em suas residências. Isto por três razões: 1.º os escolares levam para casa, os frutos de seu trabalho; 2.º possibilitam u'a melhoria no padrão alimentar da família, que é um benefício imediato; 3.º não aumentam demasiadamente as tarefas de cada um dos escolares, em detrimento das atividades normais de ensino.

A semeadura e os tratos culturais variam com a espécie hortícola e seria bastante demorado enumerá-los descreminadamente.

Assim vamos lembrar algumas técnicas que são gerais no plantio e trato.

SEMEADURA — HORTALICAS DE CULTIVO DEFINITIVO

1) Após estar o canteiro convenientemente estrumado, nivela-se com um pedaço de bam-

bu e peneira-se areia (mais ou menos 3 mm), a qual se destina a dificultar a saída de ervas daninhas e favorecer o escoamento do excesso de água;

2) Marca-se com cordel as linhas nas quais se fará a semeadura e abre-se os respectivos sulcos, cujas profundidades variam com o tamanho das sementes;

3) Semeia-se espaçadamente, a fim de evitar grandes perdas pelo posterior desbaste;

4) Fecha-se os sulcos plantados e faz-se uma boa rega; sempre é conveniente que se inicie a rega dos canteiros um a dois dias antes da semeadura;

5) Aconselhamos cobrir com leve camada de capim seco até o nascimento das sementes, quando então tal capim será disposto entre as linhas, o que vai diminuir a perda de água por evaporação e evitar a concorrência de ervas daninhas.

6) As regas devem ser diárias e sempre no mesmo horário.

SEMEADURA — HORTALICAS DE REPICAGEM E TRASPLANTIO

Deve-se seguir todos os itens anteriormente citados à exceção do 3) e mais os seguintes:

1) Além da coberta baixa de capim faz-se uma coberta alta para isto usa-se quatro torquilha, dispostas cada uma nas extremidades dos canteiros; duas delas terão o comprimento de 1 m e as outras duas 70 cm; todas serão enterradas no canteiro 20 cm, a fim de ficarem

bem firmes; as duas maiores dispostas segunda a direção leste-oeste e sobre as quatro uma armação de bambu aberto, disposta como mostra a figura 3, e sobre a qual repousa uma cobertura de palha, de capim, ou sapé;

2) Após o nascimento das mudinhas, a cobertura baixa é retirada e à medida que vão crescendo, vai-se diminuindo a sombra, ou seja, retira-se progressivamente a cobertura, até que, por ocasião da repicagem ou trasplanto, as mudas estejam a pleno sol.

conhecem; caberá à professora a introdução de sementes de boa produção, como por exemplo do chamado milho híbrido,

Uma vez iniciada a horta escolar, é imprescindível a organização do clube agrícola. Para isto, deve a professora conversar com os escolares sobre os direitos e deveres dos sócios e diretores do citado clube; é totalmente ineficaz a simples eleição de uma diretoria e o pagamento de contribuições, se os escolares não compreenderem as finalidades e não participarem da vida democrática que

um contacto mais amplo com as famílias dos escolares, o que evidentemente, só trará benefícios.

Cabe à professora, de acordo com as condições específicas de cada horta escolar, fazer as programações de tais festas, sempre apresentando uma parte esportiva, outra artístico-literária (números de canto e música do folk-lore regional) e uma apresentação e visita a horta escolar, permitindo desta arte que os pais das crianças vejam os trabalhos realizados e deem sugestões úteis para a continuação das atividades escolares e melhoramentos, não só no que concerne a horticultura, como também exponham as dificuldades e problemas que as crianças apresentam em relação ao ensino ministrado e este contacto criará o hábito de futuras reuniões e posteriormente será possível a organização de uma associação de pais e mestres, cuja utilidade e notória para as relações entre as famílias dos escolares e a professora.

Muita coisa interessante poderia ainda ser escrita e comentada sobre as hortas escolares rurais, porém devido a falta de espaço, deixamos para a próxima oportunidade.

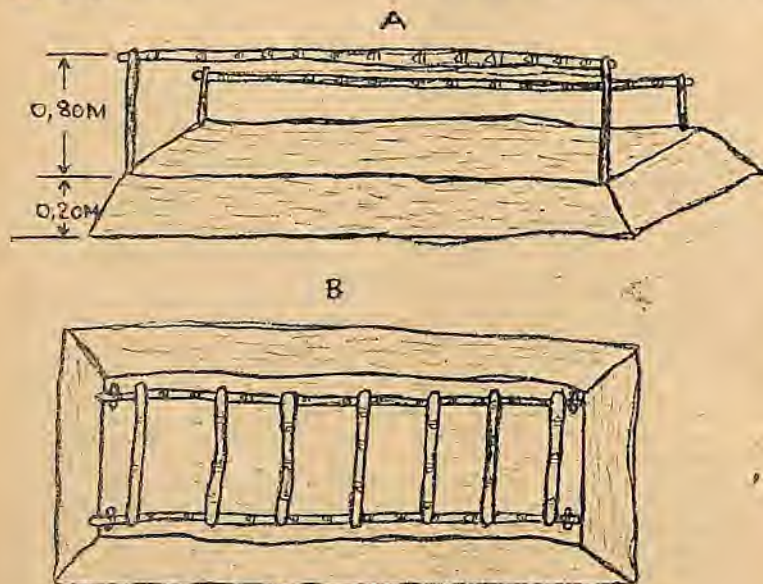


figura 3

A-Vista lateral e B-Vista Superior

Após a sementeira, temos os seguintes tratos culturais: 1) rega diária — sempre feita com regador de crivo fino, ou mais simplesmente, com latas de fundo furado por pregos;

2) Retirada de ervas daninhas e revolvimento superficial do solo — é uma prática que dá bons resultados, pois corta a concorrência e diminui a evaporação da água.

Os tratos culturais posteriores serão específicos para cada uma das espécies hortícolas.

Podem também ser iniciadas pequenas lavouras de cereais, a cargo dos meninos maiores, nas quais a professora, irá introduzindo práticas agrícolas melhoradas, como por exemplo, o emprego de sementes selecionadas e o combate às pragas.

Um cereal de fácil cultivo é o milho, cujos tratos culturais quase todos os escolares rurais

conhecem; caberá à professora a introdução de sementes de boa produção, como por exemplo do chamado milho híbrido, organizado e orientado, pode criar. O Serviço de Informação Agrícola possui uma publicação — “Clubes Agrícolas” — que apresenta normas práticas bastante fáceis e eficientes para a criação do clube agrícola escolar.

E uma vez iniciada a horta, as próprias crianças serão os seus maiores animadores e propagandistas e tornar-se-á possível a formação de um pequeno jardim escolar e a criação de abelhas em caixotes, cuja alta produção fornecerá um capital inicial para futuros investimentos do clube agrícola.

São também bastante interessantes, pelo grande repercussão que alcançam, as festas escolares relacionadas com as atividades do clube agrícola.

Assim por exemplo é de grande valor a festa de colheita de milho — pois vai proporcionar



Como qualquer criação de campo, os suínos encontram na verdura todos os elementos indispensáveis à sua nutrição — protídios, glucídios, lipídios, vitaminas, sais nutritivos e, ainda a ação estimulante das funções digestivas.

A verdura por si só oferece estes elementos convenientemente. Acontece, porém que os porcos na época da engorda requerem tanto glucídio que não o conseguem somente na verdura, visto que esta é volumosa demais para tão pequeno aparelho digestivo, tal como é o do porco.

Dai a conclusão: para porcas em gestação ou amamentando e para os bácoros em crescimento, basta a verdura, mas terá esta que ser tenra e farta; e para os suínos de engorda é necessário, além disso, um pouco de batatas e semelhantes e também o milho, principalmente no último mês de engorda.

Em qualquer caso, prevendo-se um pasto não muito variado, devem os suínos receber um pouco de proteínas de origem animal — sôro, farinha de carne ou de sangue.

Para conseguir verduras Tenras

Para que o pasto esteja sempre verde e farto é necessário dispor de menores relvados, porém duplos ou triplos, a fim de se fazerem a rotação das pastagens e o corte do emacegamento. É necessário, ainda, utilizar solo fértil ou favorecer a sua fertilidade, adubando-se periodicamente, a começar quando fizer a forma-

Ferragens verdes para os suínos

OLAVO B. ARAUJO E SILVA

Agrônomo

ção do relvado. Via de regra, convém fazer a calagem com 800 Kg de cal por hectare; e, a seguir, uma adubação com 400 Kg. de farinha de ossos, com 30 m³ de estrume bem curtido, também por hectare.

O terreno deve ser enxuto

Os melhores são os inclinados, porém, de pouca inclinação. Os planos convêm, quando se tenha corrigido de tal forma que nunca se formem poças com as chuvas.

As melhorias forrageiras

Sem dúvida o quicúio se impõe por fornecer boa verdura, não crescer demais, ser dominador e resistente ao pastejo, e ainda, suportar bem o frio, desde que seja irrigado, no caso de invernos estiosos. É exigente, entretanto, requerendo, por isso, boa fertilidade da terra.

Nunca, porém, um pasto é bom, quando constituído de uma só forrageira. Dai, pensarmos sempre em se consociarem as forrageiras nas pastagens, lembrando-nos das leguminosas.

Para conviver com quicúio consorciado com outros muito bons, tais sejam o *capim forquilha* e o *capim de burro*, tentemos plantar também o *amen-doim rasteiro*, as *centróse-mas*, etc., e ainda, os *tre-*

vos e *alfafas*, quando no sul do país.

Com adubação e a calagem preconizadas, favoreceremos o desenvolvimento das leguminosas nativas, muito interessantes, destacando-se entre nós, os *carrapichinhos pastéis*, ou *beijo de boi* ou ainda, *amorzinho*.

Verdura no côcho

Quando, lamentavelmente, não se puder conseguir o pasto verde, tenro, perene, há o recurso das culturas de forrageiras para o corte e, então, há que prover-se o côcho com verduras tenra, farta e recentemente colhida.

O feno de leguminosas também pode ser empregado na alimentação de suínos, porém, melhor será a verdura fresca, nem que seja necessário irrigar-se a cultura. Dentre as forrageiras para corte lembremo-nos do *capim venezuela* e das leguminosas, *feijão mungo*, *trevos* e *alfafa*.

LEIAM

A LAVOURA

PILHAGEM ENTRE ABELHAS

PEDRO LUIZ VAN TOL FILHO

As vezes, na época da colheita, as abelhas são poucas para atender as flôres que lhes oferecem pólen e néctar em condições de serem transportados para as colmeias. As rainhas desenvolvem em sua plenitude a postura de ovos para que não venham a faltar novas abelhas capazes de substituírem as milhares de irmãs que morrem, exaustas pelo trabalho interno. No auge de tantas atividades, cai uma tempestade, com chuva grossa e ventos fortes, que derrubam a maioria das flôres.

Passada a tempestade, as abelhas tornam aos campos e descobrem, com desespero, que quase não há mais flôres.

Mas o trabalho delas não pode parar. Se não há flôres, as abelhas procuram trazer provisões de outros lugares; são atraídas então pelo mel de outras colmeias, nas quais a população não esteja em condições de oferecer resistência, em defesa de seus tesouros.

Assim, as colônias menos populosas e aquelas que se encontram desmoralizadas pela falta de rainhas, tornam-se alvo de cobiça.

Aparecem então algumas abelhas atrevidas, vindas de uma colmeia forte, procurando penetrar no interior de uma dessas colmeias com poucas possibilidades de defesa. As sentinelas impedem que elas alcancem a entrada da habitação; mas ao fim de algum tempo, algumas das atacantes

conseguem seu intento e vão se encher com mel. nos favos pouco defendidos.

Saem alvoraçadas e chegam à sua casa, transmitindo a todas suas irmãs a notícia do que se passou. Dezenas delas saem logo para repetirem a proeza. Algumas serão mortas pelas sentinelas da colmeia atacada; mas outras conseguirão alcançar os favos de mel, e, enchendo-se com este alimento, levam-no para a sua casa, comunicando o sucesso às que lá estão. Então, avoluma-se o número das saqueadoras. Serão muitas centenas de abelhas, excitadas pelo ato de pilhagem, que saem de sua casa diretamente para a colmeia vítima. Ante a intensidade do ataque, as defensoras tornam-se impotentes. Percebendo isto, abelhas de outras colmeias vêm disputar com as "descobridores" a partilha das provisões, o que faz com que estas desapareçam em pouco tempo.

Animadas com o resultado da investida, as abelhas de todas as colmeias passam a atacar agora as colmeias vizinhas da primeira atacada. As sentinelas reagem. Trava-se combate, com enorme mortandade de parte a parte. É o que se designa com o nome de "saque generalizado".

Todas as colmeias passam a ser saqueadas e saqueadoras ao mesmo tempo. O chão do apiário cobre-se de abelhas mortas ou moribundas, até que a noite venha acalmar as

que não morreram. No dia seguinte, provavelmente logo cedo, recomeçarão os combates, até que as famílias fiquem quase extintas, ou que reapareça um novo fluxo de néctar. Mas então, a morte das milhares de abelhas, em virtude dos combates, reduz a capacidade coletora do apiário; e durante pelo menos um mês não haverá colheita, mesmo que muitas flôres, dentro de poucos dias, venham substituir aquelas destruídas pela tempestade.

Conhecendo os prejuízos causados pelo saque, também chamado "pilhagem", o apicultor deve se manter sempre atento nos períodos de escassez e logo após qualquer perturbação nectarífera. Nessas ocasiões deverão ser reduzidas ao mínimo, as entradas das colmeias e dos núcleos, bem como devem ser vedadas quaisquer frestas, por onde possa passar uma abelha, sem ser notada pelos habitantes. Se apesar destes cuidados, o apicultor notar um início de pilhagem, deverá pulverizar com farinha de trigo, as abelhas que entram e saem na colmeia saqueada, e depois descobrir em que colmeia elas entram, identificando assim a colmeia saqueadora. Permutam-se então os lugares; a saqueadora vai para o lugar da saqueada e esta para o lugar daquela. Haverá sempre alguma luta, porque as abelhas procurando sua casa, encontrarão

(Continua na pág. 47)

PROJETOS DE INTERESSE DA AGRICULTURA EM CURSO NO CONGRESSO NACIONAL

Projeto n.º 34-A, de 1955 — Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá; tendo pareceres, pela constitucionalidade da Comissão de Constituição e Justiça; com substitutivo da Comissão de Economia e favorável da Comissão de Finanças (1.ª discussão) — Projeto publicado no D. C. N. de 4-8-1955, pág. 4.630.

Projeto n.º 100-A, de 1955 — Dispõe sobre a aplicação de depósitos existentes na Caixa Econômica do Rio de Janeiro em empréstimos aos produtores locais; tendo parecer contrário da Comissão de Finanças. (1.ª discussão) — Projeto publicado no D. C. N. de 4-8-55, pág. 4.633.

Projeto n.º 497, de 1955 — Obriga aos estabelecimentos bancários a aplicarem, no mínimo, trinta por cento (30%) de seus depósitos em empréstimos agrícolas e pecuários, e dá outras providências. (Do Sr. Plácido Rocha) — Projeto publicado no D. C. N. de 4-8-1955, à pág. 4.634.

Projeto n.º 350-A, de 1955 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956; com parecer da Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira sobre as emendas do Plenário e com sub-emenda — Projeto publicado no D. C. N. de 5-8-55, pág. 4.677.

Projeto n.º 510, de 1955 — Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para socorro às populações vítimas do flagelo da seca e

dá outras providências. (Do Sr. Segismundo Andrade) . Projeto publicado no D.C.N. de 5-8-1955, pág. 4.691.

Projeto n.º 511, de 1955 — Prorroga o prazo para financiamento das lavouras de café. (Do Sr. Herbert Levy) . Projeto publicado no D. C. N. de 5-8-55, pág. 4.692.

Projeto n.º 512, de 1955 — Cria o Instituto do Sisal e dá outras providências. (Do Sr. Janduhy Carneiro). Projeto publicado no D. C. N. de 5-8-1955, pág. 4.692.

Projeto n.º 936-A, de 1951 — Autoriza o Governo Federal a organizar a Cia. Hidroelétrica do Parnaíba; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, exceto quanto ao art. 10 e contrários das Comissões de Economia, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças. (1.ª discussão). Projeto publicado no D. C. N. de 9-8-1955, pág. 4.798.

Projeto de Resolução n.º 7-B, de 1955 — Cria uma Comissão Mista de Reforma Agrária; tendo pareceres, com substitutivo, da Mesa e favorável da Comissão de Economia. Parecer da Comissão de Economia favorável a emenda de discussão única. — Projeto publicado no D.

C. N. de 9-8-1955, pág. 4.808.

Projeto n.º 518, de 1955 — Regula a contagem de tempo de serviço dos servidores do Ministério da Agricultura quando em exercício em locais prejudiciais à saúde. (Do Sr. Benjamim Farah) — Projeto publicado no D. C. N. de 9-8-1955, pág. 4.811.

Projeto n.º 520, de 1955 — Prorroga por um ano o prazo de vencimento dos contratos de financiamento agropecuário de responsabilidade dos agricultores e pecuaristas das regiões atingidas pela geada e dá outras providências. (Do Sr. Miguel Leuzzi). Projeto publicado no D. C. N. de 9-8-1955, pág. 4.812.

Projeto n.º 3.966-B, de 1953 — Redação para a 2.ª discussão do Projeto número 3.966-B, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender as despesas decorrentes da Festa Nacional do Arroz, a realizar-se em Pelotas, no Rio Grande do Sul. — Projeto publicado no D. C. N. de 12-8-55, pág. 4.941.

Projeto n.º 4.691-A, de 1954 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.325,00 para pagamento de diferenças de gratificação de magistério;

tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (discussão única). Projeto publicado no D. C. N. de 12-8-1955, pág. 4.942.

Projeto n.º 538, de 1955 — Autoriza a União a criar um serviço denominado Serviço Nacional de Assistência Rural. (Do Sr. Antunes de Oliveira). — Projeto publicado no D. C. N. de 12-8-55, pág. 4.972.

Projeto n.º 539, de 1955 — Assegura aos atuais servidores da União, que contarem, em cargo de direção, mais de dez anos de serviço seguidos, ou mais de quinze anos de exercício interpolado, os vencimentos da última comissão federal que houverem desempenhado. (Do Sr. Segismundo Andrade). — Projeto publicado no D. C. N. de 12.8. 55, à pág. 4.974.

Projeto de Lei n.º ... — Regula a contagem de tempo de serviço dos servidores do Ministério da Agricultura, quando em exercício em locais prejudiciais à saúde. — Projeto publicado no D. C. N. de 14-8-1955, pág. 4.157.

(Conclusão da pág. 39)

se-ia comprar, no máximo, 20.000 sacas, ao preço atual de Cr\$ 2.580,00, para o tipo Santos. Diz o projeto que o Instituto se entenderia diretamente com os produtores, o que se torna impossível, pois ele não tem rede administrativa para isso. Além do mais, os produtores perderiam o benefício da concorrência dos recursos provenientes da Carteira Agrícola do Banco do Brasil da Comissão de Financiamento da Produção que controlam as disponibilidades oferecidas pelo Governo Federal. Assim, o projeto, do ponto de vista econômico, é de todo inconveniente para os produtores de café — concluiu o entrevistado.

Viagem de Estudos aos Estados Unidos

Do relatório apresentado ao Governo Americano pelos Engenheiros-Agrônomos formados pela Escola de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre destacamos, entre outros, os seguintes trechos:

AGRICULTURA E INDÚSTRIA

Por Fernando Corrêa Oliveira

Neste relatório não podíamos deixar de destacar o que nós foi dado observar no que se trata da relação entre a agricultura e a indústria. Ambas têm uma finalidade comum, isto é, produzir bem e bastante.

A indústria está ligada por dois laços à agricultura. O primeiro pelo fato desta favorecer a agricultura, fornecendo-lhes: instrumentos para o trabalho agrícola; adubo para fertilizar o solo; rações balanceadas para a alimentação dos animais, etc.

Junto nestes setores nos foi mostrado um exemplo de cada indústria. Assim, conhecemos a International Harvester Company, em Chicago, onde vimos a rapidez e perfeição como é feito um trator. Na Florida vimos uma mina de fosfato e logo após o beneficiamento deste. No caminho para St. Louis (Missouri) visitamos uma indústria particular, que executa experiências para obter melhores fórmulas de rações para animais.

Segundo laço vem a ser o aproveitamento do produto agrícola que, após industrializado, encontra-se em condições de ser utilizado pelo homem.

Por este lado vimos também alguns frigoríficos, como a Swift & Co., em Chicago, industrializando a carne; engenhos de arroz, beneficiando este produto agrícola, etc.

Nestas relações não deixamos de ver o empenho de ambos — Agricultura e Indústria — de cada vez mais procurar oferecer um produto de maior reputação ao mercado.

INTRODUÇÃO DE UMA CADEIRA DE EDUCAÇÃO VOCACIONAL NO GINÁSIO

Por Pedro Caggiano Filho

Seria de grande valor para a preservação do capital nacional e sobretudo para uma melhor

e mais bem dirigida exploração do solo, a criação de uma cadeira de Agricultura Vocacional nos cursos secundários de nosso Estado.

Se assim afirmamos, é porque sentimos uma acentuada fuga do campo para a cidade, seja por falta de conhecimentos, seja por falta de apoio ao pequeno agricultor, ou seja, ainda, num grau mais acentuado, por falta de amor à terra.

De uma maneira geral, as grandes glebas de terra no Brasil são indiretamente exploradas por seus proprietários, delas usufruindo um lucro suficiente, mas que, na realidade, não expressa o potencial que nelas reside.

Mas como iniciar este plano?

Aqui aludimos o auxílio que poderia ser dado pelos Agrônomos Regionais, no que tange ao ministrar as aulas.

E como agiremos?

Uma vez chegados ao Brasil, procuraremos arquitetar um plano junto com a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio e com Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul. E assim em conjunto, procuraremos elaborar um projeto que será levado ao conhecimento do poder competente e submetido à aprovação.

Se já nos primórdios de sua educação o jovem começa a tomar contacto com a terra, não resta dúvidas que será um passo no sentido da racional exploração do solo pátrio e danosa mais rápida emancipação econômica.

**ANUNCIE
EM**

"A LAVOURA"

BIBLIOTECA CENTRAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

JOSÉ A. VIEIRA

No moderno conceito biblioteconômico, a razão de ser da Biblioteca é o leitor. Exatamente neste sentido de relação pública é que está organizada a do Serviço de Informação Agrícola, que, pela sua situação especialíssima, atua como Biblioteca Central do Ministério da Agricultura.

Criada em 1939, começou em 1945 a ser reorganizada de acordo com a nova técnica, datando daí a catalogação de todo o seu acervo pelo código da Biblioteca Apostólica Vaticana e a classificação pelo sistema decimal de Melvil Dewey.

Em 1953, instalou-se no amplo salão térreo do edifício-sede do Ministério, no Largo da Misericórdia, com estantes abertas de aço, fichários em forma de catálogo-dicionário e acomodações adequadas, embora modestas, para os leitores.

Especializada em agropecuária e assuntos afins, a Biblioteca do SIA conta atualmente com cerca de 28.000 volumes, entre livros, folhetos e periódicos, podendo-se assinalar algumas preciosidade com mais de três séculos, além de outras menos remotas, porém de valor inestimável, tais sejam: *LE THEATRE DE L'AGRICULTURE*, de Oliveir de Serres, publicada pela 1.^a vez em 1600, em edição de 1804; *HISTOIRES DES DROGUES, ESPICIERIES MEDICAMENS SIMPLES*, DE 1619; *DE SITU OBRIS*, de Pomponii Melae, de 1722; *SYSTEME SEXUEL DES VEGETAUX*, de Charles Linné, de 1798; *LE BON FERMIER*, de 1786; *VOYAGES DE C.P. THUNBERG AU JAPON*, De 1796; *RECHERCHES SUR LES ASSEMENTS FOSSILES*, de Cuvier, de 1825; *LES DIFFERENTS FORMES DES FLEURS*, DE 1878; *FECONDA-TION CROISEE*, de 1877; *LA*

FACULTE MOTRICE DES PLANTES de 1882 e *LES ANCIENS*, de Adem Dickson, de 1802; *TRAITE THEORIQUE ET PRATIQUE SUR LA CULTURE DES GRAINS SUIVI DE L'ART DE FAIRE DE PAIN*, de Antoine Augustin Parmentier de 1802.

Além dessas obras, enriquecem o seu acervo a *ENCYCLOPEDIA AGRICOLE* e a *COLEÇÃO BRASILIANA*; esta última trata dos mais variados assuntos nacionais. Entre as principais obras de referência, além das enciclopédias gerais, conta com as seguintes fontes especializadas:

DICTIONNAIRE NATURELLE; *ENCYCLOPEDIA DE QUIMICA INDUSTRIAL*, de Therpe; *DICTIONNAIRE DE CHIMIE PURE ET APPLIQUEE*, de Wurteze; *DICTIONNAIRE DES-CRIPTIF ET SYNONYMIQUE DES GENRES DES PLANTES PHANEROGAMES*, de Lamée; *STANDARD CYCLOPAEDIA OF HORTICULTURE*, de Bailey; *DICCIONARIO DE AGRICULTURA*, *ZOOTECNIA Y VETERINARIA*; *LAROUSSE AGRICOLE*; *ENCYCLOPEDIA AGRARIA ITALIANA*.

No sentido de fazer divulgação, publicou o *GUIA DAS BIBLIOTECAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA*, que se tem atualizado sempre em novas edições (5.^a). Já em 3.^a edição, encontra-se a Lista de cabeçalhos de assunto sobre agricultura e ciências afins, de Xavier Placer e Aida Befone. Além desse, os folhetos: *COMO ORGANIZAR A BIBLIOTECA DO CLUBE AGRICOLA* e *REDAÇÃO OFICIAL PARA O CLUBE AGRICOLA*. Para distribuição, em folhas datilografadas encontram os interessados bibliografias sobre todos os assuntos agropecuá-

rios, permanentemente atualizadas.

Especial menção merece o seu periódico "NOTÍCIAS BIBLIOGRÁFICAS", já no vigésimo segundo número, no qual apresenta resumos de trabalhos científicos de interesse para os técnicos do M.A., colhidos das várias publicações recebidas pela Biblioteca, bem como a relação das edições S.I.A. e o e mentário da legislação agropecuária brasileira.

A Biblioteca do Serviço de Informação Agrícola atende aos seus consulentes, diariamente, de 11 às 17 horas, e aos sábados, das 9 às 12 horas, franqueando as estantes à consulta local e realizando empréstimo a domicílio com prazos razoáveis de devolução. O seu acervo é permanentemente atualizado, com aquisição de novas publicações. Realiza doação e permuta de obras entre as suas congêneres. Trabalho interessante e de grande repercussão é o da leitura técnica de revistas. O resultado dessa leitura é comunicado aos interessados, que recebem um aviso citando o título do artigo, seu autor, nome e número da revista, ficando, assim, informados dos últimos avanços da ciência.

Além de possuir este centro de consultas bibliográficas de real valor, o S.I.A. promove, à semelhança, a organização de novas bibliotecas agrícolas junto a diversas entidades públicas e privadas, de interesse agropecuário, fornecendo publicações que edita sobre os mais variados assuntos. A rede de bibliotecas agrícolas, em formação, será mais um serviço prestado pelo Ministério da Agricultura aos que dedicam seus estudos e atividades ao desenvolvimento da economia agrária do País.

"FOSFATO OU ESCÓRIA THOMÁS"

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agêntes em S. Paulo e Rio :

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal, 3572

Endereço Telegráfico: "SALITRE"

RIO DE JANEIRO

★ NOTICIÁRIO ★

da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Clube Agrícola Miguel Calmon

Digno de registro é a colaboração que o Clube Agrícola Miguel Calmon, constituído pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello prestou à Escola Municipal Presidente Dutra, no Dia da Árvore. Os estudantes José Elói Ferreira Ramos, Tadashi Neshigute e Agostinho Rodrigues da Silva, da diretoria do Clube Agrícola auxiliaram na Escola Presidente Dutra, o plantio de um cafeeiro fornecido pela E. H. W. B. em solenidade presidida pela Professora Maria Eugênia, da referida Escola.

O Dia da Árvore na E. H. W. B.

O dia 21 de setembro foi condignamente comemorado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, pelos corpo docente e discente. Na referida data, com a presença do Diretor da Escola, Dr. Antonio de Arruda Câmara, de sua digníssima esposa, D. Guiomar de Arruda Câmara, de professores e de alunos do internato, foi plantada uma árvore comemorativa da data.

No dia 25, em solenidade presidida pelo Doutor Antonio de Arruda Câmara, com a presença de professores e alunos dos cursos regulares e avulsos foi plantada outra árvore comemorativa da data (esse atraso decorreu do fato dos cursos avulsos só funcionarem aos domingos), tendo usado da palavra na ocasião o Prof. Geraldo Goulart da Silveira, em nome da direção da Escola e a senhorita Therezinha Asta Voegel, em nome dos alunos dos Cursos Práticos. Os alunos ofereceram a seguir à Escola, um quadro referente ao ato, assinado por todos os que na referida data estavam freqüentando as aulas dos Cursos Práticos Agrícolas ministrados em colaboração com a C B A R.

Aniversário do Diretor da E. H. W. B.

Registramos o 60.º aniversário do Dr. Antonio de Arruda Câmara que, desde a sua fundação, em 1937, dirige a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, da Sociedade Nacional de Agricultura. O Diretor Dr. Arruda Câmara, que apesar de enfermo sempre tem dispensado toda atenção à Escola, após receber os cumprimentos dos professores e alunos foi presenteado com um livro autografado por todos os alunos do internato.

Rubem Henrique Jacundá

...O fruticultor Rubem Henrique Jacundá, antigo aluno da Escola de Horticultura Wenceslão Bello e ex-membro da diretoria do Clube Agrícola Miguel Calmon, ao concluir o serviço militar, foi alvo de justos elogios por parte de seus superiores.

Além de um ofício assinado pelo Comandante, enaltecendo as suas qualidades e os bons serviços prestados ao exército, fez jus ainda a uma medalha de ouro, como soldado exemplar que foi entre

todos os que prestaram serviço militar na 1.ª Região Militar no ano de 1954.

Ao registrar tal acontecimento, a Escola de Horticultura Wenceslão Bello o fez com grande júbilo, pois quando aluno do internato, Rubem Henrique Jacundá sempre se revelou um bom estudante e bom colega, tendo merecido sempre de seus professores e da direção da Escola elogios pelo seu exemplar comportamento e elevado espírito de colaboração.

Ao tomar conhecimento do fato, deliberou a diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura não só louvar o ex-aluno da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, como também oferecer-lhe uma assinatura vitalícia de sua revista "A Lavoura".

O sr. Rubem Henrique Jacundá trabalha atualmente no Serviço de Expansão do Trigo, em Goiânia.

Cursos Práticos Agrícolas

Foram concluídos em Outubro, os seguintes Cursos Práticos Agrícolas ministrados na E. H. W. B. em colaboração com a CBAR: Máquinas de Defesa Sanitária Vegetal, Cooperativismo Rural, Multiplicação Vegetal, Organização de Pomares, Cultura de Citrus, Cultura de Raízes e Tubérculos, Botânica Agrícola, Inseticidas e Fungicidas e Conservação do Solo.

(Conclusão da pág. 17)

operações sociais. Correlativamente, a remuneração do capital tem de estar limitada; e o máximo que se fixa não há de exceder o interesse corrente do dinheiro. E alude o projeto de lei do Estado, formulado recentemente pela Liga Americana, que um dos textos onde com mais relêvo aparece a nota característica apontada neste parágrafo.

Trata-se, como se vê de um profundo conhecedor da teoria e da prática do cooperativismo, já falecido. Seu ilustre filho, prestou, reeditando-o com comentários, assinalado serviço aos estudiosos. As longas citações que fiz dão essa medida e constituem uma homenagem ao ilustre doutrinador que tenho a honra e o prazer de divulgar pela primeira vez no Brasil, como o fiz com Leicerson, Bórea, Fabra ibas, Valko, dentre outros.

NOTA EM TEMPO

Do professor Juan Gascón acabo de receber, outro substancial trabalho, edição do Instituto de Estudos de Administración Local, intitulado "Alguns aspectos cooperativos de la vida local", em que seu brilhante autor defende a tese das "régles" cooperativas, depois de alusões ao rico passado cooperativo de Espanha e à situação atual.

Condições especiais para a criação de peixes, em águas represadas e correntosas, nas propriedades rurais e nos ambientes aquáticos naturais, públicos ou particulares

Por ASCANIO DE FARIA

Técnico em Caça e Pesca

Devem os proprietários rurais, no preparo de seus ambientes aquáticos, levar em conta os seguintes princípios técnicos, considerados básicos e indispensáveis à obtenção de bom rendimento na criação de peixes.

I — ÁGUA

A água deve ser pura, isenta de gases tóxicos, não poluída, devendo, se possível, ter origem dentro da propriedade, a fim de que seu proprietário possa exercer, sobre a mesma, o mais severo controle.

U'a água que encerre condições ideais deve ter pH compreendido entre 7 e 8, caracterizando-se, igualmente, por um teor acentuado de reservas alcalinas.

Essas águas são, indubitavelmente, mais produtivas do que aquelas cujo pH esteja compreendido entre 5,5 e 6,5. Quer isto dizer, que as águas fracamente alcalinas, são superiores, em produção de plancton, às que são ácidas, embora existam espécies ictiológicas e planctônicas que preferem ambientes de águas ácidas.

Nos ambientes aquáticos, não se deve, de forma alguma, admitir a possibilidade de penetração de volume excessivo de água de abastecimento. A água de abastecimento, deve ser suficiente, apenas, para manter, no ambiente aquático, o mesmo nível, repondo a que se evapora e se infiltra, sem, portanto, dar origem a transbordamentos. Pode-se, com essa prática, reter, em benefício do desenvolvimento normal das novas gerações de peixes, uma quantidade suficiente de plancton, nos meses em que se verifique a procriação. As águas pluviais e as de nascentes ou riachos, consideradas excessivas, dentro deste ponto de vista, devem correr, em valetas cavadas no terreno, por fora do represamento.

II — PRODUÇÃO DE PLANCTON

A natureza da água depende da do terreno, podendo, assim, como se faz na agricultura, melhorar-se suas condições de produtividade, com a introdução, no ambiente aquático, de certos elementos, favoráveis ao seu enriquecimento.

A riqueza planctônica de u'a massa de água, pode ser melhorada pela prática da fertilização do ambiente aquático. Usa-se de preferência, nesse enriquecimento, o estrume de gado, bem curtido e isento de palha, na proporção de 300 quilos para cada acre de terreno alagado (4.000 m²).

Destarte, um açude que tenha 10.000 m² (1 hectare), deve receber, duas vezes por ano, em janeiro e setembro, cerca de 750 quilos dessa espécie de adubo.

Numa associação de fertilizantes, pode-se juntar, aos 750 quilos de estrume de gado, 25

quilos de superfosfato, com grandes efeitos favoráveis ao aumento da produtividade das águas.

Os terrenos de nossas propriedades rurais, com raras exceções, são ácidos, devendo-se, assim, com exclusão das zonas de terras calcáreas, juntar, à massa fertilizante já apontada, 200 quilos de cal apagada, para cada hectare de terras alagadas.

III — NATUREZA DO TERRENO

Terras de elevado teor em reservas alcalinas, 1,0 e 2,0%, são preferidas às ácidas. Devem, igualmente, ser pouco permeáveis, evitando-se, com essa condição essencial, a ponto de vista, devem correr, em valetas cavadas no terreno, por fora do represamento. necessidade de grandes renovações de água, garantindo-se destarte, a formação de estoques de plancton, indispensáveis ao normal desenvolvimento das novas gerações dos peixes em criação.

IV — PREPARO DO TERRENO

Deve-se derrubar o mato existente e destocar-se e capinar-se toda a área, arrancan-

VERMES? OPILAÇÃO?

PANVERMINA

GLOBULOS DE GELATINA (JA PURGATIVOS)

Golpe certo

CONTRA TODOS os VERMES

LABORATORIO PANVERMINA

RUA SAMPAIO FERRAZ, 38-RIO

do-se raízes, bulbos e rizomas. As excavações devem ser feitas de tal maneira que, pelo alagamento, se estabeleçam duas zonas, sendo uma rasa, chamada litoral e outra mais profunda, chamada abissal.

A primeira deve compreender 2/3 da área total e a segunda, apenas, 1/3 dessa área. A primeira zona (litoral), também pode ser chamada trofógena ou de criação, constituindo o lugar onde nascem os peixinhos e onde vivem, para se alimentar e crescer.

A segunda (abissal), serve, apenas, de refúgio para os peixes, nos momentos em que se verificarem mudanças bruscas de temperatura, nocivas, tanto para os peixinhos, como para os reprodutores, podendo mesmo, ter efeito mortífero, tanto para uns como para outros.

A profundidade da zona de sal, deve variar, diretamente, com a área disponível. Assim, nos ambientes de 500 a 1.000 m², não deve ela exceder a de 1,5 m, podendo, nos de 4.000 e 10.000 m², atingir, até, a de 3,0 m. Na zona litoral devem as profundidades variar de 0,60 a 0,20 m.

V — CAIXA DE PROTEÇÃO

No local de escoamento da água, na barragem, deve-se instalar uma caixa de proteção, a fim de se evitar a fuga dos peixinhos, por ocasião do esvaziamento parcial ou total das águas do ambiente aquático.

Haverá, sim, nessa caixa de cimento armado, de forma retangular ou quadrada, de altura igual à maior profundidade do açude, dois caixilhos de madeira, sendo um com tela milimétrica e outro com tela de 0,01 m de malha, colocada essa última na frente da primeira. Na parte posterior destes caixilhos, guarnecidos com tela de cobre ou arame galvanizado, coloca-se em goteiras confrontes e paralelas, abertas no cimento armado, uma série de tábuas de madeira de lei, de 0,20 m de altura e da largura da caixa de proteção, sobrepostas, com encaixe de macho e fêmea, a fim de, retirando-se tábua por tábua, de cima para baixo, poder-se realizar o escoamento da água do ambiente, em camadas, sem a formação de grandes correntezas, que dariam origem ao revolvimento do fundo do ambiente aquático.

VI — ESCOLHA DAS ESPÉCIES

A temperatura das águas, selecionam as espécies em criação. Em nosso País estamos criando várias espécies, distribuídas de conformidade com as condições ecológicas das diferentes regiões.

Assim o bass — *Micropterus salmoides*, desenvolve-se bem em águas de temperatura máxima de 16° C, enquanto que os tucunarés, o apaiari e o pirarucu, só se multiplicam, satisfatoriamente, em ambientes aquáticos de temperatura mínima de 24° C. A truta arco-íris — *Salmo gairdnerii irideus*, pode ser criada nos rios, açudes e represas de nossos altiplanos, como por exemplo, na Serra da Bocaina, no Parque Nacional do Itatiaia, na zona de Macaê de Cima, em Campos do Jordão, na Mosela e na Serra dos Órgãos, de-

vendo, apenas, a temperatura da água dos ambientes aquáticos, não exceder de 21° C, em qualquer época do ano.

A guisa de esclarecimento, afirmamos que a Divisão de Caça e Pesca já distribuiu, de 1947 até o presente momento, à 492 piscicultores amadores, para criação em seus ambientes aquáticos, 1.606 reprodutores de tucunaré (*Cichla ocellaris*); 371 de apaiari, 491 de bass e 69.065 alevinos da espécie de truta já referida.

VII — ÁREAS DOS AMBIENTES AQUÁTICOS

As áreas necessárias são variáveis com as espécies, podendo-se, por exemplo, criar-se o apaiari, (*Astronotus ocellatus*) em ambientes de 500 a 1.000 m², com rendimento, respectivamente, de cerca de 250 a 500 quilos de pescado, anualmente, o tucunaré (*Cichla ocellaris*), espécie de maior porte, exige as áreas de 4.000 a 10.000 m², podendo-se obter, anualmente, respectivamente, nas melhores condições técnicas, cerca de 400 a 1.000 quilos, dessa tão fina e saborosa espécie.

O pirarucu (*Arapaima gigas*), espécie de grande porte, só pode ser criado em áreas superiores a 100.000 m², devendo, igualmente, haver na mesma uma grande reserva de peixe alimento, em contínua e natural penetração nos ambientes aquáticos. Os alevinos dessa espécie podem ser produzidos em pequenos tanques, adrede preparados, nos moldes dos usados na Estação Experimental de Piscicultura de Lima Campos, no Estado do Ceará.

O bass, (*Micropterus salmoides*), é uma espécie de grande valor, prestando-se para o peixamento de águas mais frias, situadas em altitudes acima de 500 m, onde, muitas vezes, não se pode criar o tucunaré, e, tão pouco o apaiari e o pirarucu. Os ambientes no tocante às áreas de profundidade, para criação desta espécie são, mais ou menos, iguais aos do tucunaré, exceto a temperatura de suas águas.

A truta — *Salmo gairdnerii irideus*, deve ser criada em açudes e represas, de áreas de 4.000 a 100.000 m², abastecidos por rios ou riachos, que servirão de local para desova, no período de reprodução da espécie. Os rios de nossos altiplanos, estão sendo peixados, desde julho de 1949, com larvas e alevinos da espécie em apréço, já se tendo obtido magníficos resultados na Serra da Bocaina, onde existem quatro gerações de trutas brasileiras, nos rios Jacu-pintado, Bonito, Paraná, da Peroba, Paca e Paquinha.

VIII — PEIXE ALIMENTO

As espécies ictiófagas exigem outros peixinhos para sua alimentação.

O apaiari necessita de barru, enquanto que o tucunaré e o bass, exigem lambaris, acarás e saguirus para sua dieta alimentar.

O pirarucu, deverá se dar bem com os acarás, lambaris, saguirus e, também, com os curimbates, piaus e cangatis, etc.

As trutinhas podemos tentar proporcionar os barrigudinhos, os acarás e os saguirus.

(Continua na pág. 44)

BIBLIOTECA DA S.N.A.

OFERTA DO DR. FÁBIO LUZ FILHO

- 23) O Veterinário Brasileiro — Ernesto Viola — Maranhão — 1924.
- 24) A irrigação no mundo e no Brasil — J. Muniz Nery — Belo Horizonte, 1940 — fls.
- 25) Conselhos sobre a vinificação da uva — Celeste Gobbato — Porto Alegre, 1930 — fls.
- 26) Recomendação aos viticultores — Diretoria de Agricultura, Ind. e Comércio — Circular n. 30 — Porto Alegre, 1932 — fl.
- 27) Plantação de videiras — Celeste Gobbato — Porto Alegre, 1933 — fls.
- 28) Análises físicas e químicas de uvas e mostos na zona colonial italiana em 1934 — Dr. W. Mohr — Porto Alegre, 1936 — fl.
- 29) Ligeiras notas sobre economia agrícola — Henrique Dumont Villares — São Paulo, 1931.
- 30) São Paulo industrial — Henrique Dumont Villares — São Paulo, 1937.
- 31) Cultura prática da urena lobata — Ubirajara Pereira Barreto — São Paulo, 194.
- 32) A engenharia e a indústria — Roberto Simonsen — São Paulo, 1945.
- 33) Variedades cultivadas de cacau — Gregório Bondar — Bahia, 1922 — fl.
- 34) Palmeiras de gênero cocos e descrição de duas espécies novas — Gregorio Bondar — Bahia, 1941 — fl.
- 35) Existem mercados à espera do cacau baiano — Gilberto Palm — Bahia, 1949 — fl.
- 36) A reestruturação comercial do Instituto de Cacau — Bahia, 1949 — fl.
- 37) Autarquias, fundações e Institutos de economia mista — J. de Araújo Góes — Bahia, 1950 — fl.
- 38) Os primeiros passos para a reconstituição dos souts portugueses — Jorge Brito dos Santos — Portugal, 1945 — fl.
- 39) O Castanheiro no Distrito de Bragança — Manuel Gomes Guerreiros e Columbano Taveira Fernandes — Portugal, 1945 — fl.
- 40) Higiene dos campos — Dr. Augusto Bernacchi — Rio de Janeiro, 1909.
- 41) Alimentação dos equídeos — N. Athanassof — Rio de Janeiro, 1913 — fl.
- 42) Conferência Nacional de Pecuária — Barros Fournier — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1917 — fl.
- 43) Cousas americanas e brasileiras — Hélio Lôbo — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1923.
- 44) A cana de açúcar na Bahia — Dr. Alexandre Grangier — Rio de Janeiro, 1926 — fl.
- 45) As leguminosas e suas farinhas alimentares — Dr. A. Antônio de Andrade — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1926 — fl.
- 46) Climatologia e meteorologia de Pinheiro, Estado do Rio — Dr. Manuel Paulino Cavalcanti — Rio de Janeiro, 1926 — fl.
- 47) Amarelão e maleita — Belisário Pena — Rio de Janeiro, 1928 — fl.
- 48) Preços das terras no Brasil e salários rurais — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1931 — fl.
- 49) A análise da cana de açúcar e seus produtos e a fabricação do açúcar em Campos — Odvaldo do Nascimento Mata — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1931.
- 50) A indústria açucareira em Pernambuco — Fernandes e Silva — Rio de Janeiro, 1933 — fl.
- 51) O mate — Francisco Leite Alves da Costa — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1935.
- 52) O Mercado de ovos no Distrito Federal — Evaristo Leitão — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1936 — fl.
- 53) O que os brasileiros devem saber — Ernani Fornari — Rio de Janeiro, 1936 — fl.
- 54) Nipões e coisas do seu pensamento — L. H. Yakumo Koyzumi — Rio de Janeiro, 1937.
- 55) O desenvolvimento dos mercados internos, a grande força de defesa da economia nacional — Waldyr Niemeyer — Rio de Janeiro, 1939 — fl.
- 56) A rede rodoviária fluminense — Adalberto Ribeiro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1942 — fl.
- 57) Relatório parcial dos estudos econômicos e

SUPREMO VITAMINOL

Manipulado agora em modernas instalações



No bairro do Engenho Novo, à Rua Jaú n.º 9, ergue-se agora uma construção moderna graças ao arrojo da AVICULTURA ALONSO LTDA., fabricante do SUPREMO VITAMINOL e fornecedora de utensílios e alimentos para pássaros e aves em geral...

Organização tradicional de relevo no ramo de sementes, alimentação, utensílios e tratados de pássaros e aves em geral, a AVICULTURA ALONSO LTDA., que há mais de 40 anos dedica suas atividades nesta praça, viu-se forçada pela urbanização da cidade a mudar sua sede da Rua 7 de Setembro. Ocupando agora uma área de 1.760 metros quadrados, está a nova sede equipada com o que há de mais moderno em matéria de construção, inclusive para o seu fabrico do Supremo Vitaminol.

Medicamentos para gado em geral, de todos os Laboratórios.

Dispondo hoje de um serviço próprio de transporte para suas entregas, atenderá qualquer pedido pelo telefone 49-8185. — D. Federal.

sociais realizados em Bananal — Ayres de Azevedo — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1943.

- 58) Memória n. 6 — Contribuição para o estudo da região ervateira — Instituto de Química Agrícola — Rio de Janeiro, 1944.
- 59) Rodovia Getúlio Vargas — Moacir M. F. da Silva — Rio de Janeiro, 1944.
- 60) Notas sobre a cultura da hortelã pimenta — Abelardo Rodrigues Lima e Edmar José Kiehl — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1945 — fl.
- 61) Industrialização da mamona no Brasil — Cunha Bayma — Rio de Janeiro, 1945 — fl.
- 62) Fomento rural — Conselho Nacional de Estatística — Rio de Janeiro, 1946 — fl.
- 63) Pela livre circulação de mercadorias — Afrânio de Carvalho — Rio de Janeiro, 1946 — fl.
- 64) O trigo e a reforma agrária — Lauro Montenegro — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948 — fl.
- 65) Custo da produção — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1949 — fl.
- 66) Libertação econômica — Cadernos de emancipação — Rio de Janeiro, 1952.
- 67) Serpentes peçonhentas — Eurico Santos — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1952 — fl.
- 68) Temas ruralistas — Dom José Delgado — Série Maranhão Rural — n. 4 — Maranhão, 1955 — fl.
- 69) A adubação das flores — Rio de Janeiro — fl.
- 70) Estudos pomológicos — J. Vieira Natividade — 1947 — fl.
- 71) Atlas algodoeiro do Brasil — William Wilson Coelho de Souza.
- 72) Federación Agraria Argentina — 36.º Congreso Plenário — 1948.

OFERTA DO DR. ARTHUR TORRES FILHO

- 1) Dicionário das línguas inglesa e portuguesa — José de Lacerda — 2 vols. — Lisboa, 1866.
- 2) The century dictionary and cyclopedia — Benjamin E. Smith — A. M. L. H. D. — Vol. IX — New York.
- 3) Guide pratique d'agriculture tropicale — A. Fauchère — I — Paris, 1922.
- 4) Demonstração de processos de combate à saúva — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1936.
- 5) Manual do Estrangeiro — Pericles Mello Carvalho — Rio de Janeiro, 1938.
- 6) O fazendeiro — Ano VIII — ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6.
- 7) 3.ª semana do fazendeiro — Ministério da Agricultura — Universidade Rural — Estado do Rio de Janeiro, 1955 — fl.
- 8) Organização da vida rural — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1949.
- 9) Banco Mineiro da Produção S. A. — Relatório de 1954 — Belo Horizonte.
- 10) O mundo agrário — março e abril de 1955 — ns. 25 e 26 — Rio de Janeiro.
- 11) Boletim da Superintendência dos Serviços do Café — ano XXIX — n. 331 — S. Paulo, 1954.
- 12) Brasil Rural — n. 152 — São Paulo, 1955.
- 13) Conjuntura econômica — n. 10, de 1954 — ns. 2, 3, 4 e 6 de 1955.
- 14) Relação dos municípios beneficiados pelos empréstimos com penhor agrícola, realizados pelo Banco Mineiro da Produção S. A., no período de entre safra 1954-55.

OFERTA DO DR. ALBERTO RAVACHE

Arquivos de Bromatologia — Tomos I e II — Rio de Janeiro, 1954.
Missão comercial de Caixeiro Viajante — Rio de Janeiro, 1955.
Os problemas da terra no Brasil e na América Latina — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1954.

OFERTA DO DR. JOSÉ VIEIRA, DIRETOR DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

Problemas da Agricultura Brasileira — Ruy Miller Paiva — Serviço de Informação Agrícola — Rio de Janeiro, 1954.

OFERTA DO SR. JOÃO ALBUQUERQUE MARANHÃO

História da indústria açucareira no Nordeste — O papel social de Catende — João Albuquerque Maranhão — Rio de Janeiro, 1949.

OFERTA DO SR. A. J. RENNER

A participação nos lucros das empresas — A. J. Renner — Porto Alegre, 1955.

OFERTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Regulamento de embarques de café — Safra 1955-1956 — Resolução n. 62 — Rio de Janeiro, 1955.

OFERTA DO INSTITUTO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Legislação orgânica — Rio de Janeiro, 1955.

OFERTA DO MINISTÉRIO DA GUERRA

O Êxodo Rural e o Exército — 1955.

OFERTA DO SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

O voto arma do homem livre — Rio Grande do Sul, 1955.

OFERTA DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E EXPERIMENTAÇÃO AGRÍCOLA

Boletins do Instituto de Ecologia e Experimentação agrícola — ns. 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12.

OFERTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EDEIA — ESTADO DE GOIÁS

Lei n. 41, de 15 de novembro de 1954.

OFERTA DA COMPANHIA BRASILEIRA DE POTASSA E ADUBOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- 1) Senhor agricultor damos-lhe em seguida — 8 exemplares — São Paulo
- 2) A adubação racional do arroz no Brasil — 8 exemplares — São Paulo
- 3) A adubação racional da batatinha no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.
- 4) A adubação racional do algodoeiro no Brasil — 8 exemplares — São Paulo.
- 5) A adubação racional da cana de açúcar no Brasil — 7 exemplares — São Paulo.

(Continua na pág. 19)

MONOPÓLIO PELO I. B. C. DO FINANCIAMENTO DO CAFÉ

Apresentado projeto pelo deputado Jefferson de Aguiar, teve parecer contrário da Comissão de Economia — Deve ser ouvida a Comissão Parlamentar de Inquérito : conclue a Comissão de Serviço Público

O sr. Jefferson de Aguiar apresentou, na Câmara dos Deputados, projeto de lei, que recebeu o n.º 156-A, de 1955, atribuindo exclusivamente ao IBC a assistência financeira aos cafeicultores. A proposição teve parecer contrário por parte da Comissão de Economia, enquanto a do Serviço Público Civil opinou no sentido do seu encaminhamento à Comissão Parlamentar de Inquérito que averigua os negócios do Instituto Brasileiro do Café.

Objetivos do projeto

São os seguintes os objetivos do referido projeto :

- 1.º — atribuir "exclusivamente" ao IBC a assistência financeira aos cafeicultores e suas cooperativas bem como a defesa dos preços, com a compra do produto para a retirada do mercado;
- 2.º — elevação da taxa de 10 para 20 cruzeiros por saca de 60 quilos, para atendimentos a esses encargos;
- 3.º — proibição do plantio de café, para evitar a super produção, a partir de 1.º de janeiro de 1956 e incineração dos tipos inferiores a 8;
- 4.º — redução do número de servidores do I.B.C.

Seria inconstitucional

Membro da Comissão de Economia, mas, nem por isso, desautorizado para abordar o aspero estritamente legal do problema, declarou-nos, a respeito, o deputado Drault Ernany :

— "A proibição do plantio é inconstitucional, pois, implica em violar o direito de propriedade. O lavrador dispõe da sua terra para cultivá-la

como lhe pareça melhor, desde que não prejudique os seus vizinhos ou não cultive plantas proibidas. A proibição, no caso, teria que ser de caráter geral. Como proibir o plantio da árvore que tem sustentado a nossa economia? Ninguém se lembrou, até hoje, de proibir o plantio da maconha porque, se pode ser usada para alimentar o vício, pode por outro lado, ter emprêgo na flora medicinal. As restrições ao livre uso, gozo e domínio da propriedade, pela Constituição vigente, só se processam pela desapropriação, com o pagamento do seu justo preço imediatamente, em dinheiro. Ora, o IBC, mesmo duplicando a taxa, como propõe o projeto, não teria meios financeiros para a desapropriação de todas as terras próprias à cultura do café. Donde se conclue que esse projeto não pode ser aprovado, pois indica um caminho inconstitucional. Por outro lado a

proibição do plantio ofende, frontalmente, a nossa economia, quando é certa que, em consequência das intempéries, como a geada, como decorrência das terras, nossa produção se reduziu a metade".

Outros inconvenientes econômicos

Falando a respeito do projeto, declarou-nos o deputado Rubens Berardo :

— "Essa proposição não pode ser aprovada. As medidas defensáveis que propõe, como o financiamento e a defesa do preço, já se acham convenientemente reguladas por lei. Além disso, nem a duplicação da taxa daria suficiência econômica ao IBC para prover ao financiamento. Considerada a exportação de dez milhões de sacas, o acréscimo de mais 10 cruzeiros implicaria numa renda de cem milhões de cruzeiros. Com ela, poder-

DEFESA DO PATRIOTISMO FLORÍSTICO

No intuito de evitar o desaparecimento completo de certas espécies raras da nossa flora indígena, notadamente das epífitas, que o leigo erradamente chama "parasitas", o Governo acaba de decretar:

A exportação de plantas ornamentais, notadamente as da flora epífita, além de outras exigências legais, só será permitida mediante prévia autorização das autoridades florestais, federais, que, em cada caso, fornecerão o necessário certificado libe-

ratório. Este certificado será precedido do arrolamento e exame dos espécimes a colher, da idoneidade de sua procedência, bem como das conveniências científica e econômica de sua exportação.

A fiscalização ficará exclusivamente a cargo do Serviço Florestal Federal, através de seus representantes estaduais, municipais e territoriais, cabendo ao Ministério da Agricultura, dentro do prazo de 30 dias, baixar o necessário Regulamento.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

Comentários pelo
Eng. Agr. GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator Técnico d'A LAVOURA

BOLETIM FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Ano 4 — Ns. 37 e 38

Mais dois interessantes números referentes aos meses de Janeiro e Fevereiro do corrente ano do boletim editado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio, com artigos assinados por P. L. Tol Filho, Ziede Coelho Moreira, Mario Ribeiro Estrella, H. Ferraz Franco, etc.

EXPERIMENT STATION UNIVERSITY OF NEBRASKA

COLLEGE OF AGRICULTURE, LINCOLN

Recebemos as seguintes publicações da Exp. St. University of Nebraska, College of Agriculture, Lincoln:

Boletins:

- N.º 424 — Fertilization and Irrigation practices for corn production on Newly Irrigated Land in the Republican Vally, por H. F. Rhoades, O. W. Howe, J. A. Bondurante e F. B. Hamilton.
- N.º 425 — Research program for the improvement of hard red winter wheat.
- N.º 426 — The cost of pumping water for irrigation in Nebraska, por A. W. Epp.
- N.º 427 — Valuation of farm land for tax assessment, por H. W. Ottosou, A. R. Aandahl e L. B. Kristjanson.
- N.º 428 — Chrysanthemum improvement, por Glenn Vichmeyer.

Circulares:

- N.º 93 — 50 years of research at the North Plant Experiment Station.
- N.º 94 — Answers to questions about partridge pea, por T. H. Gooding e J. C. Russel.
- N.º 95 — Introduced forage grasses for Nebraska, por F. D. Keim e L. C. Niewell.

O ECO

Ano II — N.º 21

Recebemos mais este número de "Éco", jornal editado em Franca.

QUARTELY

Recebemos mais dois números de "Quartely".

O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO

Ano XX — N.º 231

Recebemos mais um número dessa revista,

fundada por Valentim Bouças, referente ao mês de Maio de 1955.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ano IX — N.º 6

Como sempre, o n.º 6 de "Conjuntura Econômica", referente ao mês de Julho do corrente, traz magníficos e oportunos estudos.

SELEÇÕES AGRÍCOLAS

Ano X — N.º 109

O número de "Seleções Agrícolas", referente ao mês de Maio do corrente ano, traz colaboração assinada por Arthur Torres Filho, Leopoldo Penna Teixeira, Joaquim Domingos Barregos, Eurico Santos, Hugo de Almeida, Oswaldo Bastos de Menezes e Honorato de Freitas.

MANUAL DO ESTRANGEIRO

Pericles Mello Carvalho

Oferecido à biblioteca da S. N. A. pelo consócio Alberto Ravache.

DIVULGAÇÃO COOPERATIVISTA

Ns. 55 a 62

"Divulgação Cooperativista" é o órgão da Divisão de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio. O presente número, referente aos meses de Maio e Dezembro de 1954 traz a colaboração de nomes consagrados ao cooperativismo como Valdiki Moura, Fabio Luz Filho, Bartholomeu dos Reis, etc.

BOLETIN DE LA ASOCIACION NACIONAL DE INGENIEROS AGRONOMOS

Vol. III — N.º 59

Entre os trabalhos deste número do Boletim da Associação dos Engenheiros Agrônomos, editado em Madrid, destaca-se o trabalho do Eng. Agr. José Ruiz Sautella, subordinado ao título "Importancia de la esterilidad masculina para la producción de semilla híbrida comercial."

REVISTA BRASILEIRA DE PANIFICAÇÃO

Ano XX — N.º 237

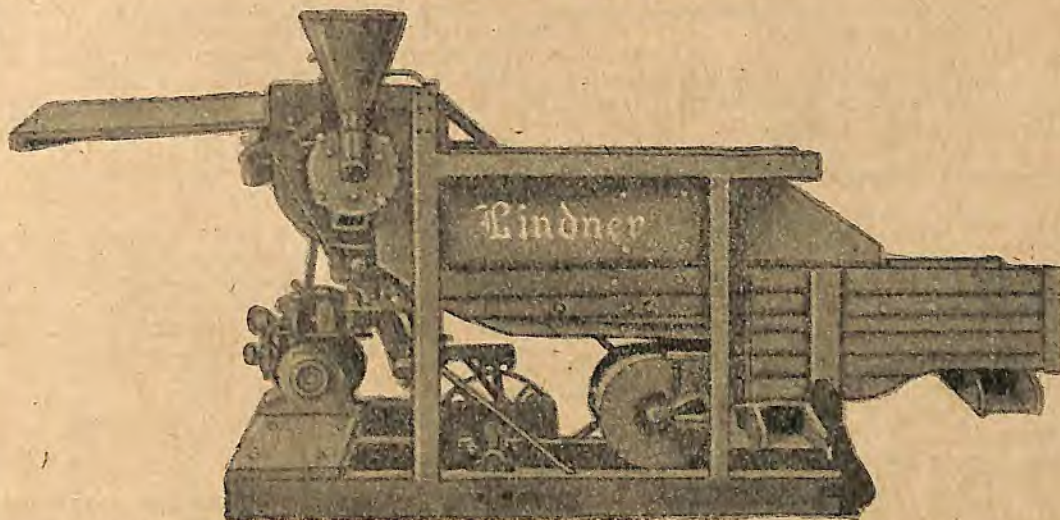
Trata-se de um mensário destinado ao estudo e crítica dos assuntos inerentes à panificação e indústrias correlatas.



COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Arados — Arame farpado — Bombas — Capinadeiras — Ceifadeiras —
Combinadas — Cortadores de forragens — Engenhos de cana —
Extintores de saúva — Fertilizantes — Formicidas — Fungicidas —
Grades de discos — Mulas mecânicas — Pneus Firestone — Plantadeiras —
Pulverisadores — Tratores, etc.



MÁQUINA COMBINADA DEBULHADEIRA E TRILHADEIRA "LINDNER"

Fôrça motriz de 4/5 H. P. — Capacidade: milho, 15 sacos p/ hora. —
Trigo, 6 sacos p/ hora. — Arroz, 8 sacos p/ hora. — Quirera, 8 sacos
p/ hora. — Despalha, debulha e ventila, milho, trigo, arroz e outros
cereais, com um pequeno moinho graduável adaptado para fazer quirera.

CONSULTEM NOSSOS PREÇOS

Lojas e Exposição :

RUA TADEU KOSCIUSKO, 31-A (Bairro de Fátima)
FONE : 42-5967 "SOCIAGRI"

RIO DE JANEIRO

O PIONEIRO

Ano 1 — Ns. 10 e 11

Trata-se de um quinzenário editado pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. Os números 10 e 11, referentes às duas quinzenas do mês de Maio. Pela leitura da referida publicação verifica-se que no ano florestal 1955/1956, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira deverá plantar 5.200.000 árvores, cobrindo uma área superior a 2.000 hectares.

REVISTA MENSAL DA LIGA DO COMÉRCIO

Ano XIX — N.º 260

Trata-se da revista que é o órgão da Liga do Comércio do Rio de Janeiro.

ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE SANTO DOMINGO

Ns. 65-66 e 67-68

Os dois anais acima referem-se aos meses de Janeiro a Junho e Julho a Dezembro de 1953, com farta e abundante colaboração.

AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION**UTAH STATE AGRICULTURAL COLLEGE**

Recebemos da Utah State Agricultural College, de Logan, Estados Unidos, as seguintes publicações.

- The nutritive value of winter range plants in the Great Basin, by C. W. Cook, L. A. Staddart e L. E. Harris.
- Urbanization in Davis Country.
- The superb plant berg, by Charles J. Sorenson e Lowell Cutler.
- Fifty years of dry land research.

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

Ano 8 — N.º 4

Como sempre, traz magníficos trabalhos o n.º 4, ano 8, da Revista Brasileira de Economia referente ao mês de Dezembro de 1954, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

BULLETIN ECONOMIQUE ET SOCIAL DE LA TUNISIE

N.º 100 — Maio de 1955

Muito interessantes as seções: "Informações", "Estudos Econômicos", "Estudos Sociais e Culturais" e "Estatística e Documentos", do Bulletin Economique et Social de la Tunisie.

AGRONOMIA

Vol. 12 — Ns. 3 e 4

O presente número do órgão oficial do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural, referente aos meses

de Julho a Dezembro de 1953, traz colaboração assinada por J. H. Carneiro Ribeiro, Raul Nina Guderras, Honório da Costa Monteiro Filho, Oswaldo Bastos de Menezes, Roberto Meireles de Miranda, José Lima Filho, José da Cruz Paixão, Octavio Domingos, Charles F. Robbs, Romoio Cavina, José Aguiar Guimarães e Edgard Lorenz.

AGRONOMIA

Ano XIX — Ns. 79-80

Agronomia é o órgão oficial do Centro de Estudantes de Agronomia da Escola Nacional de Agricultura, de Lima, Perú, com inúmeros e bons artigos técnicos assinados por agrônomos peruanos.

CHACARAS E QUINTAIS

Ano 46 — Vol. 91

Como sempre farta colaboração e noticiário de interesse para os criadores e agricultores do país, encontra-se no número 46, referente ao mês de Junho de 1955 "Chácaras e Quintais", editada em S. Paulo.

SELEÇÕES AGRÍCOLAS

Ano X — N.º 110

A tradicional "Seleções Agrícolas", em seu número referente ao mês de Junho do corrente ano, traz colaboração assinada por Arthur Torres Filho, Luiz F. Silva Wiedemann, L. Penna Teixeira, E. Marcondes de Melo, Henrique F. Raimo, Pimentel Gomes, Hugo de Almeida Leme, Walther C. Battiston e Ariosto R. Peixoto.

BOLETIM DA CCPL

Ano VIII — N.º 82

Este número é o último que editará a Cooperativa Central dos Produtores de Leite Ltda. Lamentamos o desaparecimento deste Boletim que era sempre bem recebido pelos seus inúmeros leitores.

BOLETIM DO LEITE

Ano VII — N.º 95

O presente número do Boletim do Leite, referente ao mês de Maio de 1955, apresenta artigos assinados por José Furtado Pereira, Juan Minut, etc.

LAVOURA PORTUGUESA

Ano 43 — N.º 30

Trata-se do Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa, referente ao mês de Junho de 1955, com farto noticiário e inúmeros artigos de colaboração.

GAZETA DAS ALDEIAS

Ns. 2304 e 2305

Recebemos mais dois interessantes números de "Gazeta das Aldeias", editada no Porto, Portugal.

ESSO AGRÍCOLA

1955 — N.º 1

Trata-se de uma publicação da Esso Standard Brasil Inc. de grande interesse para as nossos lavradores e criadores.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO BRASILEIRO

Vol. III — N.º 2

Trata-se de uma publicação bimestral publicada sob os auspícios do Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações, Culturais da Câmara Brasileira, do Livro e do Instituto Nacional do Livro.

**AGRICULTURAL EXPERIMENT STATION,
IOWA STATE COLLEGE**

Recebemos da Agricultural Experiment State, Iowa State College, os seguintes boletins:

- Crop response surface and economic optima in fertilizer use, by Earl O. Heady, John T. Pesek e William G. Brown — R. Bul 424;
- Optimum combinations of competitive crops at particular locations, by B. Bowlen e E. O. Heady — R. Bul 426;
- Resource returns and productivity coefficients in selected farming areas of Iowa, Montana and Alabama, by E. O. Oleady e R. Shaw — R. Bul 425;
- Farm size adjustments in Iowa and cost economies in crop production for farms of different sizes, by E. O. Heady, D. E. McKee e C. B. Haver — R. Bul 428.
- Application of input-output analysis to a simple model emphasizing agriculture, by G. A. Peterson e E. O. Heady — R. Bul 427.
- Adjusting farm rents to changes in prices cost and production, by W. E. Chryst e J. F. Timmans — Sp. Rep. n.º 9.

ACAR

Recebemos o 6.º relatório anual da ACAR, referente ao ano de 1954. A ACAR é a Associação de Crédito e Assistência Rural que iniciou suas atividades em Janeiro de 1949 e vem desta época realizando, no Estado de Minas Gerais um importante trabalho de assistência ao rurícola daquele Estado.

RODOVIA

Ano XVII — N.º 183

Recebemos mais este interessante número de "Rodovia", que é uma revista técnica e de divulgação rodoviária, referente ao mês de Maio de 1955.

PARANÁ ECONÔMICO

Ano III — N.º 27

"Paraná Econômico" é uma revista que é o órgão da defesa dos interesses da produção do

Estado do Paraná, publicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná.

GACETILLA AGRÍCOLA DE HOLANDA

Fev/Março de 1955

Trata-se de um folheto de divulgação sobre a Holanda.

INSTITUTE OF AGRICULTURAL SCIENCES

State College of Washington

PULLMAN — WASHINGTON

Recebemos do State College of Washington, o Boletim de Extensão n.º 416; sobre Septic tank sewage disposal system.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

Fundada em 1897

Eng.º Agrônomo ARTHUR TORRES FILHO
Presidente da Sociedade

Eng.º Agrônomo ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
Diretor

Eng.º Agrônomo KURT REPSOLD
Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo GERALDO GOULART DA SILVEIRA
Redator-Técnico

LUIZ MARQUES POLIANO
Diretor Responsável e Redator-Secretário

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante para todo o Estado de S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.: 33-1432 — End. Tel.: "LINEFE. C. A.: 7257

— SAO PAULO —

DIVULGAÇÃO COOPEPERATIVISTA

N.º 66

Trata-se do órgão da Divisão de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro, com colaboração assinada por Fabio Luz Filho, Julio César, Prado Leite, Juan Ventosa Roig, Breno Ferreira Hehl, Romolo Cavina e Roberto Bezerra de Menezes.

DIVERSOS

Recebemos as seguintes publicações:

- a) Memorandum, vol. IV, n.º 4, publicado pela FAO
- b) Resource use and productivity in world agriculture, by Hoti P. Bhattacharjee.
- c) National income and general productivity in terms of energy, by S. D. Zagaroff.
- d) Vita, vol. XII, n.º 11.
- e) A farm sprayer for weed control — Extension miscellaneous Publications n.º 12 do Extension Service, do State College of Washington.
- f) Monthly Agricultural Report, Junho de 1955, da Northern Ireland.
- g) Tucan — Número comemorativo da Feira Internacional de Valencia.
- h) Boletim de Informaciones, da Comissão Argentina Pró Fomento do Intercâmbio.

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Vol. 39

O volume 39, referente aos meses de Janeiro a Março da Revista de Direito Administrativo, editada pela Fundação Getúlio Vargas, contém 566 páginas e abundante colaboração técnica relativa às questões de direito administrativo.

BRASIL RURAL

N.º 154

Como sempre o referido número, referente ao mês de Maio do "Brasil Rural", editado pela Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo, traz abundante colaboração de interesse para o associativismo rural.

REVISTA DE AGRICULTURA

Vol. XXX — Ns. 4-5-6

Este número contém colaboração técnica assinada por Arthur Torres Filho, Oswaldo Bastos de Menezes, Alceu de Arruda Veiga, O. A. Gurgel Filho, Prof. Octavio Domingues, Albeito Alves Santiago, Frederico Pimentel Gomes, Sylvio Moreira, Orlando Beretta e E. Malavolta.

A GRANJA

Ano XI — Ns. 96/97

Entre outros assuntos interessantes encontrados no número desta revista, referente aos meses de maio e Junho, destacam-se: "Primeira Conferência Nacional de Triticultores" "Melhoramento do Rebanho Ovino Rio-grandense" "O trigo no panorama agrícola Rio-grandense" e "Melhoramento dos Rebanhos Suínos".

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA

N.º 226 — Junho de 1955

Recebemos mais este número da revista do Clube de Engenharia.

BULLETIN ECONOMIQUE ET SOCIAL DE LA TUNISITE

N.º 101

Recebemos mais este número de Bulletin Economique et Social de la Tunisie, referente ao mês de Junho do corrente ano.

BOLETIM FLUMINENSE DE AGRICULTURA

Ano 4 — Ns. 39-40-41

Recebemos mais três números do Boletim Fluminense de Agricultura, publicado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro.

A FAZENDA

Ano 50 — Ns. 2

Recebemos mais este número de "A Fazenda", onde se encontram artigos assinados por J. P. Ditchman, A. T. Semple, F. Boxall, Gastrock, D'Aquin e Vix, Elmer Snyder e outros. Este número é referente ao mês de Fevereiro de 1955.

(Conclusão da pág. 36)

A esses peixinhos se dá o nome de "peixe alimento", podendo-se criá-los nos mesmos ambientes aquáticos em que se criam os outros peixes, sendo, entretanto, preferível realizar-se sua criação em ambientes, preparados à parte.

Na América do Norte, o "Fish and Wildlife Service", dividiu o Pays em regiões de piscicultura, levando em conta as temperaturas de suas águas, distribuindo as espécies de conformidade com as suas exigências biológicas.

O bass é, assim, criado, com exclusividade, em: Alabama, Arkansas, Florida, Georgia, Kentucky, Louisiana, Mississippi Carolina do Norte, Carolina do Sul, Tennessee e Virginia, Estados em que a temperatura das águas é propícia ao desenvolvimento desta espécie. A produção de bass, nessas unidades federativas norte-americanas, alcançou as seguintes cifras:

Anos	Produção total por quilo
1945	12.050,000
1946	12.570,000
1947	24.580,000
1948	25.660,000
1949	29.300,000
1950	29.950,000

A presente citação é feita à guisa de estímulo para que os piscicultores brasileiros venham a se interessar a fundo pela rendosa prática da criação de peixes, em águas represadas de suas propriedades rurais.

O dr. Avelino Ignácio de Oliveira, Diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, atendendo à solicitação da Sociedade Nacional de Agricultura, houve por bem remeter à referida entidade, dados técnicos relativos à jazida de fosforo existente em Olinda, Estado de Pernambuco, e de outros minerais.

Entre os elementos enviados conta o "extrato sobre o relatório de pesquisa dos Fornos da cal, Olinda, Pernambuco" assinado pelo Engenheiro de Minas, Dr. José Lino de Mello Junior que vai na íntegra, abaixo transcrito.

A área coberta pelas pesquisas realizadas pela D. F. P. M. em colaboração com os concessionários, abrange um total de..... 1.000,1950 Ha., concedidas à NOVAS INDÚSTRIAS OLINDA S/A, em 3 áreas de 249,6950, 476,0000 e 274,5000 Ha., decretos respectivamente ns. 29.958, 29.959 e 29.991.

Os trabalhos de pesquisa, por sondagem, estiveram a cargo do Eng. da Divisão, Moacyr de Vasconcellos, e foram iniciados no dia 22/1/51.

Atualmente a D. F. P. M. dispõe em operação 6 sondas na região.

Conforme planta anexa, a situação da área em relação ao porto do Recife é de 6 km, o que coloca a jazida, em apêço, em posição geográfica excepcional.

No desenvolvimento dos trabalhos foram executados 94 furos de sonda que perfazem um total de 2.784,50 m perfurados e 4 poços (Shaft) donde foram extraídos cerca de 60 toneladas de fosfato. A retirada desse material tem por objetivo principal, além de testar os teóres obtidos por sondagem, a coleta de material para ensaios de beneficiamento, agrônomicos, etc.

Estratigraficamente, a camada de fosforita está situada na base dos calcários, margas e folhelhos da Formação Maria Farinha — cretáceo superior. Trata-se, pois, de jazida sedimentar de origem bioquímica. A este grupo pertencem as minas de maior importância econômica, como as da África do Norte e algumas dos Estados Unidos da América.

Os sedimentos de Formação Maria Farinha, onde está conti-

Pesquisa do Forno da Cal

da a jazida são praticamente horizontais e com leve mergulho, máximo 6°, para o quadrante E.

Pelos serviços de pesquisa realizados chegamos as seguintes conclusões:

1. Reserva total determinada: 32 milhões de toneladas.

2. Espessura da camada total (A): 2,15 m.

3. Teór da camada total (A): 19,82% de P_2O_5 .

Pela maneira de conduzir os serviços de sondagem, na parte referente à amostragem da camada, foi possível subdividi-la em várias amostras que nos possibilitaram o conhecimento de variação de teor de P_2O_5 ao longo da camada. Assim sendo, foi possível determinar a faixa em fosfato, intermediária, de camada, resultado, em combinação àquelas conclusões:

4. Espessura de faixa rica (a): 2,08 m.

5. Teór de faixa rica (a): 26,63% de P_2O_5 .

Com os serviços dos poços foi possível determinar um coeficiente de correção dos teóres obtidos por sondagem para os reais, dos poços localizados coincidentemente com os furos de sonda. Este fator de correção é de 25% para a camada total (A) e 10% para a faixa rica (a).

Os teóres obtidos, tornam-se: para a camada total (A) 24,77% de P_2O_5 e para a faixa rica (a) 29,29%.

O fosfato contido nessa faixa representa 67% do total com teor de 29,00%. Certamente, se se conseguir fazer mineração de extração seletiva, esta parte dispensará concentração. Os 33% de fosforita restantes estarão contidas num volume igual ao extraído da faixa rica, com teor de 13% de P_2O_5 .

De toda área foi selecionada uma para cobertura a céu aberto com as seguintes características:

Área: 1.780.500 m²

Espessura média: 2,26 m.

Teór médio: 24,77% de P_2O_5 .

Capeamento (overburden) médio: 13,12 m.

Esteril a remover: 23.360.160 m³ FOSFORITA: 6.438.288 toneladas.

Relação fosfato (tonelada) para esteril de cobertura (m³) — 1:3,7

Dessa fosforita 4.300.000 ton., de faixa rica intermediária de camada, contem 26,63% de P_2O_5 em teor de sondagem ou, realmente, ordem de 29,00% de P_2O_5 .

Comparando-se as características da área em apêço com serviços de mineração a céu aberto semelhante no País como o de Siderópolis, de C.S.N., para carvão, onde a relação citada é de 1:9 e, de outro lado, os respectivos preços corrente do carvão e fosfato (hiperfosfato), chegar-se-á a conclusão de explorabilidade econômica das jazidas de fosfato de Olinda.

Esses resultados nos colocam, pois diante de grande mina de fosfato orgânico, que abre para o Nordeste e para o Brasil notáveis perspectivas econômicas.

O relatório abrangendo as três áreas concedidas, apresentado pelo eng. desta Divisão Francisco Moacyr de Vasconcellos, do qual foi extraído o presente extrato, está anexo aos D.N.P.M. 2226/51, 2227/51 e 2228/51.



A ciência gira em círculos no desenvolvimento da agricultura. Fazendeiros de uma antiga estação experimental dos Estados Unidos, localizada em Connecticut, descobriram que canteiros circulares são ideais para experimentar novos métodos e materiais de pulverização e economizar tempo e trabalho. O clichê mostra um pulverizador circular usado na aplicação de substâncias químicas numa horta experimental.

O Diário Oficial da União (Seção I), de 27 de setembro do corrente ano, publicou, na primeira página, a lei n.º 2.613, de 23 do mesmo mês, referente à criação do Serviço Social Rural. Eis, na íntegra, o importante documento:

Lei n.º 2.613 — de 23 de setembro de 1955

Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, subordinado ao Ministério da Agricultura, o Serviço Social Rural (S.S.R.) entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e fóro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º Constituem patrimônio do S.S.R.:

I. A quantia de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) em moeda corrente.

II. O produto do recebimento de uma contribuição de 3% (três por cento) e 1% (um por cento) sobre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas mencionadas nos arts. 6.º e 7.º desta lei.

III. O patrimônio da antiga Sociedade Colonizadora Hanseática, de Ibirama, Estado de Santa Catarina.

IV. Os prédios rústicos e os semoventes adquiridos pela União em virtude do decreto-lei n.º 1.907, de 26 de dezembro de 1938.

V. As doações ou legados que lhe forem feitos e as dotações orçamentárias a ele destinadas.

Art. 3.º O Serviço Social Rural terá por fim:

I. A prestação de serviços sociais no meio rural, visando a melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne:

a) à alimentação, ao vestuário e à habitação;

b) à educação e à assistência sanitária;

c) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo à terra.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Íntegra da lei que o cria — Entidade autárquica, tipo Fundação, subordinada ao Ministério da Agricultura — O patrimônio — Finalidades

II. Promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequadas ao meio rural.

III. Fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas.

IV. Incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais.

V. Realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo.

VI. Fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo.

Art. 4.º O S.S.R. será administrado por um conselho nacional e pelos conselhos estaduais, dos Territórios Federais e Distrito Federal, dotados estes da autonomia necessária para promover a execução de planos adaptando-os às peculiaridades locais, por intermédio das juntas municipais.

§ 1.º O conselho nacional será constituído:

a) de um presidente de nomeação do Presidente da República, dentro da lista triplíce que será apresentada pela Confederação Rural Brasileira;

b) de um representante do Ministério da Agricultura;

c) de um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

d) de um representante do Ministério da Educação e Cultura;

e) de um representante do Ministério da Saúde;

f) de quatro representantes da classe rural, eleitos em assembleia geral da Confederação Rural Brasileira, na forma que o regulamento estabelecer.

§ 2.º O Conselho estadual ou de Território ou do Distrito Federal será constituído de um presidente escolhido pelo conselho nacional, em lista triplíce, apresentada pela federação respectiva, de um representante da Federação das Associações Rurais, eleito em assembleia geral.

§ 3.º A junta municipal será constituída de um presidente nomeado pelo conselho estadual dentro da lista triplíce apresentada pela respectiva Associação rural do Município, eleito por voto secreto em assembleia geral, para tanto especialmente convocada.

§ 4.º Nos Municípios onde não existir associação rural o representante da classe será indicado pela Federação das Associações Rurais e, na falta desta, pelo conselho estadual ou do Território ou do Distrito Federal.

§ 5.º O mandato dos membros dos conselhos nacionais e estaduais e das juntas municipais será de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

§ 6.º Nas deliberações dos órgãos colegiados, de que trata este artigo, o presidente terá voto deliberativo e de qualidade.

Art. 5.º O funcionalismo do Serviço Social Rural só poderá ser admitido mediante concurso público de provas, ressalvados os cargos de direção, previstos no art. 4.º e o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Excepcionalmente poderão ser admitidos funcionários interinos para exercício do S.S.R. pelo prazo máximo e improrrogável de 1 (um) ano.

Art. 6.º É devida ao S.S.R. a contribuição de 3% (três por cento) sobre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais adiante enumeradas:

- 1 — Indústria do açúcar;
- 2 — Indústria de laticínios;
- 3 — Xarqueadas;
- 4 — Indústria do mate;
- 5 — Extração de fibras vegetais e descaroçamento de algodão;
- 6 — Indústria de beneficiamento de arroz;
- 8 — Extração do sal;
- 9 — Extração de madeira, resina e lenha;

- 10 — Matadouros;
- 11 — Frigoríficos rurais;
- 12 — Cortumes rurais;
- 13 — Olaria.

§ 1.º As pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais de que trata este artigo deixarão de contribuir para os serviços sociais e de aprendizagem do comércio e da indústria, regulados pelos Decretos-leis ns.º 9.853, de 13 de setembro de 1946; 9.403, de 25 de junho de 1946; 4.048, de 22 de janeiro de 1942, modificado pelo decreto lei n.º 4.936, de 7 de novembro de 1942, e n.º 8.621 de 10 de janeiro de 1946.

§ 2.º Ficam isentos das obrigações referidas neste artigo as indústrias caseiras, o artesanato bem como as pequenas organizações rurais, de transformação ou beneficiamento de produtos rurais do próprio dono e cujo valor não exceder de R\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

§ 3.º As pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais enumeradas neste artigo não se eximem de contribuição ainda quando em cooperativas de produção.

§ 4.º A contribuição devida por todos os empregados aos institutos e caixas de aposentadoria e pensões é acrescida de um adicional de 0,3% três décimos por cento) sobre o total dos salários pagos e destinados ao Serviço Social Rural, ao qual será diretamente entregue pelos respectivos órgãos arrecadadores.

Art. 7.º As empresas de atividades rurais não enquadradas no art. 6.º desta lei contribuirão para o Serviço Social Rural com 1% (um por cento) do montante e da remuneração mensal para os seus empregados.

Parágrafo único. Ficam isentas da contribuição constante desse artigo as pessoas físicas que explorarem propriedade próprias ou de terceiros, cujo valor venal seja igual ou inferior a Cr\$. 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 8.º As contribuições dos que não possuírem escritura em forma legal serão calculados à base do salário mínimo da região, acrescido de 10% (dez por cento).

Art. 9.º As contribuições devidas ao S.S.R. serão recolhidas na

forma, prazo e local que forem determinados no regulamento, incorrendo o contribuinte, pela não recolhimento dentro em 120 (cento e vinte dias do vencimento, além dos juros de mora, na multa de 10% (dez por cento), podendo a sua arrecadação ser atribuída a entidades públicas ou privadas.

Art. 10 A aplicação do produto das arrecadações será feita de acordo com as normas a serem estabelecidas pelo conselho nacional, devendo, no entanto, ser empregada no Município 60% (sessenta por cento) da arrecadação ali efetuada, destinando-se o restante 20% (vinte por cento), para aplicação pelo conselho estadual, tendo em vista as zonas menos favorecidas do Estado, e 20% (vinte por cento) pelo conselho nacional, obedecido o mesmo critério.

Parágrafo único. As despesas gerais correspondentes a cada um dos órgãos executivos do S.S.R. correrão por conta das cotas de arrecadação atribuídas ao mesmo.

Art. 11 O S.S.R. é obrigado a elaborar anualmente um orçamento geral, cuja aprovação cabe ao Presidente da República, que englobe as previsões de receitas e as aplicações dos seus recursos e de remeter ao Tribunal de Contas no máximo até 31 de março do ano seguinte, as contas da gestão anual, acompanhadas de sucinto relatório do presidente, indicando os benefícios realizados.

Art. 12 Os serviços e bens do S.S.R. gozam de ampla isenção fiscal como se fossem da própria União.

Art. 13 O disposto nos arts. 11 e 12 desta lei se aplica ao Serviço Social da Indústria (SESI), ao Serviço Social do Comércio (SESCO), ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Art. 14 É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para satisfazer a dotação prevista no art. 2.º.

Art. 15 Será consignado anualmente no orçamento geral da União uma verba no valor de

Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) para atender às finalidades previstas nesta lei.

Art. 16 Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho
Munhoz da Rocha
J. M. Whitaker

Indicação Informativa n.º 37, do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura — Setembro de 1955.

(Conclusão da pág. 30)

uma família estranha: mas o saque geralmente desaparece com essa providência, dentro de alguns minutos. Se o apicultor descobrir que o saque já está generalizado, terá de reduzir ainda mais as entradas das colmeias e núcleos, iniciando imediatamente, com o fumigador, auxiliado por dois ou três ajudantes, a fumigação de todas as colmeias, e ao mesmo tempo pulverizar as abelhas que entram e saem, com água pura (sem açúcar).

Se o apiário dispuser de água encanada, será sempre de muito bom efeito pulverizar as abelhas que estão voando com mangueira de irrigação, des-sas que se usam para jardins.

A "chuva" produzida, altera as disposições das abelhas, fazendo-as reconhecerem-se às suas respectivas casas.

O JACARÉ NO REFLORESTAMENTO

O jacaré é uma árvore de porte médio, da importante família das leguminosas, muito característica por apresentar o tronco e ramos estriados, com lâminas salientes e serrilhadas, o que dá uma semelhança do dorso da cauda do jacaré.

Aproveitamento — A madeira é branca, compacta, de fibras finas, encontrando larga aplicação em obras internas. É uma das melhores espécies indígenas para produção de lenha e carvão; o seu poder calorífico é dos mais elevados. O valor do jacaré como combustível está consagrado na prática devido ao seu rápido crescimento e extraordinária capacidade de regeneração por meio de vigorosos rebentos da árvore cortada. Conforme o terreno e os cuidados culturais, a plantação de jacaré pode ser explorada economicamente aos quatro ou cinco anos de idade. A entrecasca do jacaré pode ser aproveitada na extração de tanino.

Clima e solo — É encontrada em estado nativo em quase todo o território nacional, sendo portanto uma planta pouco exigente quanto ao clima. No que diz respeito ao solo, é igualmente pouco exigente, vegetando satisfatoriamente em qualquer terreno, desde que não seja alagadico ou demasiadamente úmido, nas planícies, planaltos e encostas, em associação com outras essências das florestas e cerrados.

Semente — O poder germinativo das sementes de jacaré tem pouca duração, não indo muito além de seis meses. Daí a necessidade de cuidados especiais na colheita e conservação das sementes, devendo-se proceder da seguinte maneira: os frutos recém-colhidos são espalhados em camadas pouco espessas sobre uma peneira ou tela de malhas largas colocadas sobre um caixão. Em seguida, expõe-se tudo ao sol durante algumas horas e os frutos abrem-se-ão deixando as sementes caírem no fundo do caixão, onde ficam abrigadas dos raios solares que, incidissem diretamente, as prejudicariam grandemente. Do caixão, as sementes são levadas para um lugar seco, fresco, bem ventilado e acondicionadas em recipientes onde o ar penetre e circule facilmente. Deve-se notar que as sementes extraídas com as mãos, sobretudo quando o trabalho é executado logo após a colheita, são muito atacadas pelo bolor que prejudica sua conservação.

Semeadura — Em virtude da curta duração do poder germinativo das sementes, é aconselhável fazer a semeadura logo após a sua colheita. Há dois processos de semeadura: diretamente no local definitivo e por meio de sementeiras.

O primeiro processo só deve ser adotado em casos excepcionais. Consiste em preceder à necessária limpeza da área a cultivar por meio de roçados ou capinas; abrem-se as covas de dois em dois metros, recebendo cada uma delas de três a quatro sementes, separadas uma das outras três a quatro centímetros e cobrindo-as com leve camada de terra.

No segundo processo, que é o mais racional, procede-se como para o eucalipto, preparando muito bem os canteiros de semeadura com terra peneirada. Rega-se bem o canteiro e semeia-se a lãço; cobrem-se as sementes com uma leve camada de terra, comprimindo levemente em seguida. Dentro de três dias, mais ou menos, as plantinhas começam a aparecer à superfície. Os cuidados se resumem, então, em evitar que as ervas daninhas prejudiquem as mudinhas.

Plantio definitivo — Quando as mudinhas tiverem alcançado 5 a 8 cm de altura, faz-se a transplantação para caixas ou jacinchos, de onde mais tarde serão levadas para o terreno definitivo. Quando as mudas alcançarem 20 a 25 cm de altura, são transplantadas para o lugar definitivo, onde formarão o bosque. Esse trabalho deverá ser feito de preferência após uma boa chuva e em dias nublados. Devem ser aproveitadas as mudas mais vigorosas e melhor desenvolvidas.

Tem-se observado que as mudas, logo após serem plantadas no lugar definitivo, reduzem grandemente, num período que vai até sessenta dias, sua atividade de crescimento, apresentando mesmo acentuado aspecto de definhamento. Esse fenômeno, entretanto, não tem importância, uma vez que, passado este período de crise, retomam pleno desenvolvimento.

Durante os primeiros dezoito meses, a área plantada deverá ser mantida livre de ervas daninhas. O processo de "coroação" ou uma capina sempre que fôr necessário, em volta da planta, tem dado bons resultados e é econômico.

LAVRADOR

Se em teu município não existe associação agrícola, toma a iniciativa e funda uma; pede instruções à secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura.



"Refinaril"
O Amigo da Criação !

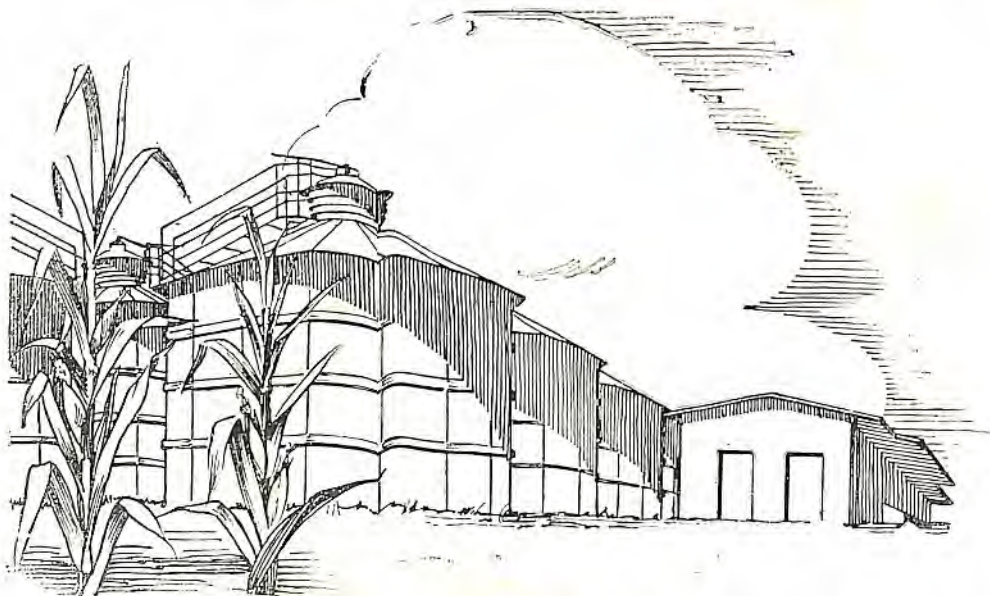
FARELO COM
28%
DE PROTEÍNA

A base das boas RAÇÕES BALANCEADAS



CASA MAYRINK VEIGA S. A.

RUA MAYRINK VEIGA, 17-21 — RIO DE JANEIRO



Silos DUVENT

INDÚSTRIA NACIONAL — PATENTE 48.236

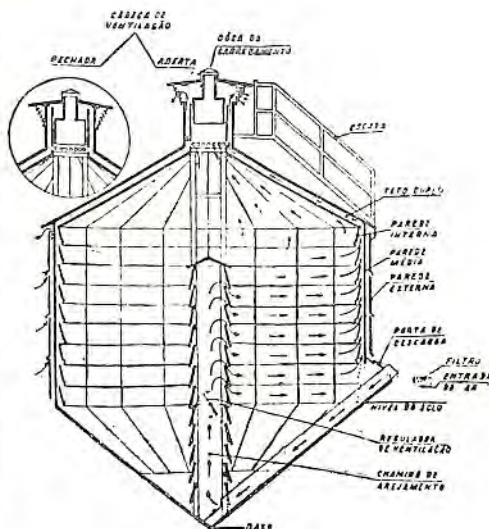
O ÚNICO SILO EXPERIMENTADO E APROVADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

UM SILO DE FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO IDEALIZADO PARA O NOSSO CLIMA

PRÉFABRICADO, INTEIRAMENTE METÁLICO, desmontável e facilmente transportável, dispensando qualquer fundação ou obra de alvenaria, ou qualquer tipo de amarração. Com PAREDES TRIPLAS, que evitam totalmente a absorção do calor externo, assim como, isolando a massa ensilada da parede média, facilitam a circulação de ar entre elas, impedindo desta maneira que se formem condensações e aquecimentos.

FÁCIL INSPEÇÃO da massa estocada através da porta de descarga. Possui dispositivos para ficar herméticamente fechado, possibilitando assim o expurgo com brometo de metila ou outro gás leve ou pesado.

O Silo "DUVENT" tem as vantagens de funcionar como CÂMARA DE EXPURGO, e SECA-DOR, uma vez que devido ao sistema contínuo de ventilação é possível diminuir o teor de umidade interna dos grãos ensilados, e finalmente como SILO propriamente dito, uma vez que os produtos nele guardados não sofrem alterações prejudiciais. Além de impedir totalmente fermentações devido ao desenvolvimento de microorganismos, impede as reinfestações e a ação dos roedores.



FORNECEMOS SILOS PARA QUALQUER TONELAGEM